



Emília Carolina Bispo dos Santos Augusto

**Despertar para a luta:
a organização docente e sua influência na
sociedade carioca entre 1931 e 1965**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em História Social da Cultura,
do Departamento de História da PUC-Rio.

Orientador: Prof^o Antonio Edmilson Martins Rodrigues

Rio de Janeiro, setembro de 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



Emília Carolina Bispo dos Santos Augusto

Despertar para a luta: a organização docente e sua influência na sociedade carioca entre 1931 e 1965

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profº. Antonio Edmilson Martins Rodrigues
Orientador
Departamento de História
PUC-Rio

Profª Flávia Maria Schlee Eyler
Departamento de História
PUC-Rio

Profª Ana Lúcia Guimarães
Departamento de Antropologia
UNISUAM

Profº Nizar Messari
Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2008.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, do autor e do orientador.

Emília Carolina Bispo dos Santos Augusto

Graduou-se em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2005. Atua como professor de ensino fundamental e médio na rede particular do Estado do Rio de Janeiro e como pesquisadora do Sinpro-Rio.

Ficha Catalográfica

Augusto, Emília Carolina Bispo dos Santos

Despertar para a luta: a organização docente e sua influência na sociedade carioca entre 1931 e 1965 / Emília Carolina Bispo dos Santos Augusto; orientador: Antonio Edmilson Martins Rodrigues. – 2008.

111 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em História)– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História social da cultura. 3. Sindicato de professores. 4. Formação sindical. 5. Lutas docentes. 6. Educação. 7. Modernização. 8. Movimentos sociais. I. Rodrigues, Antonio Edmilson Martins. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Para meu orientador Antonio
Edmilson, pelo apoio e
confiança nesse longo processo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e meu irmão pelo apoio e carinho.

Ao meu marido, Octavio Ferreira Filho pela compreensão nos momentos de ausência.

Aos meus grandes amigos, Amanda Danelli, Barbara Guimarães, Daniel Pinha, Dui Furriel, Felipe Trotta, Guido Fabiano, Karla Rodrigues e Leonardo Augusto. Sem suas observações, ajuda, carinho e apoio esse trabalho não seria o mesmo.

A diretoria do Sinpro-Rio pela oportunidade de realização desse trabalho.

A todos os funcionários do Departamento de História pelos auxílios inestimáveis.

A CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Um especial agradecimento aos professores que compõem a banca examinadora.

RESUMO

Augusto, Emília Carolina Bispo dos Santos; Rodrigues, Antônio Edmilson Martins. **Despertar para a luta: a organização docente e sua influência na sociedade carioca entre 1931 e 1965.** Rio de Janeiro, 2008. 111p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O despertar da classe docente para sua condição de trabalhador assalariado e mediador entre as chamadas alta e baixa cultura é um movimento de extrema relevância para o entendimento da formação sócio-cultural em nossa sociedade. A organização dos professores do Rio de Janeiro em torno de um movimento sindical marcou o início desse entendimento e aproximou as lutas docentes das reivindicações existentes na sociedade carioca.

Palavras-chave

Sindicato de Professores, formação sindical; lutas docentes, educação; modernização; movimentos sociais.

ABSTRACT

Augusto, Emília Carolina Bispo dos Santos; Rodrigues, Antônio Edmilson Martins. **Awakening for the struggle: the academician organization and its influency in carioca society from 1931 to 1965.** Rio de Janeiro, 2008. 111p. MSc. Dissertation – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The awakening of the class teacher for their condition of worker and mediator between the so-called high and low culture is a movement of utmost importance for the understanding of socio-cultural training in our society. The organization of teachers in Rio de Janeiro around a union movement marked the beginning of this understanding and teachers approached the struggles of the claims in our society.

Keywords

union of teachers; training union; struggles teachers; Education; modernisation; social movements.

SUMÁRIO

1. Introdução	9
2. O despertar	12
2.1 O <i>fazer-se</i> da classe docente	12
2.2 Primeiras reivindicações	18
2.3 A reunião em um sindicato	28
3. O caminhar	50
3.1 Novos passos	50
3.2 A consolidação do sindicato	56
4. As vias da formação	87
4.1 A formação que se quer	87
4.2 A formação que se tem	94
5. Conclusão	105
6. Referências Bibliográficas	107

INTRODUÇÃO

Toda escolha que devemos fazer na vida não se dá de forma simples e tranqüila. Ela sempre exige de todos nós alguma penitência, alguma perda ou o esquecimento, mesmo que momentâneo, de outros interesses. A escolha do tema de dissertação não se dá de forma diferente. Entre os múltiplos interesses que nos movem a pesquisa alguns precisam ser guardados num cantinho do pensamento e trazidos a tona apenas no futuro.

A escolha do tema que move essa dissertação se deu exatamente dessa mesma forma. Ela é fruto de muito trabalho e de um enorme esforço que acabou suplantando outros possíveis temas a serem pesquisados. Sua execução se deve a um momento muito específico e só foi possível graças às necessidades de conhecimento de sua própria história e conscientização de um movimento encontrado por um grupo de professores do Rio de Janeiro.

A busca pelo conhecimento do passado ou do nascimento de algum movimento específico é muito comum entre os diferentes grupos que formam a sociedade. Existe sempre certa curiosidade sobre em que condições e de que forma, algo que aparentemente é dado, aconteceu e quais as possíveis conseqüências sofridas pelos pioneiros de uma causa. Edward Thompson já nos mostrou em seu “A Formação da Classe Operária” que nenhum movimento, por mais consolidado que se encontre, nasceu de forma espontânea. Qualquer que seja, o movimento é sempre fruto de um processo histórico ativo e contínuo, fruto de uma necessidade sentida por determinado grupo que os uniu e os guiou para sua formação.

Desse modo, essa dissertação se baseia na observação e análise de um determinado grupo de docentes durante um período de intensas mudanças sociais e de que forma suas idéias e a formação de sua instituição de classe estão intimamente ligadas a essas mudanças, criando uma espécie de padrão nas suas relações entre si e com a sociedade. Ainda parafraseando Thompson, “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição”. A vivência de uma determinada época pela classe docente é o que vai surgindo ao longo das páginas que se seguem.

Importante frisarmos que dentro desse trabalho de dissertação, o entendimento da formação, manutenção e crescimento da classe docente se dá a partir de sua formação sócio-cultural. Acreditamos que se torna muito difícil o entendimento de classe sem a compreensão de sua formação social e cultural e sua ação e importância dentro da sociedade.

Outrossim, estamos inclinados a trabalhar com a idéia de formação de uma identidade docente. Para além dos problemas vividos como trabalhadores, a reunião em torno de um sindicato operou no entendimento e formação da classe, na compreensão do que é ser professor e qual seu papel dentro de nossa sociedade. Acreditamos que a ativação de um sentimento de pertencimento, o acolhimento dentro de um movimento classista auxiliou no crescimento observado e na enorme procura por parte dos professores do Rio de Janeiro. A criação do Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Comercial do Distrito Federal em 31 de maio de 1931, foi o ponto inicial de uma nova movimentação entre os professores, foi a organização funcional que faltava para a melhor organização das lutas e práticas docentes.

Para além das mudanças econômicas e políticas do período analisado, buscamos dar lugar de destaque as mudanças e a importância da cultura dentro desse processo, seja ela considerada oficial ou popular. Mais que a história de um sindicato, buscamos a constituição da história das pessoas que formaram esse sindicato. Entendemos que sem o esforço desses homens e mulheres dedicados ao ensino, nenhuma organização docente seria possível. Foram de seus ganhos e suas perdas que nasceram o reconhecimento e a grandeza que o movimento desfruta hoje em dia, pois, além de ganhos trabalhistas, esses docentes lutaram pelas condições educacionais de seus alunos e pela melhor colocação das classes mais baixas dentro da sociedade. Esses docentes surgem aqui como classe pois, como nos diz Peter Burke, “as inovações culturais são muitas vezes obra de pequenos grupos, mais que de indivíduos”, e acreditamos que muitas dessas inovações se devem aos esforços desses professores.

Desse modo, o capítulo I trará o início desse processo. Mostrará as primeiras reivindicações docentes ligadas à melhoria das condições de trabalho e de ensino; sua preocupação com a própria formação do corpo docente e com o que se oferece como educação as crianças de famílias carentes do Rio de Janeiro. Nesse capítulo analisamos da idéia de Thompson sobre a formação de uma classe,

a idéia do *fazer-se*, já que se trata de “um estudo sobre o processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos. A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se”. Trazemos esse *fazer-se* desde o Manifesto dos Professores Públicos da Instrução Primária da Corte, escrito em 28 de julho de 1871, até a reunião em torno de um sindicato, passando por todas as perseguições, lutas, derrotas e vitórias sofridas pelos docentes.

No capítulo II, tratamos mais a fundo a consolidação do movimento classista de professores, sua lenta, mas imprescindível desvinculação com o Estado, seu crescimento em números expressivos de associados, suas novas bandeiras levantadas a partir do fim do Estado Novo e sua maior articulação com os movimentos sociais. Analisamos a enorme importância que o sindicato atinge ao longo da década de 50 e início dos anos 60 até o fatídico golpe militar que desarticula todos os movimentos de trabalhadores no país.

O terceiro e último capítulo traz o embate entre a formação exigida e desejada pela elite e a verdadeira formação oferecida às classes mais pobres da sociedade. Nele enfatizamos as exigências de formação, civilidade e modificação de hábitos surgidas com a modernização e o crescimento da indústria na cidade do Rio de Janeiro. Tentamos mostrar o quanto essas novas demandas de formação agiram sobre a cultura popular e de que forma tentaram modificá-la e apartá-la do processo de constituição da cultura carioca.

Esperamos que a leitura desse trabalho se dê da forma mais agradável e construtiva possível, pois com certeza sua execução, apesar de trabalhosa, contribuiu em muito para minha própria formação e conscientização do meu papel como professora em nossa sociedade.

2

O DESPERTAR

2.1

O *fazer-se*¹ da classe docente.

“A classe é uma relação”

A união de um determinado grupo de trabalhadores não se dá de forma espontânea e igual em todo lugar ou tempo. São muitos os motivos que levam um determinado grupo de pessoas a se reunirem e iniciarem uma atividade de reivindicação ou manutenção de direitos. Tais motivos se iniciam através de interesses e atividades comuns, mas acabam extrapolando essa máxima e se ampliam em direção a modos de relação interpessoal, sócio-cultural ou político-econômica. Através dos tempos, essa relação sofre uma série de influências que a modifica, solidifica-a ou acaba por rompê-la tornando o processo sempre dinâmico e ativo. É justamente sobre o que acredito ser o início dessa relação entre os professores do Rio de Janeiro que tratarei nesse primeiro capítulo. Porém, antes de analisarmos o princípio dessa relação algumas considerações se fazem necessárias.

Primeiramente, devemos ter consciência de que o encontro desses homens e mulheres não se dá ao acaso. Suas necessidades, mesmo que pareçam díspares, encontram um meio comum de manifestação dentro de sua associação e acabam por entremear essa relação. São os anseios, medos, necessidades, descobertas e tantas outras sensações que acabam por unir pessoas aparentemente diferentes em torno de um ideal comum. Desse modo, a relação da classe e sua análise precisam estar encarnadas nas pessoas e em seus sentimentos comuns. A análise do encontro da classe docente com uma noção de classe trabalhadora não se dará de forma plena se não tivermos em conta esse papel fundamental do elemento humano nessa relação. Nenhum ganho ou nenhuma repressão vivida se deu sobre matéria bruta e sim sobre pessoas que atuavam como professores no Rio de Janeiro.

¹ Termo apresentado por Edward Thompson em seu livro “A formação da classe operária inglesa”.

Além disso, não devemos negar que as mudanças políticas e econômicas ocorridas no Brasil, durante o período analisado, foram de enorme importância e até propulsoras para determinadas nuances do movimento de professores. Porém, determinamos aqui no papel que a cultura teve para essa relação através das ações dirigidas pelos homens e mulheres que lecionavam na cidade.

Onde quer que se forme, sem importar a época em que isso ocorra, a união de determinado grupo de trabalhadores tem grande representatividade na vida de seus membros. A reunião dentro de um sindicato, ou de qualquer outra associação, tem como papel a formação de pelo menos um imaginário da passagem da dispersão e da impotência para uma organização forte e atuante que irá defender o bem comum a todos.² Essa sensação não se dá de forma diferente entre os professores; as manifestações decorrentes da formação das primeiras associações docentes no Rio de Janeiro demonstram a euforia resultante da materialização da união. Contudo, é importante observarmos que durante muito tempo, dentro das organizações gerais de trabalhadores, existiu a chamada organização dos trabalhadores intelectuais formada majoritariamente por professores. Essa diferenciação demonstra claramente como os docentes se viam em relação aos demais trabalhadores. E é esse sentimento de oposição e certa superioridade que acaba por atrasar determinados ganhos para a categoria. Opor-se intelectualmente ao movimento geral de trabalhadores dificultou em muito as primeiras reivindicações do movimento de professores, que só iniciou um período de vitórias quando se viu como proletariado (no uso marxista do termo) e entendeu que a diferenciação trazia péssimas conseqüências.

A imagem do professor como membro da classe média urbana, como trabalhador explorado e expropriado é muito recente. Devemos nos lembrar que durante muito tempo, a prática docente era exercida por advogados, engenheiros e médicos oriundos das elites, educados nas melhores instituições de ensino e detentores, do que Hobsbawm chama, de cultura superior³. De certo modo, a propagação dessa cultura nos bancos escolares foi um convite às novas perspectivas e

² ANTUNES, Ricardo. "O que é sindicalismo". São Paulo: Brasiliense, 1982.

³ HOBBSAWM, Eric. "Mundos do Trabalho: Novos Estudos Sobre a História Operária". São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ao rompimento com uma tradição repressora. Ironicamente, a suposta superioridade intelectual da classe docente desperta em seus alunos novas possibilidades; a cultura aberta a todos leva a novos quereres, novos prazeres, novos sonhos que acabam por gerar um imaginário sobre a profissão docente em que as perspectivas de uma vida melhor se materializariam. São essas futuras gerações, saídas das instituições de instrução pública, e que acreditavam em um tipo de progresso através da cultura que chamaram a atenção para os reais problemas dos docentes e que abriram as portas para sua organização como classe.

Durante todo esse período de descobertas e transformações, os manifestos e panfletos distribuídos pelos professores se assemelhavam nas reivindicações. Ao longo dos anos os docentes se vêem as voltas com a baixa salarial, com o não reconhecimento da profissão, com a falta de leis que os amparassem e com as péssimas condições das instituições de ensino. Contudo, não devemos tomar essas semelhanças como meras repetições de um velho debate. As aspirações, tensões, os temores e reivindicações podem parecer sempre os mesmos, porém devemos observar que estes surgem sempre dentro de um novo contexto, detentor de uma nova linguagem, novos argumentos e inserido em um equilíbrio alterado das forças em embate. Devemos ter em mente que essa aparente continuidade de uma tradição de descaso se mostra sempre dentro de um contexto alterado⁴ em que o professor deve inserir-se para a defesa de sua prática. Acompanhar o ritmo imposto era a ordem a seguir rumo às conquistas.

No momento em que os professores despertam para uma consciência de classe, o Rio de Janeiro ferve com a expectativa do progresso. Se o docente se descobre como trabalhador, a cidade se descobre como palco para a modernização e vive seu encantamento. A cidade e a classe vivem para uma perspectiva futura de engrandecimento. O futuro se pinta com suas melhores cores e se mostra promissor e próspero aos olhos dos homens e mulheres que vivem nessa cidade. Todas as promessas cativam e o Estado toma a frente dos projetos que levariam nossa sociedade ao mais alto degrau do progresso material. Dentro dessa engrenagem, o

⁴ THOMPSON. E. P. “A formação da classe operária inglesa”. 4^o ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

trabalho ganha papel fundamental e torna-se protagonista da vontade de crescer. O homem sem trabalho estaria fadado ao fracasso e à exclusão dessa sociedade próspera. Para tanto, todo aperfeiçoamento ganharia tom de empreendimento coletivo.

Todas as gerações deveriam estar inseridas nessa perspectiva de trabalho e desse modo, o ensino de ofícios manuais é introduzido no currículo escolar desde as classes iniciais. Meninos e meninas de instituições públicas de ensino eram apresentados à carpintaria, ao serviço militar e ao bordado para que num futuro próximo estivessem inseridos em alguma atividade profissional. O papel do Estado em estimular as pessoas ao trabalho, a vida que pode ser feita e aperfeiçoada através da atividade profissional, tomava contornos. Esse Estado, repressor em diversos pontos, toma o trabalho como principal valor dos tempos modernos justamente pela sua capacidade de dar forma ao informe e duração ao transitório. Como nos diz Bauman, “graças a essa capacidade, foi atribuído ao trabalho um papel principal, mesmo decisivo, na moderna ambição de submeter, encilhar e colonizar o futuro, a fim de substituir o caos pela ordem e a contingência pela previsível (e portanto controlada) seqüência de eventos”⁵. O trabalho agora é tomado como o elemento ordenador das massas, propulsor material e gerenciador do futuro. Sem ele, o homem estaria totalmente excluído da civilidade, fadado ao fracasso e a vida errante.

Esse mundo do trabalho observado no Rio de Janeiro do início do século XX também está tomado de incertezas que confundem e atordoam o homem que nele se insere. Porém, a não-participação nessa realidade é ainda mais devastadora que as incertezas por ela produzidas. O desempregado não se encontra apenas posto no mundo da desordem; sua condição o leva à exclusão dos mais diversos círculos sociais e à perseguição por parte do Estado. O indivíduo sem trabalho é taxado de mau elemento e torna-se candidato à carceragem.

Das perseguições e incertezas produzidas pela imposição do trabalho ao mundo urbano nasceram os movimentos de classes e suas lutas. A dicotomia entre um Estado que impunha uma realidade, mas que não a protegia tornou-se palco para a

⁵ BAUMAN, Zygmunt. “Modernidade Líquida”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

formação de diversas associações de trabalhadores. O movimento operário articulado tomou de empréstimo esse espaço deixado pelo Estado para reunir-se, associar-se e expor-se tornando sua luta o elo entre os homens e mulheres dessa sociedade moderna. O *descobrir-se* como classe e o *fazer-se*⁶ do operariado carioca são quase que coincidentes com o modernismo imposto pelo Estado.

Se fossem capazes de se entrecruzar, o modernismo imposto e a organização dos trabalhadores levariam ao um movimento natural de modernização das relações de trabalho. Contudo, esse mesmo Estado que impõem o progresso e o futuro promissor está dotado de aparelhos de repressão que agem de forma a conter o *fazer-se*⁷ da classe trabalhadora. Desse modo, o homem que age fisicamente na construção dos novos e modernos edifícios da cidade torna-se incapaz de atuar neles depois de inaugurados. Toda modernização ocorrida no Rio de Janeiro acaba acontecendo longe demais de boa parte da população. As classes mais baixas experimentam uma modernização que ocorria à distância, perto dos olhos, mas longes das mãos. Incapaz de ser tocada e sentida, essa modernização se mostra um tanto distorcida e acaba exacerbando os sentimentos de angústia e atraso das áreas mais carentes. Além disso, aliado a esse Estado repressor encontra-se o ressentimento de classe que acaba por afastar os trabalhadores liberais, na sua esmagadora maioria oriundos das elites urbanas, dos movimentos de operários, quase sempre das camadas mais baixas. Iludidos com a solidez de sua condição social e com a desnecessidade do desenvolvimento de leis que amparem o trabalho, as elites urbanas equivocadamente esvaziam todas as tentativas de ganho no início do século XX.

Na verdade, os ganhos advindos com as leis trabalhistas também se configuram como uma imposição do Estado, que, em acordo com as elites urbanas, vai aos poucos estabelecendo regras que dêem alguma segurança ao operariado. Todo movimento, organizado ou não, deveria encontrar-se sob o controle desse Estado e é esse pensamento que norteia a criação do Ministério do Trabalho em 1930 e a promulgação da Lei de Sindicalização em 1931. A partir de então, todos os

⁶ THOMPSON, Edward. "A formação da classe operária inglesa". 4^o ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

⁷ Idem.

trabalhadores encontravam-se “amparados” pelo governo, estavam contidos dentro dos limites determinados pelo Estado.

“Este decreto (Lei de Sindicalização) estabelecia o controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os recursos dos sindicatos, proibindo a sua utilização pelos operários durante as greves, e definia o sindicato como órgão de colaboração e cooperação com o Estado. Ainda que permitisse aos delegados do Ministério do Trabalho o direito de participar das assembleias operárias, proibia o desenvolvimento de atividades políticas e ideológicas dentro dos sindicatos, vetava sua filiação a organizações sindicais internacionais, negava o direito de sindicalização aos funcionários públicos e limitava a participação de operários estrangeiros nos sindicatos, visto que boa parte da liderança operária combativa era ainda, naqueles tempos, de origem estrangeira.”⁸

As possíveis benesses adquiridas pelos trabalhadores através dessas imposições não serão discutidas aqui. Nesse momento, cabe ressaltar que a imposição pelo Estado sobre as questões da cidade e sobre os diversos elementos de modernização acabou por atrasar as relações entre os diversos setores da sociedade carioca. A organização dos professores não esteve afastada desse movimento e também se viu atrelada e imobilizada pelo Estado. Além disso, o engessamento das relações acabou por prejudicar o desenvolvimento das questões ligadas ao ensino; a maior parte dos movimentos que pensaram numa forma de educação inclusiva e voltada para todas as camadas da sociedade foram vencidos pelas propostas de educação setorial e voltada para as necessidades de mercado.

Os governos que se seguiram ao longo do período analisado não conseguiram dar a dinâmica necessária para a modernização da educação. Na verdade, com certa dificuldade a administração subsequente dava andamento aos projetos deixados pelo antecessor. Num movimento de busca pelo eterno retorno ao poder cada gestão, ao fim de seu mandato, terminava por adotar políticas públicas ou administrativas que viessem a emperrar seu sucessor ao cargo. Vale lembrar que antes de ser deposto em 1945, Getúlio Vargas eliminou não só os dispositivos legais que obrigavam a presença de representantes do Ministério do Trabalho nas assembleias sindicais, como também aqueles que exigiam a aprovação prévia do Ministério para a

⁸ ANTUNES. Ricardo L.C. "O que é sindicalismo". São Paulo: Brasiliense, 1982.

realização de eleições e posse das direções sindicais eleitas⁹, dando uma liberdade ao movimento que viria a agitar o governo seguinte de Eurico Gaspar Dutra. A adoção desse tipo de postura nos parece familiar ainda nos dias de hoje e mais familiar ainda é a luta docente que se segue.

2.2

Primeiras reivindicações.

“Quereis ver as conseqüências funestas da vossa indiferença? Olhai: o professor honesto e laborioso trabalha todas as horas do dia e da noite, faz todos os esforços de que é capaz a sua intelligencia e a sua vontade, ganha certa reputação, consegue achar trabalho, e assim ganha pão para seus filhos. Parece que nenhum mal haverá nisso! Porém, ouvis e ficareis espantados do mal que tendes feito obrigando-o a tão grande esforço. Primeiramente, sem uma hora de descanso, o melhor professor torna-se abaixo de mediocre; depois, fica estacionario, porque não pôde estudar para acompanhar o progresso que todos os dias fazem as sciencias, as artes e tudo quanto pôde ser objecto de nossa atividade. Finalmente, no fim de 10 annos esse pobre diabo não será já um professor, mas uma ruina; e durante os 10 annos elle terá sido muito pouco util á instrucção, porque se limitou a dar á sua repartição exclusivamente as horas marcadas para o trabalho material; e esse mesmo havia de ser muitas vezes mal feito!(...)Não vêdes que tratando os professores como escravos, só conseguireis moldar por elles uma sociedade indigna do seculo em que viveis?! Fallai-nos de emancipação, e quereis o professor escravo! Ah!...É que não compreendeis os vossos proprios interesses; é que sois uma sociedade muito atrazada em civilisação! Soffrei que vos restituamos os baldões com que tantas vezes nos mimoseais! Sois ignorante! A dôr não tem juizo; e se subimos á tribuna universal para fazer ouvir ao mundo inteiro as nossas queixas, é porque a dôr, por demasiada grande, apagou em nossos corações o medo da responsabilidade!¹⁰”

O discurso reproduzido acima, que nos parece tão familiar, pessoal e atual, faz parte do Manifesto dos Professores Públicos da Instrução Primária da Corte. Escrito em 28 de julho de 1871, o manifesto tinha como objetivo alertar a população do Rio de Janeiro para o direito à educação pública, previsto na Constituição de 1824, e foi amplamente divulgado pelos jornais e revistas da época.

Este Manifesto vem a se configurar como uma das primeiras tentativas de organização dos professores do Rio de Janeiro. Nele a classe cobrava a promessa feita pelo Imperador D. Pedro II de destinar verbas do orçamento para o ensino público, com o fim da Guerra do Paraguai. O apoio demonstrado pelo imperador em

⁹ Idem.

¹⁰ “MANIFESTO DOS PROFESSORES PÚBLICOS DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA DA CORTE”. In: FERREIRA, Ana Alice. “A instrução do povo como missão: o ensino público primário na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1870 e 1922”. Tese de doutorado - PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2002.

épocas passadas trazia aos professores a esperança de, pelo menos, amenizar os baixos salários, as péssimas condições dos prédios destinados ao ensino e a desconfiança das elites imperiais.

A união entre Estado e Igreja, característica da época chocava-se com a idéia de educação primária pública e obrigatória prevista em Constituição. Pelos ensinamentos religiosos era função da família educar a criança dentro das concepções cristãs para só mais tarde, em idade propícia, essa criança entrar em contato com as ciências, artes e línguas. Além disso, a idéia de escola pública e obrigatória feria o tradicional “pátrio poder” exercido pela elite escravista brasileira. A imposição de uma escola pública e obrigatória desrespeitava a soberania do senhor levando para dentro de sua casa a vontade do Estado.¹¹

Com o fim da Guerra do Paraguai uma nova idéia de modernização e progresso surge entre os intelectuais brasileiros e dentro desse movimento, a educação ganha papel de destaque. É através dela que se acreditava na regeneração e civilização da população brasileira, principalmente da população negra que ganhava destaque nas discussões devido às diversas campanhas abolicionistas. Tornava-se cada vez mais difícil opor-se a idéia de escola primária pública e obrigatória; estar contra sua constituição era negar a marcha inevitável do progresso e os benefícios da modernidade.

Dentro desse novo quadro de perspectivas, em 28 de julho de 1883, no Rio de Janeiro ocorre a 1ª Exposição Pedagógica do Império, montada a fim de discutir os rumos da educação e as práticas pedagógicas exercidas no país. Apesar dos esforços dos professores presentes em trazer soluções relativamente simples aos problemas da educação, a exposição acaba por tornar-se um centro de propagação de teorias educacionais estrangeiras devido à maciça presença de membros da elite imperial. Além disso, essa elite patrocinava associações ou asilos voltados para a caridade e

¹¹ FERREIRA, Ana Alice. “A instrução do povo como missão: o ensino público primário na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1870 e 1922”. Tese de doutorado - PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2002.

não para a educação. Essa prática em muito preocupava os professores já que ela poderia deturpar a formulação de uma possível política eficaz para a educação.¹²

Mais importante que pensarmos nas práticas pedagógicas discutidas no Brasil imperial, é conhecermos o corpo docente da época. Os professores da instrução primária eram, na sua maioria, oriundos das classes médias urbanas e ex-alunos da Escola Normal. Fundada pela primeira vez em Niterói em 1835 e reinaugurada no Rio de Janeiro em 1859, a Escola Normal atendia a demanda de formação dos diferentes quadros de docentes. Ao contrário do que se imagina, até a proclamação da República, a maioria de seus formandos era do sexo masculino. Essa situação só se modifica em 1897, quando um decreto-lei determina que a instrução primária fique a cargo exclusivo do sexo feminino. É importante frisarmos que o currículo das escolas primárias se diferenciava pelo sexo. Meninos e meninas não assistiam às mesmas aulas e, desse modo, seus professores não possuíam a mesma formação. O decreto já citado acaba por dificultar ainda mais a prática docente para as professoras primárias uma vez que estas não possuíam formação, por exemplo, em carpintaria, uma das matérias obrigatórias nas escolas de meninos.

Já os professores dos ensinos secundário e superior eram, na sua imensa maioria, profissionais liberais que, além de exercerem suas carreiras, também se dedicavam ao magistério. Muitos advogados, médicos e engenheiros figuravam entre o corpo docente das escolas, fazendo com que a condição de professor fosse por muito tempo considerada profissão liberal. Excluindo os professores das instituições públicas, os demais docentes eram remunerados apenas pelos meses trabalhados; sendo os períodos de férias escolares dedicados a outras atividades exercidas. A condição de trabalho dos professores demoraria ainda muito tempo para ser modificada e nem a Proclamação da República alteraria esse quadro.

De qualquer forma, o alvorecer do novo regime político faz ressurgir alguma esperança para os docentes. E logo uma das primeiras medidas do novo governo foi criar o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, tendo como primeiro ministro o professor da Academia Militar, o coronel Benjamin Constant. Apesar da

¹² Idem.

estranha junção, é a primeira vez que se tem um ministério voltado para a educação e um plano de estruturação para o ensino brasileiro.

Como primeira medida Benjamin Constant estruturou os planos das disciplinas desde o ensino primário ao superior na tentativa de dar coesão ao ensino no país. As escolas não mais poderiam criar a estrutura de seus próprios cursos e o ensino religioso deixou de ser obrigatório no currículo escolar. Dentro dessa medida, o Imperial Colégio Pedro II tornava-se Ginásio Nacional, o ensino secundário passaria a ser de sete anos e o regime seriado tornava-se obrigatório. Além disso, decretou-se que o ensino primário passaria a ser livre e isento de qualquer inspeção pública, sendo de responsabilidade dos pais ou responsáveis da criança. Desse modo, Constant seguia os preceitos de Augusto Comte onde a educação primária deveria ser exclusivamente familiar e espontânea; o que ensinar à criança, até certa idade, não seria mais dever do Estado. Dentro desse novo currículo, dos oito aos 13 anos se ensinaria música, desenho e línguas; e o ensino das ciências deveria ser dado a partir dos 14 anos.¹³

O mesmo decreto veio a regularizar o ensino primário público e, pela primeira vez, organizar a educação no Brasil. Contudo, o fim da obrigatoriedade do ensino primário retirava do Estado a responsabilidade pela construção e manutenção de escolas e da formação de professores primários. Essa última medida em muito desagradou os docentes e intelectuais que acreditavam que o regime republicano só traria benefícios à educação do país. Os debates se acirraram na cidade e os professores reivindicavam investimentos que realmente favorecessem a prática de ensino. Em meio a essas discussões e a uma verdadeira crise na Escola Normal, o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos é extinto em 30 de outubro de 1891 e todas as decisões relativas ao ensino passaram a ser tomadas pelo Ministério de Justiça e Negócios Interiores.

Com o ensino público primário desestabilizado pelo decreto e a total separação entre Estado e Igreja, que levou à proibição do ensino religioso nas escolas públicas, uma nova área de atuação para os professores se prolifera rapidamente no

¹³ Idem.

então Distrito Federal. As mais diferentes ordens religiosas existentes no país se voltam para o Rio de Janeiro dando início ao intenso movimento de criação de escolas particulares religiosas voltadas para a educação dos filhos da elite urbana. As escolas já existentes desde meados do século XIX ampliam seus quadros e ao longo das primeiras décadas do século XX outras instituições de ensino se constituem entre as opções educacionais no Rio de Janeiro. Algumas dessas ordens religiosas também mantiveram estabelecimentos voltados para a educação das classes mais baixas, mas foram muito poucos aqueles voltados para essa parte da população.

Observando o crescimento dessas instituições particulares, Epiácio Pessoa, o então ministro da Justiça e Negócios Interiores, promove sua reforma de ensino em 1901. Através dela temos uma equiparação generalizada entre as instituições de ensino públicas e particulares. Essa medida beneficiou em muito as instituições particulares que tiveram sua regulamentação facilitada. Além disso, o ensino secundário também é regulamentado tornam-se obrigatório em todo país. Com a reforma vemos a volta da fiscalização aos estabelecimentos de ensino pelos agentes do governo federal. Contudo, a situação da educação primária não se altera com a nova medida e esta se mantém como obrigatoriedade exclusiva da família, conservando os filhos das classes mais baixas longe dos bancos escolares.

Ainda imbuídos da idéia de educação para o progresso, os professores de todos os níveis se organizaram na luta pela expansão da educação pública e pela regulamentação da profissão docente. Na intenção de melhor organizar a categoria, é criada em 29 de julho de 1909, no Rio de Janeiro, a Associação de Professores do Brasil.

Apesar de ter vida muito breve, esta Associação se configura como a primeira tentativa legal de organização da categoria. Em seu estatuto observamos que rapidamente a associação ganha feições de sindicato, oferecendo a seus associados serviços médicos e jurídicos. Além disso, a Associação publica mensalmente uma revista pedagógica voltada para a defesa dos professores e a divulgação de técnicas pedagógicas.

Sua estruturação em muito incomodou as autoridades do país. Com a não oficialização dos sindicatos, qualquer tipo de organização de classes era vista como

ameaça a ordem e a civilidade do Brasil sendo inclusive reprimida com violência pelas forças governamentais. No caso dessa Associação de Professores, durante sua existência diversas cartas e memorandos foram enviados às autoridades competentes pela educação e sua revista denunciou as péssimas condições de trabalho encontradas em diferentes escolas públicas da cidade. Não sabemos ao certo quanto tempo durou a Associação de Professores do Brasil, sua referência em jornais, revistas e publicações da época deixa de ser corriqueira no início de 1911.

Nesse mesmo ano, antes de assumir a prefeitura do Distrito Federal Rivadávia Corrêa, como Ministro da Justiça e Negócios Interiores, promoveu uma das reformas do ensino mais desastrosas da educação brasileira. Tomado pelas idéias promovidas pelo jornalista, poeta e inspetor do ensino Olavo Bilac que associavam educação e serviço militar, o ministro Rivadávia Corrêa pretendeu transformar o ensino secundário em um processo formador do cidadão e não apenas um promotor do nível superior. Dessa forma, Rivadávia abole a frequência escolar para o grau secundário pregando a liberdade de ensino, onde a aprendizagem não se dá necessariamente nas escolas oficiais. Além disso, o diploma de conclusão é substituído por um certificado de assistência e aproveitamento, os exames de admissão ao ensino superior passam a ser de responsabilidade das faculdades e não mais das Juntas Examinadoras e as escolas públicas passam a preparar os alunos das classes baixas para o serviço militar.

Essa reforma torna o ensino secundário tão calamitoso que o ministro seguinte, o jurista Carlos Maximiliano, promove uma nova reforma que modifica de forma radical a educação brasileira. Muito dessa reforma foi forçada pelo amplo movimento de professores e intelectuais brasileiros em prol da oficialização da educação pública. O próprio Olavo Bilac, observando o caos instituído no ensino do país, toma a frente de uma campanha pela responsabilidade do governo federal sobre a educação alegando que a educação nas mãos de governos locais ajudava a perpetuar as políticas coronelistas de favores.

Dessa forma, em 1915, é promulgada a Lei Carlos Maximiliano que dentre outras medidas restabelece a equiparação entre os estabelecimentos de ensino estaduais e federais, obrigando que os currículos das escolas públicas mantidas pelos estados sejam semelhantes ao do Colégio Pedro II. Pela primeira vez tentou-se

organizar uma Universidade Federal, colocando sob a mesma sigla a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e as duas Faculdades Livres de Direito do Rio de Janeiro. Mesmo que criada apenas em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro já se encontrava prevista por este decreto. Além disso, Carlos Maximiliano obrigou as escolas particulares a funcionarem apenas com autorização do Governo Federal e as incluiu no sistema de inspeção federal e estadual aos estabelecimentos de ensino. Apenas após o reconhecimento e a devida inspeção as escolas particulares poderiam expedir seus diplomas e certificados de conclusão. Além do mais, aos alunos das escolas particulares ficou estabelecido o direito de prestarem os exames preparatórios do Colégio Pedro II para obterem suas inscrições nos recém criados exames de vestibular.

Reestruturada a obrigatoriedade do ensino primário e estabelecida nova forma de ingresso ao ensino superior no Brasil, faltavam ainda leis que regulamentassem e defendessem a profissão docente. Desse modo, os professores do Rio de Janeiro voltavam o foco de suas reivindicações para as questões trabalhistas. Até aqueles que exerciam outras profissões como os advogados e médicos reconheciam que o fato dos professores receberem em suas escolas apenas 8 meses de salário tornava o exercício da profissão penoso e sacrificante. Mesmo tornando-se vítimas de perseguições, ameaças e demissões sumárias, diversos professores engrossaram o coro pelo pagamento das férias e das aulas de segunda época.

Alguns anos ainda seriam necessários para que a questão salarial fosse amenizada. A lei Carlos Maximiliano que parecia dar novos rumos à educação logo se tornaria, em alguns quesitos, letra morta. O não investimento na educação pública, em pouco tempo, voltou a ser prática dos governos subseqüentes. Novamente os docentes se viam as voltas com os problemas de infra-estrutura e a constante preocupação com a educação voltada para as classes mais baixas da cidade.

No ano de 1922, essas velhas querelas levaram a organização da I Conferência Interestadual de Ensino Primário. O ano era propício para que os professores chamassem a atenção da sociedade e das autoridades para sua causa. Data do Centenário da Independência, a cidade enfeitava-se para receber a Exposição

Internacional do Centenário, onde diversas autoridades nacionais e internacionais estariam presentes.

O prefeito Carlos Sampaio, em carta oficial divulgada pelos jornais, reconheceu as dificuldades encontradas pelos professores para exercer de forma plena a profissão docente, mas solicitou que, nesse ano de comemorações, por um instante, as dificuldades fossem postas de lado e que os alunos da instrução pública preparassem trabalhos relacionados ao Centenário. A reação da classe docente foi imediata. Diversas críticas a política do prefeito surgiram em meio às discussões e a principal delas girava em torno do desmonte do Morro do Castelo. Alguns diziam que um prefeito de desaloja impiedosamente a população carente, jamais se preocuparia em dar aos filhos desse povo sofrido a instrução necessária para superarem as adversidades da vida.

Os professores, secretários de ensino, representantes do governo federal e senhoras da alta sociedade, mantenedoras de instituições de caridade, viram na Conferência ficar acordado que a partir daquele ano, 10% da receita dos estados deveriam servir à instrução pública. Além disso, as visitas de médicos da rede pública de saúde às escolas públicas da cidade tornaram-se obrigatórias. Instrução e saúde para os futuros trabalhadores do Brasil foi parte da resolução final da Conferência Interestadual de Ensino Primário. Cabe-nos aqui dizer que, como todas as resoluções anteriores, essa também teve vida muito breve e logo os investimentos em educação voltariam ao mesmo ritmo de descaso.

O clima de insatisfação não só dos professores, mas das classes médias urbanas tornava-se latente. O despreço pela educação, por parte dos governos e dos donos de escolas particulares, alimentava a atmosfera de discussões e protestos. Cansados de esperar pelos dirigentes, um grupo de docentes liderados pelo professor David José Perez funda em 1927 a Confederação de Professores Brasileiros. Essa associação, criada para defender os interesses dos professores, durou apenas três anos, mas sua existência serviu de base para uma organização ainda maior e mais combativa que estava por vir.

Com a tomada do poder por Getúlio Vargas e seus correligionários, a política nacional toma um rumo diferente. A população agora se vê ansiosa por melhorias na

condição de vida, os grandes investidores esperam por um desenvolvimento industrial pleno e os trabalhadores buscam o reconhecimento de seus direitos. É dentro desse clima de euforia que diversos sindicatos de classes surgem no início da década de 30.

Dentro da área trabalhista temos a aprovação da lei 19770, de 19 de março de 1931, que impõe a criação de sindicatos oficiais. Essa regulamentação sindical chamava atenção para o fato de que os sindicatos deveriam possuir uma orientação estritamente profissional, sem finalidades políticas ou ideológicas e em total colaboração com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio do qual se esperava medidas favoráveis a todos os trabalhadores. Enquanto não ocorreu a definição das leis trabalhistas foi a lei dos sindicatos que tentou resolver as querelas entre patrões e empregados.

É importante observarmos que, se por um lado o enquadramento sindical impunha normas que limitavam a autonomia das instituições, por outro permitia aos sindicatos o acesso ao Estado que antes era tolhido aos trabalhadores. Deste novo Estado brasileiro, a população esperava o atendimento das reivindicações e a fiscalização do cumprimento das mesmas.¹⁴

Já no que concerne a educação, a primeira grande medida foi a criação de um órgão do governo que se dedica a questão. Ainda atrelada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a educação encontrava-se sempre em segundo plano nas decisões ministeriais. Contudo, em 14 de novembro de 1930 é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e imediatamente começa-se a pensar numa nova reforma educacional.

O direito de cursar o ensino superior era dado apenas pela aprovação nos exames vestibulares, sendo a conclusão do ensino secundário, no Brasil, não obrigatória para tal. Desse modo, os cursos ginasiais regulares eram quase que inexistentes e a maioria dos alunos davam preferência aos cursos preparatórios, mais rápidos e baratos, a fim de prestarem os testes das Juntas Examinadoras que lhe conferiam o direito de prestar o vestibular. Essa prática conferia a profissão docente

¹⁴ COELHO, Ricardo B. M. “O Sindicato dos Professores e os Estabelecimentos Particulares de Ensino no Rio de Janeiro”. Niterói - dissertação de mestrado - UFF, 1988.

um caráter semi-assalariado e liberal onde o próprio professor estabelece o valor de sua aula.

Esse quadro é alterado pela lei 19.890 de abril de 1930 que determina a implantação definitiva do regime seriado de 2º grau com frequência obrigatória e a extinção gradual dos exames parcelados preparatórios. A medida imprimiu ao ensino secundário uma nova organização, dividindo-o em dois ciclos: o primeiro de cinco anos denominado curso fundamental e o segundo de dois anos que constituía o curso complementar. Este curso estava dividido em três ramos, de acordo com os estudos superiores que o aluno visasse realizar. A partir de então, a formação escolar regular torna-se pré-requisito para o ingresso ao ensino superior. Ao mesmo tempo em que praticamente extingui as aulas particulares preparatórias, essa medida valoriza o professor e a escola que passam a ter autonomia na aprovação ou não de seus alunos.

Além dessa medida, a Reforma Francisco Campos, como ficou conhecida, estabelece que todos os que pretendessem seguir o magistério deveriam se graduar pela Faculdade Nacional de Filosofia, ainda a ser constituída. Enquanto a faculdade não se tornava uma realidade, os professores de todo Brasil deveriam atuar com um registro provisório adquirido no recém criado Departamento Nacional de Ensino. Essa foi a primeira medida tomada na história do país em torno da regulamentação da profissão docente. Mesmo que mais tarde ela venha a causar certo transtorno aos professores, nesse momento ela foi muito bem aceita por todos os docentes no país.

Ainda na área da educação, a Reforma dividiu o ensino comercial em dois cursos distintos e ampliou o tempo para a formação, regulamentou a adoção do regime universitário em detrimento das faculdades isoladas existentes e instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras que dispõe sobre a organização do ensino superior no país apontando para o que futuramente virá a ser a Universidade do Brasil. Manteve ainda a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário e incluiu como obrigatório o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas normais do país.

Outra decisão que atingiu a classe docente foi a obrigatoriedade da conclusão do ensino primário para a obtenção da recém instituída carteira de trabalho. Com a aprovação dessas medidas, a área de atuação dos professores se amplia rapidamente.

Torna-se agora necessária uma instituição que lute pela manutenção e ampliação dos direitos adquiridos.

2.3

A reunião em um sindicato.

Os professores Erymá Carneiro e Cornélio José Fernandes eram companheiros de trabalho no conceituado curso Freycinet, no centro da cidade. Antes de iniciar suas aulas era de praxe a leitura do jornal e um cafezinho nas imediações. Ao se depararem com a notícia da aprovação da lei que criava os sindicatos oficiais ambos chegaram à conclusão de que era hora de organizar a dispersa classe docente e para auxiliá-los nessa missão o nome de David José Perez, ex-presidente da extinta Confederação de Professores Brasileiros, era o mais indicado.

Os primeiros encontros entre os três professores se deram em Santa Teresa na casa de David José Perez onde todos concordaram em convocar a categoria, através de uma nota na imprensa, para uma série de reuniões onde se discutiriam os termos de criação de um sindicato docente. Ficou acordado que as tais reuniões ocorreriam na sede do Instituto Brasileiro de Contabilidade, na Rua do Rosário, já que Erymá Cordeiro era contador de formação e possuía credibilidade dentro do Instituto. Também ficou acordado que os encontros para formação do sindicato se dariam sempre aos domingos, único dia livre em comum, iniciando em 26 de abril e seguindo por seis domingos consecutivos.

Durante essas reuniões muito se discutiu se o sindicato que nascia ali seguiria uma linha exclusivamente profissional ou se a instituição exerceria algum tipo de partidarização política ou ideológica. Muito também se discutiu sobre se a entidade atenderia aos professores de todos os níveis, onde se instalaria sua sede e o formato de futuros processos eleitorais. Enfim, em 31 de maio de 1931 era apresentado aos presentes o primeiro estatuto da entidade batizada de Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Comercial do Distrito Federal. Nele ficam estabelecidos que o sindicato deveria seguir uma linha estritamente profissional, que os donos de escola, mesmo sendo professores, não teriam direito de sindicalizar-se e que, como

percebemos no nome, só fariam parte de seu quadro professores do ensino secundário e comercial da cidade do Rio de Janeiro.

Nascia assim o primeiro sindicato oficial de professores do Brasil. Sua secretaria provisória, presidida pelos três professores formadores da entidade, foi mantida numa sala do Instituto Brasileiro de Contabilidade até meados do mês de setembro e é nela que temos a primeira eleição para o Conselho Diretor. Ocorrida em 05 de julho de 1931 e formada por uma chapa única, a eleição transcorreu sem maiores problemas. Os 47 associados do Sindicato dão, através do voto, a autonomia necessária ao Conselho Diretor que elege como primeiro presidente o professor e jurista Hannemann Guimarães e estipula o 8 de julho como data das próximas eleições. Cabe lembrar que segundo a lei dos sindicatos oficiais as eleições para todas as entidades se dariam anualmente.

O número de associados cresceu vertiginosamente e em quatro meses ultrapassava a cifra dos 200 associados. Se considerarmos o número de professores atuantes no Rio de Janeiro a quantidade pode parecer relativamente baixa, mas é importante levar em conta a demora para a sindicalização já que esta deveria ser aprovada pelo Conselho Diretor. Parte da busca pelo Sindicato se deve em muito pelo caráter assistencialista que as instituições possuíam. Para amenizar as pressões sobre o Estado, os sindicatos eram responsáveis por oferecer aos seus associados serviços médico, jurídico e odontológico. Além disso, a obrigatoriedade do registro dos professores no Departamento Nacional do Ensino para exercerem suas funções logo se tornou exigência entre o patronato, mesmo que o referido departamento só existisse no papel. Até a constituição física desse órgão, que só se deu em 1934, o registro de sindicalizado foi validado como substituto.

Em setembro de 1931 o Sindicato inaugurou seu novo endereço na Praça Tiradentes, 50; onde funcionava o Centro Mineiro. Este espaço é cedido ao Sindicato pelo professor Arides Tavares, promotor da cultura mineira no Rio de Janeiro. É nesse local que ocorre, em 13 de setembro, a 2ª Assembléia da diretoria, não mais presidida por Hannemann Guimarães que deixou seu cargo no sindicato pouco tempo depois devido a seus afazeres no Colégio Pedro II onde era catedrático de latim. Presidida pelo professor Agrícola Bethlem, nela vemos configurar-se o que seria o

primeiro embate entre o Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Comercial do Distrito Federal e o Ministério da Educação e Saúde através da redação de um documento que se mostra contrário às Juntas Examinadoras. Além disso, formou-se uma comissão para redigir o anteprojeto da regulamentação da profissão docente a ser apresentado ao chefe do governo provisório, Getúlio Vargas.

Pelo estipulado pela Reforma Francisco Campos as antigas Juntas Examinadoras estariam extintas já em 1931. Neste ano todos os alunos candidatos aos exames vestibulares deveriam realizar provas parciais e finais diante de uma banca composta por dois professores do próprio colégio, oficialmente reconhecidos, sobre a presidência de um inspetor de seção didática designado pelas recém-criadas secretarias de ensino dos estados. A falta de organização do Ministério da Educação e Saúde, que não criou as tais secretarias a tempo, impediu o cumprimento da medida e o velho sistema de Juntas, que impedia a participação dos professores, foi mantido como solução para o ano de 1931.

Em decorrência disto, o Sindicato envia diversos telegramas solicitando audiências para o ministro Francisco Campos e o presidente do governo provisório Getúlio Vargas. Num desses telegramas há, inclusive, a denúncia contra o ministro Belisário Penna, responsável pela pasta da Saúde Pública. Nele o sindicato alega que o referido ministro queria afastar os professores do processo de avaliação dos alunos e que este considerava a classe como uma “praga do ensino, um elemento nocivo à educação”. Ainda no telegrama vemos que sob o olhar dos dirigentes “a medida visava gerar na mocidade a desconfiança e o descrédito com a classe dos professores”.¹⁵ Apesar dos protestos, liderados pelo Sindicato e apoiado pelos alunos, os exames foram realizados em dezembro. Contudo, em 1932 o decreto-lei que extinguiu as Juntas é finalmente posto em prática e os professores puderam participar do processo de avaliação de seus alunos.

Quanto à redação do anteprojeto produzido pelo Sindicato, este tinha como finalidade retirar os professores da categoria semi-assalariada e liberal e inseri-los, legalmente, na categoria de trabalhadores assalariados. Essa medida traria outros

¹⁵ Idem.

benefícios à categoria previstos nas novas leis trabalhistas criadas pelo novo regime. Porém, o anteprojeto de lei que regulamentava a profissão docente permaneceu congelado no Ministério da Educação e Saúde e chegou, inclusive a desaparecer dos arquivos, sendo o ministro Francisco Campos denunciado pelo Sindicato em 1932. O processo judicial foi arquivado e alguns anos seriam ainda necessários para a transformação da categoria.

Reconhecido como um órgão de trabalhadores autônomos, o Sindicato, durante seu primeiro ano de funcionamento, tentou regulamentar certas medidas através de acordos diretos com o patronato e percorreu diversas escolas colhendo a assinatura de seus diretores para a confecção de um convênio que assegurasse, num primeiro momento, o pagamento das férias. Infelizmente, alguns colégios católicos da época recusaram-se a assinar o convênio alegando que estas instituições seguem as determinações de suas respectivas Ordens não cabendo aos diretores tal decisão. Desse modo, o convênio não foi firmado. Porém, alguns colégios, como o curso Freycinet, se proporiam a pagar os meses de dezembro e março. Dessa forma, os professores dessas escolas que recebiam apenas oito meses passaram há receber 10 meses.

Outra vitória deste Sindicato foi a inclusão da categoria no recém criado Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC). Não sendo reconhecida como categoria assalariada, os professores não possuíam seu Instituto de Previdência e com isso não gozavam de certos benefícios oferecidos pelos mesmos, como lazer, atendimento médico, o direito a aposentadoria e planos de compra de imóveis. A importância dessa vitória materializa-se como o primeiro passo para os direitos trabalhistas que ainda viriam ser conquistados.

No plano político o Sindicato dos Professores, em 1932, junto ao Sindicato dos Bancários e ao Centro dos Operários e empregados da Light e Cia Associados fundou a primeira federação sindical do país nomeada Federação do Trabalhador do Distrito Federal. Após a fundação aderiram a essa federação a Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, União dos Estivadores, Centro dos Operários e empregados do Cais do Porto, Sindicato da Construção Civil, Sindicato do Carvão Mineral, Sindicato do Petróleo e Similares, Sindicato dos Barbeiros, Sindicatos dos

Marinheiros e Sindicato dos Vidraceiros formando a primeira união sindical do Brasil.¹⁶ Uma das primeiras medidas dessa Federação foi apresentar à Assembléia Constituinte um projeto bastante avançado no qual defendia entre outros itens, a autonomia sindical, o direito a greve pacífica, a obrigatoriedade das convenções coletivas de trabalho, a estatização dos transportes de qualquer natureza e a socialização dos latifúndios e terras devolutas. A única vitória vinda desse projeto foi a instituição das convenções coletivas em 1932, mas estas permaneceram letra morta durante muito anos e todas as conquistas sociais vieram através de reformas na legislação. Daí o enorme significado assumido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e pelas Juntas de Conciliação e Julgamento nas décadas de 30 de 40.

Concomitante ao processo de luta pelos direitos trabalhistas, em 1932, um grupo de educadores lança à nação o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros nomes conceituados como Anísio Teixeira, Delgado de Carvalho, Cecília Meirelles, Edgar Sussekind de Mendonça, Darcy Ribeiro, Paschoal Lemme e Florestan Fernandes; tinha como um de seus objetivos situar a educação como primazia nos planos da nação para alcançar os parâmetros mais elevados de desenvolvimento político, cultural e social. Além disso, eles pregavam que apenas um regime estatal de ensino público, laico e aberto seria capaz de corrigir as enormes desigualdades do Brasil.¹⁷

É dentro desse espírito de lutas e reivindicações que vemos surgir um grande número de instituições sindicais. Em particular, o Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Comercial do Distrito Federal tomou frente em muitas dessas batalhas. Contudo, sua forma de vínculo não-trabalhista contribuiu para retardar a formação de uma consciência de classe e a organização sindical em torno em muitas reivindicações, além do fato de os donos de escolas também lecionarem o que ajuda a encobrir os interesses trabalhistas.¹⁸

Outro fato que alavancou a formação sindical no país foi a opção tomada pelo governo provisório de adotar uma constituição classista para o novo projeto

¹⁶ Arquivo Sinpro-Rio.

¹⁷ Cópia do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova existente no arquivo do Sinpro-Rio.

¹⁸ Idem.

legislativo do Brasil. Dentro dessa proposta temos a escolha dos deputados constituintes feita pelos membros da classe trabalhadora, ou seja, ao delegados dos sindicatos oficiais. Apenas essas autoridades sindicais reconhecidas pelo Estado teriam direito a voto para a formação do corpo legislativo que redigiria a nova Constituição brasileira. Se por um lado essa manobra atrelava cada vez mais o movimento sindical ao Estado, por outro ela dava a esse mesmo movimento de trabalhadores um nível de participação num processo onde o povo, quase sempre, encontrou-se apartado.

A partir de agosto de 1933, o Sindicato passa a atender na Rua São José, 52, bem próximo a Assembléia Legislativa. Sua participação na Assembléia Nacional Constituinte voltou-se inteiramente para a conscientização dos futuros deputados classistas de que era urgente que se investisse em educação e que se valorizasse a profissão docente. Dentro desse processo os membros da diretoria redigiram um manifesto para esclarecer os motivos pelos quais os períodos de férias escolares deveriam ser remunerados. Além disso, visando estender seu quadro de associados e o número de professores participantes do processo de reconhecimento profissional, o Sindicato, através de uma alteração em seu estatuto passa a denominar-se Sindicato dos Professores do Distrito Federal. Sua estada na Rua São José foi bastante rápida e já em novembro encontra-se com nova sede no Edifício Odeon, na praça conhecida como Cinelândia.

O Sindicato inicia o ano de 1934 enfrentando fortes retaliações do patronato. Após a formação da Assembléia Constituinte, os professores ligados ao Sindicato passaram a atuar mais ativamente dentro das escolas para o fortalecimento da classe e do coro de reivindicações. Como recompensa, ao longo do ano, vê-se crescer, desordenadamente, o número de demissões nos colégios do Rio de Janeiro.¹⁹ Em contra partida, a diretoria recorre a seus deputados classistas na Assembléia Constituinte que repudiam publicamente a política de demissões e pedem ao Ministério da Educação e Saúde que interceda na questão da regulamentação da profissão docente.

¹⁹ Arquivo do Sinpro-Rio.

No ano seguinte vê-se surgir a primeira tentativa de contrato regular de trabalho para os professores. Apesar de encontrarem-se previstas em lei desde 1932, a prática de formular convenções coletivas de trabalho ainda não havia sido posta por nossa categoria por conta das negativas do patronato. Este contrato formulado em 1935 ainda não se encaixa nos padrões de uma convenção coletiva, já que o Sindicato não teve participação na sua constituição, mas figura-se como um ganho para a categoria.

Em prática, os donos de escola junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública aprovaram os itens para a regulamentação do trabalho docente. Nesse contrato constava pela primeira vez uma remuneração mínima por aula que foi estipulada em 6mil réis. Além disso, os contratos de trabalho seriam assinados até 28 de fevereiro e o período de férias escolares passaria a ser remunerados com base na média recebida durante o ano letivo. As demissões foram condicionadas ao pronunciamento da Inspeção Geral do Ensino Secundário em processo regular decorrente de inquérito procedido por escrito, com pelo menos 60 dias de antecedência, caso não fosse de interesse do colégio renovar o contrato do professor. E finalizando o contrato, os feriados deixariam de ser descontados dos salários dos docentes. Mesmo assim, os professores não deixaram de recorrer à justiça, através das Juntas de Conciliação para garantir seus direitos²⁰.

Porém, o que parece ser um contrato vantajoso para toda categoria acaba por se tornar uma barreira. Isso se deve ao fato de que o salário mínimo estipulado por aula, tornar-se inferior ao já pago pela maioria dos grandes colégios da cidade o que resultou em diminuição salarial para vários professores. Em segundo lugar, o condicionamento das demissões ao julgamento da Inspeção, que parece ser uma medida cautelar para reprimir o processo nada mais é do que a institucionalização do mesmo. Tal Inspeção encontrava-se subordinada ao Ministério da Educação e Saúde onde os donos de escolas possuíam voz ativa. Isso se deve muito ao fato de o estatuto do Sindicato proibir a sindicalização dos donos de escola mesmo sendo professores. Estes como docentes se ligam ao Ministério e a Associação Brasileira de Educação

²⁰

Idem.

(ABE) ganhando com isso muita força nas decisões ligadas à política educacional e a regulamentação da profissão docente. É essa maciça presença do patronato no Ministério da Educação que leva o Sindicato a voltar-se para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criando um verdadeiro embate entre os ministérios que só se apazigua com a nova constituição de 1946.

Mesmo com a aprovação de uma Constituição de caráter mais liberal e moderna, na qual diversos direitos trabalhistas foram garantidos e muitas medidas de cunho nacionalistas foram tomadas, certo clima de insatisfação com os rumos do novo governo ainda pairava no ar. É dentro dessa atmosfera que temos, em março de 1935, a fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) que entre outras coisas apoiava medidas nacionalistas e tinha como bandeira a reforma agrária e a melhoria das relações de trabalho. Sua rápida adesão por alguns seguimentos militares e católicos, e principalmente, por membros e simpatizantes do Partido Comunista causa certo temor aos líderes do Estado e em julho a ANL é posta na ilegalidade²¹.

Sua nova condição de movimento ilegítimo não se constituiu como uma grande barreira para a organização de seus adeptos que continuaram realizando comícios e distribuindo panfletos contra as ações do governo. Muitos grupos de intelectuais e trabalhadores do Brasil engrossaram as críticas ao governo Vargas, entre eles parte da diretoria do Sindicato dos Professores do Distrito Federal que denunciavam o descaso com a educação e a classe docente.

Em decorrência dessa insatisfação, em novembro de 1935 ocorrerem levantes tenentistas em três cidades do país, entre elas o Rio de Janeiro. Esses militares contavam com o apoio do operariado fluminense para levar o movimento até as portas do Palácio do Catete, derrubar o governo Vargas e instalar uma república popular no Brasil. Contudo, os esperados movimentos grevistas não ocorreram e o levante foi violentamente reprimido pelas forças do governo. Desde então, uma forte repressão contra todos os movimentos contrários ao governo se espalhou pelo país.

²¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. “Os anos rebeldes do tenentismo”. **Revista de História [da] Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, v.1,nº1, p.46-51,jul.2005.

Milhares de pessoas foram presas incluindo deputados, senadores e o próprio prefeito de Distrito Federal, Pedro Ernesto²².

A perseguição não se deu de forma menos violenta dentro do Sindicato dos Professores do Distrito Federal. O enalço aos insatisfeitos com a política nacional levou ao afastamento da categoria que temendo pelas prisões e demissões esvaziou rapidamente o Sindicato. O ano de 1936 se inicia com uma diretoria desmantelada e um número irrisório de sócios pagantes. Já em fevereiro o presidente, professor Carlos Nogueira Branco é afastado de seu cargo e sem recursos, o Sindicato vê-se obrigado a deixar a sede no Edifício Odeon, passando a funcionar numa sala emprestada na sede do Sindicato dos Vendedores Pracistas, Operadores Cinematográficos e Manipuladores, na Rua da Quitanda, 72 - 2º andar.

Financeiramente combalido, sem a formação de qualquer tipo de liderança ou apoio de sua categoria, o Sindicato dos Professores do Distrito Federal, vê-se, entre 15 e 22 de março de 1937, vítima de um processo movido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio onde ao final dele sua carta sindical é cassada, ficando proibido de atuar. Os professores do Distrito Federal estavam assim desamparados de seu órgão sindical.

Além das prisões e cassações, a derrota do movimento que ficou conhecido como Intentona Comunista deu início a uma série de medidas repressoras onde o próprio legislativo aprovou diversas medidas que diminuíssem seu próprio poder de atuação. Com poderes cada vez maiores o executivo comandava o país a seu bel prazer até o golpe final em novembro de 1937. Com o fechamento do Congresso Nacional, o cancelamento das eleições no país e a manutenção de Getúlio Vargas no poder têm-se instaurado o Estado Novo.

O novo texto constitucional apresentado pelos líderes estadonovistas enfraquece muitas das conquistas adquiridas na Constituição de 1934. Na área educacional, observa-se uma clara preocupação com a preparação da mão-de-obra brasileira para as novas necessidades do capital industrial enfatizando a importância do ensino profissional. Além disso, a carta constitucional propõe que o ensino das

²² Idem.

ciências e das artes seja livre à iniciativa individual, sendo oferecidas por associações públicas ou privadas. Desse modo, o dever do Estado de investir em educação é amenizado à medida que as instituições particulares ganham força e respaldo legal. Seu texto traz ainda uma clara distinção entre trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual para as classes de menor poder aquisitivo. Este tipo de distinção deveria se iniciar desde os primeiros anos de aprendizagem graças à obrigatoriedade do ensino de trabalhos manuais nas escolas públicas primárias e secundárias²³. Outra medida importante foi a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) mantidos sob a forte vigilância do Estado.

Mesmo impossibilitados de atuar em torno de um sindicato oficial, os professores não se mantiveram inertes. Após a cassação, um novo grupo de docentes de reúne em torno de uma junta governativa presidida pelo professor Luis Bastos Ribeiro para traçar as metas necessárias para o restabelecimento do Sindicato dos Professores do Distrito Federal. Um ano após a cassação um novo estatuto é apresentado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e em junho de 1938 uma nova carta sindical é expedida. O Sindicato restabelece sua oficialidade, aloca-se na Rua da Quitanda, 45 e elege como presidente o professor Manoel Caetano Sipaúba, defensor da total colaboração com o Estado Novo, declarando publicamente seu respeito à nova "Lei da disciplina e da ordem".²⁴

A reorganização da classe se dá de forma difícil e penosa. Trazer de volta ao Sindicato os velhos professores que foram presos ou afastados em decorrência dos acontecimentos de 1935 era visto com maus olhos pelo Estado. Por outro lado, atrair novas lideranças tornava-se muito difícil. Apesar de prevista em lei desde 1931, a Faculdade Nacional de Filosofia só foi criada em 1939 e é nela que se formam os novos quadros de professores do Rio de Janeiro. Os jovens docentes viam com certa desconfiança uma diretoria sindical que se mostrava favorável do Estado Novo.

²³ BOMENY, Helena. "Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira". *Interseções-Revista de Estudos Interdisciplinares*. Rio de Janeiro, v. 5, n° 2, p.277-301, dez. 2003.

²⁴ Acervo de periódicos do Sinpro-Rio.

Visando amenizar as possíveis pressões que o Estado sofreria por parte dos trabalhadores e a manutenção de seus poderes sobre os sindicatos, em 1939 é outorgada uma nova lei sindical que confere às instituições classistas um caráter bastante administrativo. A partir dessa lei, todas as funções dos sindicatos passariam a ser delegadas pelo Estado que as transformaria em verdadeiras máquinas burocráticas²⁵. Agora, os sindicatos encontravam-se responsáveis pelo gerenciamento de seus institutos e caixas de pensão e aposentadoria, e seriam obrigados a prestar assistência dentária, médica e jurídica, além de equipar-se com biblioteca, creche e escolas profissionais. Todos os sindicatos teriam um prazo máximo de dois anos para adequarem-se às novas regras.

Após alegar total colaboração com o regime estadonovista, os membros da diretoria do sindicato dos professores passaram a gozar de certo respaldo nos momentos de negociação. Mesmo com Ministério da Educação e Saúde ainda voltado para as necessidades do patronato, o Sindicato conseguiu manter o direito ao pagamento de férias adquirido antes da cassação. Fazendo uso de meios de negociação ordeiros, novos e importantes avanços são conquistados. O mais significativo deles foi o decreto-lei 2028 de fevereiro de 1940 que pela primeira vez traz resoluções que amparam o trabalho docente. Suas determinações são bastante inovadoras se avaliarmos a realidade dos professores da época, mas elas nada mais são que o fruto de muitos anos de lutas.

A primeira das inovações do decreto é a obrigatoriedade do registro profissional em carteira de trabalho. Foi através dessa medida que tivemos a extensão dos direitos trabalhistas para a categoria docente que, enfim, tem reconhecido seus direitos como categoria assalariada e não mais como profissão liberal. A partir desse momento fica estabelecido que a remuneração dos professores se desse por aula dada, com o pagamento efetuado mensalmente abolindo dessa forma a prática de pagamento ao final do dia que desvinculava o professor da escola. Além disso, dos salários só seriam descontados os dias faltados pelo professor e não mais os feriados

²⁵

ANTUNES. Ricardo L.C. "O que é sindicalismo". São Paulo: Brasiliense, 1982.

como era costume, e a remuneração das horas excedentes também é regulamentada por essa lei.

Ainda dentro do decreto temos a proibição dos trabalhos aos domingos, o estabelecimento do mês de trabalho com quatro semanas e meia, o direito de ausência por nove dias para gala ou luto, o pagamento regular dos períodos de férias e exames, sendo esses últimos à única prática permitida durante o recesso e com tempo limitado a oito horas de trabalho. No caso de os exames ultrapassarem esse período seria conferido ao professor um pagamento complementar tendo cada hora excedente o valor de uma aula.²⁶

O decreto também limitou a seis o número de aulas diárias a serem dadas com a obrigatoriedade de 90 minutos para descanso ou almoço após o decurso de três aulas consecutivas. Essa medida limitou em muito a possibilidade do professor de incrementar seus ganhos salariais e imediatamente o Sindicato solicitou a sua revisão. O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi favorável à alteração, mas essa só ocorreu em 1941. A partir da nova redação o número de aulas fica limitado a seis por estabelecimento de ensino.

Ironicamente o decreto-lei determinava que só estariam aptos ao funcionamento os estabelecimentos que remunerassem condignamente seus professores e que ficaria a cargo do Ministério da Educação e Saúde fixar os critérios dessa remuneração e fiscalizar os estabelecimentos que não a cumprissem. Como já dissemos anteriormente, este ministério mostrava-se sempre bastante favorável aos anseios dos donos de estabelecimentos de ensino e mais uma vez, o salário-aula fixado manteve-se abaixo do que já era praticado na maioria das escolas. Este valor da hora-aula se manteria congelado até 1945.

Mesmo refletindo alguns ganhos o decreto ainda não se configurou como a solução definitiva para todos os problemas dos professores. A questão salarial, por exemplo, manteve-se como uma preocupação permanente. Enquanto o Ministério da Educação e Saúde esteve a frente dessas decisões, o Sindicato não conseguiu colocar em prática a determinação das Convenções Coletivas, instituídas desde 1932. As

²⁶

Arquivo do Sinpro-Rio.

demais determinações, cuja fiscalização cabia ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, quando não cumpridas eram ao menos julgadas pelas Juntas de Conciliação. Já os reajustes salariais tornaram-se batalhas longas e cansativas.

Como se não bastassem os constantes embates com o patronato, sempre amparado pelo Ministério da Educação, em 1941 o Sindicato se viu, novamente, ser vítima da questão do enquadramento sindical. A fiscalização regular por parte do Ministério do Trabalho alegou que o Sindicato dos Professores do Distrito Federal não se encontrava dentro dos parâmetros regulamentados em 1939 e recomenda a cassação de sua carta sindical. O presidente Petrônio Motta rapidamente se movimenta para evitar a nova ilegalidade e no mesmo ano envia o novo pedido de reconhecimento e a promessa de reforma no estatuto. Contudo, o número de instituições sindicais que têm sua cassação recomendada é imenso e os processos da reavaliação acabam se acumulando dentro do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Durante a espera, o sindicato docente viveu um período de incertezas.

Durante o ano de 1942 o Sindicato sofreu com a indecisão do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio estando de fora dos debates de uma nova modificação no ensino proposta e executada pelo ministro da educação e saúde Gustavo Capanema. Em sua reforma, batizada de Leis Orgânicas da Educação, temos o reconhecimento do ensino profissional como um ramo do ensino secundário e não mais do ensino primário como se encontrava anteriormente. Além disso, temos a regulamentação do ensino industrial e comercial. Vale frisar que o SENAI é criado imediatamente, já o SENAC só vem a configurar-se em 1946, após o Estado Novo. No ensino regular a modificação de sua composição determinou que este fosse constituído de cinco anos de curso primário, quatro do curso ginasial e três de colegial que deixava de ser um mero preparatório para o vestibular e ganhava uma característica de formação geral sendo dividido em científico e clássico. A modificação curricular instituiu a educação militar para os alunos do sexo masculino, manteve o caráter facultativo da educação religiosa e o obrigatório da educação moral e cívica.

Houve ainda uma recomendação para que a educação de moças e rapazes fosse feita em estabelecimentos distintos²⁷.

Outro fato significativo foi a aprovação do decreto de 1º de maio de 1943 onde todas as leis trabalhistas produzidas desde 1930 foram reunidas no texto final conhecido como Consolidação das Leis do Trabalho. Além das leis trabalhistas, as leis que regem os sindicatos também foram revistas e reformuladas para a constituição da CLT. Desse modo, muitos dos sindicatos que se encontravam em vias de cassação tiveram nova carta sindical expedida.

No caso específico do Sindicato de Professores do Distrito Federal, além da Nova e definitiva carta sindical, foi imposta pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a formação de uma junta governativa que enquadraria o sindicato nas determinações legais. Empossado como presidente, o professor Elpídio Pimentel, junto a sua diretoria, convoca assembléia para a discussão das alterações estatutárias. Através delas, o Sindicato conseguiu montar uma proposta de organização de modo que passasse a prestar assistência médica, dentária e jurídica, além dos serviços de biblioteca e creche previstos na CLT. A exigência de uma escola profissionalizante foi considerada inadequada para a formação de professores já que estes deveriam, agora, formar-se pela Faculdade Nacional de Filosofia. Além do acréscimo dessas determinações, o estatuto sofreu nova alteração na denominação da entidade que passou a se chamar Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e Artes do Rio de Janeiro.

Regulamentado seu funcionamento o Sindicato muda-se para a nova sede na Rua Álvaro Alvim, 33/37 sala 720 e reinicia suas atividades movimentando os processos de não pagamento de férias estacionados no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e conseguindo várias vitórias nesse setor. Instalados num dos prédios mais modernos da cidade, com cinema e restaurante, no coração do Rio de Janeiro, os membros da diretoria rapidamente iniciaram uma campanha de conscientização do papel do professor na sociedade e do papel do sindicato na vida

²⁷ D'ARAÚJO, Maria Celina. "Nos braços do povo: a segunda presidência de Getúlio Vargas". In: "As instituições brasileiras da Era Vargas"/ Organização Maria Celina D'Araujo. Rio de Janeiro, Ed. UERJ; Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 97-118.

dos professores. Com distribuição de panfletos e palestras que lotavam a sala da sede, em poucos meses o número de sindicalizados duplicou e já no ano seguinte, mesmo que com vida curta, temos a publicação do primeiro boletim informativo onde as leis que protegiam a profissão docente eram publicadas e amplamente divulgadas, incrementando o movimento de pressão sobre o patronato²⁸.

O ano de 1943 também foi marcado pela formatura da primeira turma de professores saídos dos bancos na Faculdade Nacional de Filosofia. Prevista há mais de 10 anos, a instalação da Faculdade dá ao magistério status de profissão de nível superior e o diploma de licenciado torna-se exigência para a docência. Ao mesmo tempo em que a instituição do diploma valoriza a formação do professor, ele torna-se um impedimento aos velhos docentes que ainda lecionavam amparados pelo registro no Departamento Nacional de Educação.

Escorados pela nova exigência o patronato rapidamente inicia um maciço processo de demissão dos professores que possuíam apenas a licença provisória. Esse movimento deflagra uma verdadeira batalha entre o Sindicato e os patrões que se arrasta durante anos. Num primeiro embate, mediado pelo Ministério da Educação e Saúde todas as demissões efetuadas pela falta de diploma foram consideradas justas e os professores demitidos aconselhados a ingressar na Faculdade caso desejassem manter a profissão docente.

Atentos às manobras do patronato dentro do Ministério da Educação e Saúde, a diretoria do Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e Artes do Rio de Janeiro estuda outras formas de reverter este processo de demissões. Numa delas temos a redação de diversas cartas destinadas ao presidente Getúlio Vargas e ao Ministro Gustavo Capanema apelando para o bom senso das autoridades quanto à questão. No entanto, as cartas jamais foram respondidas²⁹ e nem mesmo as diversas notas publicadas nos jornais da época sensibilizaram as autoridades competentes. Desse modo, o Sindicato tenta articular a mudança da esfera para o julgamento desses processos. Alegando se tratar de questões trabalhistas, o Sindicato exige que seja o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o responsável pela avaliação dos

²⁸

Arquivo do Sinpro-Rio.

²⁹

idem

processos. De qualquer forma, a querela ainda duraria alguns anos e o número de demissões cresceria na mesma escala que o número de licenciados pela Faculdade Nacional de Filosofia.

Outra questão urgente era a revisão das bases salariais da categoria. Desde a fundação do Sindicato foram feitos apenas dois cálculos oficiais sobre o valor da hora-aula, em 1935 e 1940, e ambos chegaram a valores inferiores aos que já eram pagos. Vale lembrar que esses dois primeiros cálculos foram executados pelo Ministério da Educação e Saúde com o auxílio dos patrões sem que o Sindicato dos Professores tomasse qualquer parte na discussão dessas propostas e ao questionar tais decisões a resposta oficial foi a seguinte:

“...considerando que a maior ou menor amplitude da condigna remuneração dos Professores de um Estabelecimento Particular de Ensino é assunto de livre entendimento entre aquêles e êste, dependendo, a sua fixação, de múltiplas circunstâncias de natureza econômica e cultural.³⁰”

Mesmo que sendo bastante desanimadora a colocação feita pelo Ministério da Educação e Saúde, o Sindicato não esmoreceu um só momento e em 24 de março de 1945 o presidente Wladimir Sonne Villard, enfim, consegue reunir-se com o diretor do Departamento Nacional de Educação, o sr. Abgar Renault e o sr. La-Fayette Côrtes, representante do Sindicato dos Diretores de Estabelecimentos de Ensino. Na reunião, entre outras coisas, discutiu-se a defasagem salarial da categoria e a promessa de um decreto que regularize a questão ainda dentro do ano. De resultado concreto apenas o pedido do diretor do Departamento Nacional de Educação para que o Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e Artes do Rio de Janeiro entregasse um documento contendo as principais reivindicações a serem discutidas para possível inclusão no futuro decreto.

De imediato o Sindicato lançou as seguintes questões; a Portaria Ministerial nº. 8, que regulava os salários dos professores deveria ser imediatamente revogada e nova Portaria deveria ser baixada. No entendimento do Sindicato eram as imperfeições e lacunas da referida Portaria as responsáveis pelos litígios entre professores e patrões. Além disso, a nova portaria deveria fixar novas bases para o

³⁰

Idem

salário-aula já que a base atual, além de defasada, era injusta, pois permitia dentro do mesmo estabelecimento a diferença salarial para professores da mesma série. E finalizando, os professores deveriam ser premiados por tempo de serviço dentro do mesmo estabelecimento e deveriam ser remunerados pelas correções de provas e aplicações de exames³¹.

Pouco mais de quinze dias depois, em 05 de abril de 1945, é promulgada, pelo Ministério da Educação e Saúde, a Portaria 204 que fixava as novas bases salariais. O espaço de tempo relativamente curto entre a apresentação das propostas do Sindicato e a assinatura da nova Portaria denuncia velhas manobras. Para a nova Portaria o Sindicato de Professores foi ouvido, mas não necessariamente tenha sido atendido.

Na nova Portaria, antigas cláusulas como férias remuneradas, proibição de trabalhos aos domingos e feriados, desconto apenas dos dias faltados e remuneração das aulas extras foram mantidas. A essas foram acrescentadas medidas como, após o decurso de três aulas consecutivas seria facultado ao professor o período de 90 minutos para descanso ou refeição e os salários deveriam ser pagos até 5º dia útil de cada mês. Referente à hora-aula, os cálculos mantiveram-se muito semelhantes aos anteriores baseando-se no salário mínimo, nas mensalidades pagas pelos alunos e no número de estudantes por turma. O que foi modificado foram as percentagens aplicadas a essas bases o que resultou em razoável aumento da hora aula. De qualquer forma, o salário mínimo não era o mesmo em todas as regiões do país e as mensalidades variavam muito, inclusive dentro de um mesmo estabelecimento. A medida tentou resolver o problema da defasagem em relação aos anos anteriores, mas não resolveu o problema dos diferentes salários pagos para professores das mesmas séries e dentro de um mesmo estabelecimento, por exemplo.

De qualquer forma, esta seria a última medida do Estado Novo voltada para os professores. Em outubro de 1945 Getúlio Vargas seria deposto pela frente militar liderada pelo Ministro de Guerra, General Góes Monteiro. Em seu lugar o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares presidiu o país até a posse de Eurico Gaspar Dutra em janeiro de 1946³².

³¹ Idem

³² D'ARAUJO, Maria Celina. "A Era Vargas". 1ªed. São Paulo: Moderna, 1997.

Confiantes na volta da democracia, os professores se organizaram em torno de seu Sindicato na tentativa de solucionar através da nova carta constitucional os velhos problemas da profissão. No entanto, antes mesmo da aprovação da Constituição, o novo ministro da Educação e Saúde, Ernesto de Souza Campos, junto ao presidente Eurico Gaspar Dutra, interpelaram no caso dos professores que atuavam apenas com o registro provisório. Em maio de 1946, é baixado um decreto presidencial que concede a todos os professores que se registraram provisoriamente até fevereiro de 1939 um documento definitivo sem que estes precisem prestar novos exames na Faculdade Nacional de Filosofia³³.

Resolvido o problema dos docentes com registro provisório e com um novo acordo salarial posto em prática, o Sindicato dos Professores uniu-se aos demais movimentos de trabalhadores em torno de propostas para a nova Constituição em discussão na Câmara dos Deputados. Alguns membros da diretoria prestaram apoio à fundação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), ligada ao PCB. Mesmo não prevista na antiga legislação sindical, esta central de trabalhadores liderou as campanhas pelas mudanças constitucionais. Ao longo do ano de 1946, inúmeras greves foram deflagradas pelo país exigindo a reestruturação das leis que regem os sindicatos, na busca por maior autonomia para as instituições, e pela melhoria nas condições de trabalho como o aumento do salário mínimo e a institucionalização do 13º salário.

Em 18 de setembro de 1946, o novo texto constitucional é aprovado contento poucas alterações em relação ao anterior. O imposto sindical, que a época representava pouco na manutenção financeira das instituições já que boa parte deste se destinava ao governo, foi mantido da forma como se encontrava. Também foi conservada a possibilidade de o Estado intervir na vida sindical. Como na ideologia estadonovista, o sindicato continuava a ser visto como órgão de colaboração do Estado oferecendo a seus associados assistência médica, dentária e jurídica; auxílio maternidade e funeral, Bureau de empregos, seguros e lazer.

³³

Arquivo Sinpro-Rio.

Em relação aos docentes, aponta-se, pela primeira vez, para a possibilidade de aposentadoria aos 25 anos de profissão para mulheres e 30 anos para homens. Porém, as exigências postas para isso são tantas e tão disparatadas que se tornava praticamente impossível aposentar-se com esse benefício. Nesta mesma Constituição, a prática do professor é reconhecida como umas das carreiras mais mal remuneradas da união fazendo com que seus trabalhadores estejam isentos do pagamento do imposto de renda³⁴. Esta última medida pouco agradou o Sindicato que passou a exigir do governo a imediata melhoria na condição de trabalho dos docentes.

Na área da Educação, ocorrem significativas mudanças. Através dessa Constituição temos a manutenção da obrigatoriedade de conclusão do ensino primário e pela primeira vez o compromisso legal do governo de legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Além disso, a nova carta constitucional fez voltar o preceito de que “a educação é direito de todos”³⁵, inspirada nos princípios proclamados no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. Ainda temos a regulamentação do Ensino Primário e do Ensino Normal e a criação o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.

Contudo, muitas das leis de segurança criadas durante todo o regime de Getúlio Vargas permaneceram em vigor na nova Constituição. Através delas os presidentes podiam intervir em sindicatos e quaisquer instituições que perturbassem a ordem política e social. A divisão da polícia em política e social se manteve ativa por muitos anos fazendo o levantamento da ficha de várias pessoas consideradas subversivas. O período do governo Dutra não foi diferente e até seu término cerca de 400 instituições classistas sofrem intervenções ou tiveram sua carta sindical cassada³⁶.

Tendo à frente um presidente favorável ao diálogo com as forças do governo, o Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e Artes do Rio de Janeiro não vem a sofrer qualquer tipo de intervenção. Ao contrário, esta instituição abre novos espaços e para os anos de 1947 e 1948 consegue colocar em prática as

³⁴ Idem

³⁵ Acervo da ALERJ.

³⁶ GIANOTTI, Vito. “História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil”. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

Convenções Coletivas, determinadas em lei desde 1932. Reconhecido como uma instituição sindical de trabalhadores e não mais de profissionais liberais, desde a instituição da CLT; nesses primeiros acordos foram mantidas as formas de remuneração expostas na Portaria 204 incrementadas de percentuais variáveis de aumento. O acréscimo se deve ao congelamento do salário mínimo pelo governo, medida que também estacionava o salário docente. Além disso, aos direitos já adquiridos, foi incorporado o pagamento do repouso remunerado reivindicado há tempos.

Animados com o aumento salarial real por dois anos consecutivos, fato que não acontecia com os demais trabalhadores do Brasil, a diretoria convoca uma assembléia de associados para discutir os termos de compra de uma sede definitiva, visando por um fim as constantes mudanças do Sindicato. Diversas propostas foram postas em pauta e muito se debateu até a conclusão de que a sede deveria ser mantida no centro da cidade. Na última reunião do ano, em 31 de dezembro de 1948, é aprovada a compra de uma sala no edifício número 13 da Avenida 13 de Maio.

Ainda no ano de 1948, o então ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani cria uma comissão com o objetivo de elaborar um anteprojeto de reforma geral da educação nacional. Esta comissão, presidida pelo educador Lourenço Filho, estava organizada em três subcomissões: uma para o Ensino Primário, uma para o Ensino Médio e outra para o Ensino Superior. Apresentado a Câmara Federal, o anteprojeto manteve-se estacionado por muitos anos devido às longas discussões suscitadas pelo seu texto progressista, entre elas a questão da responsabilidade do Estado quanto à educação. Diversos substitutivos foram apresentados, entre eles o do Deputado Carlos Lacerda que aumentaria a participação das instituições privadas no ensino. Treze anos ainda seriam necessários para que esse anteprojeto se constituísse como a 1ª Lei de Diretrizes e Bases da educação do país.

A década de 40 chegava ao fim com um índice inflacionário cada vez maior. Para piorar a situação, o salário mínimo encontrava-se congelado desde 1945 e os trabalhadores perdiam em muito seu poder de compra. Diversas greves e manifestações populares explodiam pela cidade e a polícia invadia as sedes dos sindicatos e prendia seus diretores sem cerimônia. Na instituição de professores ainda

em março de 1949, tentou-se fazer uma nova convenção coletiva com ganho real de aumento salarial. Contudo, os donos de escola se recusam a discutir as bases de um novo acordo alegando que o congelamento do salário mínimo, promovido pelo Estado, lhes dava o respaldo necessário para a recusa do aumento. Alguns meses se passaram e diversas reuniões de conciliação foram promovidas entre os diretores de escola e os diretores do Sindicato de Professores, mas todas foram em vão. Próximo ao término do ano, o Ministério da Educação e Saúde resolveu impor o acordo do ano anterior no qual os salários já se encontravam muito defasados por conta da alta inflação que assolava o país. Dessa forma, o Sindicato de Professores encerrava o ano engrossando o coro de reivindicações e protestos contra a política do General Eurico Gaspar Dutra. A insatisfação geral entre os trabalhadores brasileiros crescia de forma avassaladora enquanto o país se preparava para novas eleições presidenciais que ocorreriam ao final de 1950 sob um clima de tensão permanente.

A impopular política social e econômica do governo Dutra auxilia a volta de Getúlio Vargas, dessa vez eleito, ao Palácio do Catete. Baseado na promessa de investimentos na produção industrial, no projeto de defesa das riquezas naturais brasileiras e na valorização do trabalhador, Vargas mobiliza amplo apoio das frentes populares em torno de sua eleição. Dentro do Sindicato dos Professores percebemos um movimento semelhante. Desprestigiada pelo apoio aberto ao Estado Novo e ao governo Dutra, a antiga diretoria, que se revezava no poder desde 1938, é derrotada nas eleições de julho de 1949 por uma chapa encabeçada pelo fundador do Sindicato, o professor David José Perez. O retorno da antiga liderança representa o sentimento de insatisfação com os rumos tomados pelo Sindicato e as lutas frustradas do último ano. Tendo ao seu redor diversos professores filiados ao PTB e ao PCB, que ainda se encontrava na ilegalidade, o Sindicato passa a estar mais presente nas lutas dos trabalhadores e nas discussões em torno das leis sindicais.

Já em 11 de outubro de 1950, o Sindicato muda-se para seu primeiro endereço próprio na Avenida 13 de Maio, 13/sala 402. A compra de um imóvel reflete o movimento de consolidação da instituição que agora deixaria de peregrinar pela cidade e montaria frente em local fixo para construção de sua liderança dentro do movimento sindical. A partir de agora, o movimento de professores iniciaria sua

caminhada para a consolidação da categoria como classe trabalhadora, discutindo, apoiando e participando dos movimentos reivindicatórios e grevistas e reconhecendo as diferentes necessidades nos diversos colégios espalhados pela cidade. Vale frisar que até esse momento, a área de atuação do Sindicato se concentrava nos colégios das zonas sul e centro e nos bairros da Tijuca, Grajaú, Vila Isabel e São Cristóvão, onde ainda se encontravam grande parte dos elementos das classes médias urbanas.

3

O CAMINHAR.

3.1

Novos passos.

O fim do Estado Novo e a promulgação de uma nova constituição democrática trouxeram não apenas novas perspectivas sociais como também uma nova realidade para a organização sindical. Mesmo com a continuidade de determinadas leis de segurança, os sindicatos se reorganizaram na perspectiva de novas liberdades de atuação e reivindicação. Cabe lembrarmos que essa reorganização observada a partir de 1946 se deu para ambos os lados; tanto na organização dos docentes, como na organização patronal.

Retrato dessa nova postura dentro da sociedade brasileira, e que é logo sentida pela classe docente, está da reivindicação de reajuste salarial, em 1949. Tendo como base de reajuste um percentual de 150%, o sindicato docente vê todos os seus pleitos rechaçados pelo sindicato patronal. Devido ao impasse, temos a entrada da Justiça do Trabalho nas negociações o que levou ao primeiro dissídio coletivo de natureza econômica contra o Sindicato Nacional dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Primário do Rio de Janeiro. Mesmo com o longo período de julgamento, apenas em dezembro de 1951, pela primeira vez, uma sentença normativa estabeleceu direitos e novos salários para os professores do ensino privado, esse processo representou as novas posições e posturas existentes nas instituições do Estado e na sociedade brasileira.

Contudo, se por um lado observamos uma nova mobilização entre os professores, por outro se vê a intensificação da organização dos proprietários de escola. Exemplo disso está no 3º Congresso Nacional dos Estabelecimentos Privados de Ensino, realizado, entre 17 e 25 de janeiro de 1948, em São Paulo, pelo Sindicato Nacional dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Primário do Rio de Janeiro, em conjunto com as delegacias sindicais do Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Paraná³⁷. Em seu Congresso a

³⁷ OLIVEIRA, Marcos Marques. "Os empresários da educação e o sindicalismo patronal". Bragança Paulista: Unio. S. Francisco, 2002.

organização patronal expôs sua postura sobre os rumos e a administração da educação para o país.

Segundo a organização patronal, o monopólio do Estado sobre a educação brasileira traria desvantagens sobre a aplicação de métodos de ensino eficazes e modernos nas instituições. Ainda segundo estes dirigentes, a educação limitada ao poder do Estado perderia sua capacidade de perceber e, ainda mais, de antever as mudanças sociais.

O objetivo principal desse Congresso estava em organizar, redigir e apresentar um projeto para a educação do país. Nesse projeto, apesar de indicarem o dever do Estado na garantia de educação a todos, partindo o pressuposto da “escola equalizadora”, ele admitia incentivos para o ensino privado e induzia a uma concepção supletiva da ação estatal, reforçando apenas seu caráter moralizador e fiscalizador. Ainda neste projeto observam-se propostas como a competência do Estado em oferecer os recursos para a educação, seja proporcionando ensino oficial gratuito, seja amparando à iniciativa privada; igualdade de condições às escolas oficiais e às particulares quanto à representação junto aos órgãos diretores do ensino, defendendo a distribuição proporcional das verbas e reconhecimento do ensino prestado; dever do Estado em fundar e manter estabelecimentos de ensino, quando a atividade particular não puder solucionar plenamente o problema escolar e no caso do ensino primário, obrigatoriedade do poder público de amparar as instituições particulares de ensino por meio de isenção de impostos, subvenções ou quaisquer auxílios de ordem material³⁸. A grande proposta de educação estava, na verdade, voltada para a diminuição e posterior fim da educação pública e o total apoio a iniciativa privada. A grande avalanche de capital internacional que se fazia presente na economia e na produção de bens brasileira, a partir do fim do Estado Novo, também intenta infiltrar-se no sistema educacional nacional e dominá-lo a seu bel prazer. Amparado pelas elites os donos de instituições de ensino desconheciam limites para suas propostas “educacionais” para o Brasil.

A publicação dessas propostas gerou uma série de embates e também trouxe novos adeptos. Entre o movimento sindical de professores, formado por

³⁸ Idem.

um grande número de docentes que atuavam também na escola pública, a reação de repúdio a iniciativa patronal de ampliar a educação privada foi imediata. Em contra partida, a idéia e diminuição da ação estatal chamou a atenção de outro setor da sociedade, a Igreja Católica detentora de diversas instituições de ensino no país. O recrudescimento dessa disputa pelo monopólio e hegemonia dentro da educação levou o Ministério da Educação e Saúde a elaborar, através de seu ministro Clemente Mariani, um anteprojeto de lei, apresentado em 28 de outubro de 1948, que pretendia regulamentar o ensino no Brasil. Segundo as autoras Walesca Mendonça e Clarice Nunes, “nos treze anos que antecederam a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases, os debates, as declarações, campanhas se enlaçaram recorrentemente em torno de duas questões: uma relativa às concepções centralizadora e descentralizadora do ensino e outra, ligada a anterior, que combinava a questão da descentralização com os interesses dos defensores das verbas públicas para o ensino privado”³⁹.

Mais de uma década foi necessária para que este projeto ganhasse corpo e mesmo assim, bastante alterado. Durante esse período uma verdadeira polêmica se instalou na cidade do Rio de Janeiro e dividiu a opinião pública. As mais célebres estão na discussão entre o presidente do Sindicato dos Professores, Bayard Boiteux e o governador da Guanabara Carlos Lacerda, que trataremos mais a diante, e os membros da Igreja Católica e os educadores defensores da escola pública.

Dentro dessa querela temos uma série de discursos do então deputado, o padre Fonseca e Silva, no dia 5 de novembro de 1956, cuja reivindicação foi de “obrigar os interesses conflitantes a se manifestarem num jogo político aberto”. Ainda em sua fala, o deputado tenta advertir o ministro da Educação contra a presença de Anísio Teixeira e Almeida Júnior, respectivamente, na direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e na presidência no I Congresso Estadual de Educação de São Paulo. O religioso alega que tais professores seriam agnósticos e comunistas, que ocupam altos postos para liderar uma campanha contra a formação religiosa do povo brasileiro. Cinco dias após seu discurso, o padre Fonseca e Silva envia um memorial ao ministro, reforçando

³⁹ MENDONÇA, Ana Waleska; NUNES, Clarice. “**Escola e cidadania** : aprendizado e reflexão”. Salvador : UFBA : EGBA, 1989.

suas críticas e alertando ainda para as restrições sofridas pelo patrimônio moral e espiritual da Igreja, denunciando que estaria sendo desenvolvido, no Ministério da Educação, um movimento contra o ensino particular brasileiro. Em fins de novembro, o deputado Luís Vianna responde às acusações, dando a conhecer à Câmara dois documentos: um do ministro Clóvis Salgado o outro do próprio Anísio Teixeira. Os dois refutavam as idéias contidas no discurso de Fonseca e Silva, principalmente no que se referia aos vínculos com a ideologia marxista. Posteriormente, a polêmica sai do Congresso, atravessa círculos intelectuais e chega à opinião pública, envolvendo disputas por meio da imprensa e manifestações de diversos tipos⁴⁰.

O debate se acirra a partir da publicação do chamado substitutivo Lacerda que dentre outras coisas, previa que a admissão gratuita de alunos nas escolas particulares ou a redução da contribuição seria compensada por bolsas e outras vantagens do governo e deixava explícito o caráter supletivo do ensino público, pela vedação do favorecimento ao monopólio estatal, e pela igualdade de condições entre as escolas oficiais e particulares, no que dizia, inclusive, à distribuição de verbas (mediante bolsas de estudo, financiamentos para construção, reforma de prédios escolares e equipamentos). É sob o efeito desse substitutivo que temos o recrudescimento do embate através de artigos em jornais e manifestações públicas. A de maior impacto, com certeza, foi a Campanha em Defesa da Escola Pública, liderada por antigos educadores do movimento escolanovista, intelectuais, estudantes e líderes sindicais, em que se destacaram os nomes de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Anísio Teixeira. Nesse movimento, os defensores da escola pública tentaram mostrar como só esta seria verdadeiramente democrática, apontando todas as falhas do projeto aprovado e afirmando que “o Estado está sendo o coveiro de suas próprias escolas”. Criticando ainda o sectarismo da iniciativa privada, seu anacronismo e seus interesses lucrativos⁴¹.

As questões do patronato na defesa do ensino privado eram bem claras nesse momento, a Igreja católica, através da bandeira da liberdade de ensino como

⁴⁰ OLIVEIRA, Marcos Marques. "Os empresários da educação e o sindicalismo patronal". Bragança Paulista: Unio. S. Francisco, 2002.

⁴¹ Idem.

liberdade de escolha do tipo de escola pela família, objetivava, entre outras coisas, a subvenção pública e a não ingerência do Estado. Já as escolas particulares leigas, que se viam desprovidas de uma doutrina própria, apoiavam-se no discurso da Igreja para defender interesses principalmente financeiros. A união de suas vozes, mesmo por vezes dissonantes, beneficiou a vitória do ensino privado.

Apesar a oposição entre patronato e sindicato docente ser evidente, nessa questão, não devemos esquecer que entre a categoria existe, ainda hoje, uma grande parcela de professores católicos e estes passaram a ocupar novos espaços dentro da liderança sindical. Boa parte desse elemento católico dentro do sindicalismo é responsável pela tentativa de diálogo entre as partes.

Está aí outro elemento de suma importância para o novo rumo tomado pelo sindicalismo docente, o diálogo; não apenas com o patronato, mas também com o Estado. Diálogo necessário, por exemplo, nas relações com os profissionais de ensino, com os governos estaduais e municipais, com os conselhos de educação, com os ministros da Educação e do Trabalho e com a Justiça do Trabalho.

Importante frisarmos que esse exercício do diálogo, feito em uma sociedade em conflito, nunca se dá de forma simples. Além disso, a relação entre o Estado e o sindicato docente não se mostra de forma estática, mas dinâmica. A evolução desse movimento faz-se consoante os diferentes momentos históricos, oscilando em torno de duas categorias básicas: o diálogo e o conflito. Basta termos em mente que “tratando-se de um Estado capitalista, está posto o desafio de compreender e considerar as ambigüidades, contradições, conflitos e especificidades da relação entre Estado e as organizações sociais. Isso porque a dinâmica contraditória das classes sociais presente no Estado capitalista é responsável pelos conflitos de interesses advindos das alianças entre frações de classe, evoluindo a intensidade desses conflitos segundo diferentes contextos em que se apresentam. A flexibilidade da relação entre Estado e sindicato docente provém das diferentes formas que assume o Estado para manter-se e da força da intervenção das ações sindicais”⁴².

A partir desses momentos de tensão e embate o sindicato revê seus conceitos, prioridades e dinâmica. A reavaliação surge da necessidade de

⁴² VALE, Ana Maria do. “Diálogo e Conflito: A presença do pensamento de Paulo freira na formação do sindicalismo docente”. São Paulo: Cortez, 2002.

encaixar-se e engajar-se nas lutas comuns dentro da sociedade e dessa forma adquirir o apoio necessário em momentos de confronto com o Estado ou simplesmente para personificar-se como entidade de liderança social. Estar em outros espaços da vida social auxilia de forma eficaz na formação de uma identidade entre o sindicato e a sociedade, entre esta e os docentes e entre a categoria e sua instituição de defesa.

No caminhar político do sindicalismo docente, o exercício do diálogo parece ter sido indispensável para o estabelecimento das relações com outros setores sociais, tanto no que concerne à defesa dos interesses do magistério, especificamente, quanto no que concerne aos acordos ou até mesmo à participação do sindicalismo docente na busca de interesses sociais mais amplos⁴³. Esse movimento tomou corpo ao longo da década de 50 onde o sindicato dos professores buscou não apenas o fortalecimento das relações de trabalho como também se dispôs a organizar, além de seus associados, vários movimentos da sociedade civil.

Observamos esse poder quando a classe média passa a exigir do governo seu ingresso no ensino superior. Em meados da década de 50 essa reivindicação torna-se mais forte e é dentro do Sindicato que observamos a organização desse movimento. Contudo, a aprovação da LDB de 1961 desarticula um ideal de ampliação do sistema universitário público ao permitir a ampliação brutal das vagas através da difusão do ensino universitário particular no país. Em nome de uma suposta “democratização do ensino” viu-se a ampliação do capital particular dentro da formação dos futuros arquitetos, professores, engenheiros, médicos, etc. do país. Em troca disso, desarticula-se a papel do sindicato na liderança do movimento e se exclui ainda mais as camadas mais pobres do sistema de ensino. Contudo, a derrota nas questões da classe média abre as portas para a aproximação com as classes populares. O sindicato procura participar mais ativamente em comum com as camadas populares de uma mesma atividade política. Este sentimento de solidariedade passa a ser cultivado com tensões, ambigüidades e questões não resolvidas dentro dos problemas políticos. Os profissionais do ensino também fazem parte deste movimento e mesmo aqueles

43

Idem.

que evitam definições partidárias “stricto-sensu”, percebem a importância dos sindicatos e das associações que se têm constituídos como espaço de disputa político-ideológica e, muito especialmente, como espaço de pressão sobre o Estado⁴⁴.

O entendimento de que a escola só se constituirá num espaço pleno de construção da cidadania a partir do momento em que se articular e ingressar nas lutas populares se dá com esse estreitamento na relação do Sindicato docente e as camadas populares. A nova luta se dá em torno da construção de uma nova e aglutinadora identidade brasileira, onde os trabalhadores poderão ver-se integrados as questões político-sociais. Desse modo, a educação passa a ter papel fundamental na busca por cidadania de fato. A diretoria do Sindicato dos Professores se coloca nessa luta e a lidera até ser desarticulada pelo golpe militar e finalmente ser derrotada nas eleições sindicais de agosto de 1965. Veremos a seguir como se deu a percepção dessa liderança e sua articulação ao longo da década de 50 e início dos anos 60.

3.2

A Consolidação do Sindicato.

Mesmo antes de inaugurar a nova sede a diretoria empossada em agosto de 1949 reiniciaria uma batalha deixada pela gestão passada, o aumento salarial. Sem correção já há dois anos, os professores se viam em situação aflitiva. Por conta disso, o Sindicato resolve recorrer ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio através de um dissídio coletivo entre empregados e empregadores. Nele, baseado nos cálculos das inflações acumuladas, o sindicato reivindicava um aumento de 150% para os professores e o direito a greve caso as demandas não fossem atendidas. Contudo, antes mesmo de julgar o pedido de aumento dos docentes, o Tribunal Regional do Trabalho achou por bem julgar primeiro a capacidade de entendimento ético-jurídico deste órgão já que pela Portaria 204 os professores deveriam ter sua remuneração fixada pelo Ministério da Educação e Saúde. A discussão se estendeu para os jornais e diversos juristas e professores

⁴⁴ TRAGTENBERG, Maurício. “Sobre Educação, política e sindicalismo”. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

enviavam suas cartas às redações com seus pareceres sobre o caso. Entre eles realçamos um dos comentários publicados em série no “Diário Carioca”, entre os dias 24 de outubro e 2 de novembro de 1950, de autoria do procurador da Justiça, Dr. João Antero de Carvalho. Com o título de “O Poder normativo e os Professores”, o jurista discorre longamente sobre os termos que regem a remuneração docente. Destacamos o seguinte trecho:

“Ora, não há lei que impeça a interferência da Justiça do trabalho quando uma determinada classe tem o seu salário fixado por uma portaria, como é o caso dos professôres. Não importa, outrossim, a origem de tal ato, assim como também não vem ao caso a fixação dêsse salário por um decreto-lei, à semelhança do que se fêz com os jornalistas.

Num e noutro caso se impõe a interferência da Justiça do Trabalho quando se apresentar a ocasião de estabelecer o salário real, o justo salário, finalidade precípua dos dissídios econômicos⁴⁵”.

Após alguns meses de debate o Tribunal Regional do Trabalho entendeu que cabe sim ao Ministério da Educação e Saúde regular remuneração condigna aos professores, mas quando este não atende às demandas econômicas da categoria e se deflagra um dissídio, seja ele coletivo ou individual, a responsabilidade no julgamento passa as mãos do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Desse modo, o Tribunal Regional do Trabalho iniciou um processo de verificação tendo por base os aumentos das mensalidades e anuidades escolares, arquivadas no Ministério da Educação e Saúde, e os salários pagos aos professores do ensino público do Rio de Janeiro.

Foi verificado que, enquanto os professores do curso ginásial da prefeitura do Distrito Federal são remunerados em Cr\$ 8.400,00 mensais por 24 aulas semanais, os professores das escolas particulares, para atingir o salário de Cr\$ 4.000,00 precisariam ministrar entre 10 e 15 aulas diárias, dependendo da instituição de ensino. A essa enorme e assustadora diferença salarial são acrescidos os dados referentes ao lucro das escolas que iremos aqui reproduzir. Cabe frisar que todos os valores que serviram de base para esses cálculos são de escolas da zona sul e central da cidade e dos bairros da Tijuca e São Cristóvão, que reconhecidamente eram as que melhor remuneravam seus professores.

45

Acervo de periódicos do Sinpro-Rio.

“Ademais, os aumentos de contribuição dos educandos, entre 1942 e 1949, têm permitido uma melhoria de remuneração de 109% para os professores; e uma percentagem de lucro para os colégios de 268%!! (sic)

A percentagem de despesas dos estabelecimentos de ensino era de 52% sobre uma anuidade de Cr\$ 1.300,00 vigente no ano letivo de 1942, e de 38% sobre uma contribuição anual de Cr\$ 3.700,00 no ano letivo de 1949.

Verifica-se que a margem de lucro dos colégios aumenta em razão da elevação do preço da contribuição do educando, enquanto diminui a percentagem de despesas.

Não padece dúvida sobre a capacidade financeira dos estabelecimentos particulares de ensino para atenderem ao aumento de salário dos seus professôres, sem que para isso se torne necessário qualquer aumento de contribuição anual dos alunos.⁴⁶”

Em sete de dezembro de 1950, a Justiça do Trabalho publica seu parecer favorável a reivindicação do Sindicato dos Professores baseado nessa verificação da situação econômica dos estabelecimentos de ensino privados da cidade e em vários outros motivos de ordem econômica e cultural, inerentes a prática docente. Um aumento de 100% sobre os salários desse ano foi concedido aos professores e, além disso, manteve-se a manutenção de todos os direitos adquiridos até então. Essa grande vitória do Sindicato é o símbolo das diversas lutas do movimento trabalhista iniciadas na década de 50. Antes e depois dela outras lideranças sindicais seguiriam o mesmo caminho.

Em toda parte do país as instituições sindicais iniciavam uma movimentação pela reivindicação das promessas feitas em campanha por Getúlio Vargas, entre elas o aumento de 100% do salário mínimo e a criação de um sistema previdenciário único que atendesse às demandas dos trabalhadores e colocasse fim aos esquemas de suborno dos diversos institutos de previdência⁴⁷. Um imenso movimento grevista se espalha jogando sobre o governo a responsabilidade pelo desenvolvimento dos direitos trabalhistas e a defesa dos interesses nacionais. Aos poucos, o movimento sindical vai tomando ciência de sua força e busca sua autonomia diante das leis do governo.

Buscando o apoio dos trabalhadores, Getúlio Vargas lança um programa de estímulo à sindicalização e a livre organização sindical. Através dele temos a

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ BARRANECHEA, Mauro. "Formação Sindical". Rio de Janeiro: Lidador, 1965.

anulação da necessidade do atestado ideológico para os dirigentes sindicais e a promessa de anulação de outras determinações que impossibilitavam os sindicatos de agirem independentes do governo. Contudo, cabe frisar que o direito de intervenção do Estado sobre os sindicatos que abalasse a ordem política e social manteve-se vigente por muitos anos⁴⁸.

O Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e Artes do Rio de Janeiro mostrou-se solidário aos movimentos reivindicatórios que cresciam, mas manteve-se, pelo menos nesse início da década de 50, afastado das deflagrações de greve que proliferavam. Suas bandeiras giravam em torno da ampliação dos direitos dos professores e das mudanças necessárias ao ensino. Com a classe ainda vitimada pelo não cumprimento dos acordos trabalhistas, o Sindicato buscava através do Ministério do Trabalho e dos decretos presidenciais as soluções necessárias. Desse modo, em 1952 um novo decreto-lei vem a regulamentar a remuneração dos meses de férias e dos dias de repouso, imprimindo sanções aos estabelecimentos que não o cumprissem.

Visando dar maior ênfase a questões muito delicadas do país, o governo decide, ao final de 1953 desmembrar o antigo ministério, criando o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação e Cultura. Getúlio Vargas entendia que separadamente, os dois novos ministérios poderiam tratar melhor de suas pautas e buscar soluções aos problemas que assolavam o Brasil. Pelo menos, aparentemente, a medida surtiu certo efeito, pois, observamos a inauguração de alguns hospitais em áreas carentes da cidade. Já na educação, as discussões em torno das reformas do ensino voltaram à pauta do Congresso, tendo como base o projeto de Lourenço Filho de 1948⁴⁹. Além disso, nos dois anos subseqüentes, o ministério foi favorável à manutenção dos ganhos trabalhistas e salariais da Portaria 204.

Contudo, o clima de insatisfação entre os trabalhadores é geral e as greves se espalham pelo país. Nem a nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o anúncio do aumento de 100% no salário mínimo, para 1º de maio, acalmou os ânimos do movimento. Os sindicatos se

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ BOMENY, Helena. “Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo”. In: “REPENSANDO o Estado Novo” / Dulce Pandolfi (Organizadora). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p.135-166.

encontram cada vez mais apartados do apadrinhamento do Estado e reivindicavam também a criação do 13º salário e a remuneração das férias em dobro. Quanto ao aumento do salário mínimo, João Goulart só conseguiu enfurecer o empresariado e este se vê demitido já em março de 1954.

A queda do ministro em nada alivia a situação do governo perante os trabalhadores. O aumento salarial fixado em 42% é muito pouco perto dos mais de 10 anos de congelamento. Sem o apoio dos sindicatos, dos trabalhadores, das classes médias urbanas, dos militares, do empresariado e envolvido no escândalo do atentado da Rua Toneleiros contra o jornalista Carlos Lacerda, Getúlio Vargas toma como seu último ato político o caminho do suicídio na manhã de 24 de agosto de 1954⁵⁰.

Uma violenta reação popular toma conta da cidade e diversos meios de comunicação opositores ao governo de Vargas são invadidos e depredados. No espaço de um ano e meio entre o suicídio de Getúlio e a posse de Juscelino Kubitschek, o Brasil sofre um período de incertezas com a nomeação de três presidentes provisórios, diversos arranjos políticos e conspirações⁵¹.

O clima agitado das eleições presidenciais saiu das ruas e tomou conta da sala da sede do Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e Artes do Rio de Janeiro. Em 1955, uma nova diretoria liderada pelo professor Bayard Boiteux é eleita pela categoria e inicia uma das fases de maior agitação política da instituição. Tendo em sua formação um expressivo número de docentes abertamente simpáticos ao socialismo e aos movimentos de trabalhadores, o Sindicato torna-se palco de inúmeras reuniões das mais diferentes categorias. Os debates ideológicos passaram a ser pauta corrente e a busca pela constante melhoria nas relações de trabalho era a meta a ser alcançada. Novas perspectivas e opiniões se configuraram entre os docentes aumentando a interação destes com os demais movimentos classistas.

A vitória nas urnas do candidato Juscelino Kubitschek mantém viva a idéia de uma república trabalhista. Seu lema de campanha “50 anos em 5” é incorporado pelas massas e a idéia de desenvolvimento para o país deixa de ser

⁵⁰ D'ARAUJO, Maria Celina. “A Era Vargas”. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

⁵¹ GOMES, Angela Maria de Castro; FARO, Clovis de, FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. “O Brasil de JK.” Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1991.

estritamente industrial e econômico para alcançar as esferas social, cultural e política. O movimento sindical mobiliza-se em torno desse ideal e assume a frente pelas esperadas mudanças nas leis que regem o trabalho e as instituições de classe⁵². Muitos foram os que apoiaram esse movimento como o deputado federal e ex-professor de direito Aurélio Viana que em 1955 propõe uma nova lei de greve que traria mais liberdade ao trabalhador. Contudo, a proposição de lei é arquivada devido sua intenção de desvincular o julgamento da legalidade dos movimentos grevistas ao Ministério do Trabalho.

Apesar do clima de euforia gerado pelas promessas de rápido desenvolvimento, o trabalhador brasileiro ainda sofria com as perdas salariais decorrentes da inflação. Com o professorado não era diferente. A caducidade dos acordos salariais era o motor de novos embates com o patronato e diversos dissídios no Ministério do Trabalho. A saída encontrada para o ano de 1955 se deu através da aprovação de uma suplementação salarial. Com este acréscimo, o valor da hora-aula passaria a equivaler-se a 2/3 do salário do professor catedrático do Colégio Pedro II. Além disso, a medida promovia incentivos fiscais aos estabelecimentos particulares de ensino que utilizassem 40% de sua receita em gastos com os seus professores⁵³.

Essa equiparação do valor da hora aula nas escolas particulares com o salário de catedrático do Colégio Pedro II não só surgia como um reajuste considerável como se configurava a possibilidade de regulamentação do próprio ensino privado, ainda citado nas leis de educação como ensino não oficial. Através dele, o reajuste dos salários nas escolas particulares estaria atrelado ao reajuste do funcionalismo público, o que na época era um bom negócio. Concomitante a assinatura dessa medida, a diretoria do Sindicato assina convênio de parceria com consórcio de automóveis e uma cooperativa habitacional acreditando que a promessa de reajustes regulares se cumpriria a partir de agora e aos professores seria possibilitada a aquisição de patrimônio próprio. Contudo, os donos de escola passam a questionar a tal proporcionalidade e esta acaba não sendo posta em prática. Além disso, o Sindicato recebe uma série de denúncias

⁵² BOITO JUNIOR, Armando. “O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical”. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: HUCITEC, 1991.

⁵³ Arquivo Sinpro-Rio.

sobre a alteração das receitas declaradas pelas escolas a fim de diminuir os gastos com o corpo docente.

O final da década de 50 não se mostra menos turbulento que seu início. Os movimentos reivindicatórios tornam-se constantes e graças a eles o salário mínimo atinge seu melhor poder de compra desde 1942⁵⁴. O poder legislativo, formado por muitos parlamentares de partidos ligados aos movimentos trabalhistas, mostra-se atento às necessidades das classes. Dentro desse contexto, o deputado Fernando Ferrari do PTB apresenta, em dezembro de 1957, sua proposta de alteração da lei de aposentadoria para os professores. Adicionada à constituição de 1946, a lei de aposentadoria especial nunca vigorou devido a seu texto confuso e aberto a múltiplas interpretações. Por esse motivo ele foi retirado da carta magna pouco tempo depois. Na nova proposta, abre-se a verdadeira possibilidade de aposentadoria aos 25 anos de profissão para mulheres e 30 para homens. Além disso, o projeto inova ao prever a implantação do auxílio-doença e o amparo ao líder sindical afastado de sua profissão docente⁵⁵.

Logo, a defesa da proposta do deputado Fernando Ferrari torna-se bandeira de luta da diretoria. Os professores, organizados em torno de seu Sindicato participam das diversas manifestações e passeatas em frente à Assembléia Legislativa. A proposta, justamente por possuir um texto inovador, recebe diversas ementas de alteração e a cada votação dessas proposições, as escadarias do Palácio Tiradentes tornam-se pequenas para a grande quantidade de docentes que nela se reúnem. Mesmo com toda essa mobilização, alguns anos ainda seriam necessários para a aprovação dessa lei.

Além disso, as forças do Sindicato logo se encontrariam assombradas por um velho fantasma, a falta de aumento salarial. No começo de 1958, ao iniciar-se uma nova tentativa de entendimento sobre o reajuste, os proprietários de escola questionaram a validade legal da Portaria 204, que ainda regulava o salário docente. Os professores, sem aumento desde a tentativa de equiparação salarial de 1955, viram-se obrigados a lutar pela manutenção de uma medida que já se

⁵⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. "João Goulart – entre a Memória e a História". Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

⁵⁵ MARQUES, Guilherme. "O novo sindicalismo: a estrutura sindical e a voz dos trabalhadores". Rio de Janeiro: ADIA, 2005.

encontrava muito defasada. Por conta desse embate judicial mais um ano se passou sem um novo reajuste.

Determinados a reverter esse quadro de impasse, a diretoria convoca, em 31 de janeiro de 1959, Assembléia Geral para a votação de uma greve, já para o início do ano. Além da greve, essa Assembléia também aprovou a instituição do auxílio funeral e maternidade aos associados. Cabe lembrarmos que as greves precisavam cumprir certas exigências e serem legalizadas pelo Ministério do Trabalho para possuírem valor reivindicatório junto ao processo trabalhista⁵⁶. Inúmeras greves eram consideradas ilegais, mas nem isso impedia que elas fossem deflagradas pelos movimentos classistas.

Entrando no quarto ano sem reajuste, os professores presentes a Assembléia não se opuseram à deflagração da greve já no mês de fevereiro. O atual presidente, professor José de Almeida Barreto, ainda tentaria uma negociação sob a tutela do Ministério do Trabalho, mas a recusa do patronato atrasava ainda mais o processo. Cansados da lentidão judicial, os professores das escolas privadas do Rio de Janeiro paralisam suas atividades em março de 1959. Este era o primeiro ato de greve deflagrado e apoiado pelo Sindicato desde sua fundação; mesmo sendo um movimento de curta duração, ele representou a insatisfação da categoria e a nova postura adotada pela instituição classista.

Temerosos com a paralisação dos docentes e com o apoio demonstrado pelos alunos, os donos de escola propõe um acordo emergencial que é aprovado pelo Ministério da Educação. Como a greve dos professores foi considerada ilegal, o acordo teve que ser aceito e as atividades deveriam ser reiniciadas imediatamente após sua assinatura. Neste acordo temos a manutenção do valor da hora aula calculado para o ano acrescido de uma suplementação salarial, que variava entre 30 e 50% dependendo da série e do número de alunos matriculados. Este acréscimo nos salários seria pago pelo Ministério da Educação através das verbas destinadas aos docentes das escolas públicas.

O acordo entre o Ministério e o patronato gerou protestos dos professores de ambas as esferas. Todos concordavam que a verba pública não poderia ser desviada para suprir os problemas da rede particular de ensino e que os donos de

⁵⁶ GERNIGON, Bernard. "A Greve". Brasília: OIT, 2002.

escola teriam acumulado lucros exorbitantes nos últimos anos. Os movimentos de reivindicação e repúdio ao acordo provisório foram engrossados pelos professores da rede pública de ensino e agitaram o Rio de Janeiro ao longo de todo ano. Junto aos professores, uma imensa massa de trabalhadores tomou as ruas por seus direitos.

Dentro do Sindicato, além das velhas batalhas em campo, outra agitação se formava. Era ano de eleição para composição de diretoria e três chapas se inscreveram para participar do pleito. As diferentes correntes do pensamento político e didático se encontraram para o embate eleitoral de 1959; socialistas, liberais e até uma ala católica compunham os candidatos a nova diretoria. Apoiado pelo presidente José de Almeida Barreto, o ex-presidente Bayard Boiteux e seus aliados voltam à liderança do Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e Artes do Rio de Janeiro.⁵⁷

Durante essa segunda gestão de Bayard Boiteux, o Sindicato se engajou na luta pela autonomia sindical. Unido a outras instituições, buscou-se a aprovação das alterações na legislação que proporcionariam o fim do atrelamento dos sindicatos ao Estado. Outra bandeira de lutas foi a batalha pela manutenção do imposto sindical, maior fonte de renda das instituições. Nesse momento, o Congresso inicia uma discussão sobre a função desse imposto e lança mão de discursos dúbios como por exemplo o ônus que este representaria ao trabalhador. Atentos a tais manobras, os Sindicatos iniciam campanhas de conscientização de seus associados, acusando aos congressistas de, na verdade, estarem camuflando suas reais intenções de desmantelar as instituições e por consequência desarticularem as lutas de reivindicação trabalhista.

Dentro dessa campanha quase que nacional, o Sindicato dos professores passa a publicar na imprensa aberta noticiários semanais das ações promovidas pela instituição. É a primeira vez que se utiliza a manobra da campanha publicitária de forma explícita. Através desses anúncios, a diretoria imaginava cooptar o apoio de sua categoria e passou a chamar a atenção para a necessidade da ampliação da ação do Sindicato. A proposta posta em um desses anúncios era de implementação de delegacias sindicais em diferentes bairros da cidade. O

⁵⁷

Arquivo Sinpro-Rio.

presidente Bayard Boiteux convocava os professores a comparecerem a uma reunião na sede para discutir o assunto. A partir desse momento, o Sindicato volta seu olhar para o outro lado da cidade e traça novas estratégias para atender a esses docentes.

O número de escolas particulares crescia de forma desordenada fora do eixo centro-sul da cidade e a maior parte delas não cumpria os acordos assinados nos Ministérios da Educação ou do Trabalho. Se nas grandes escolas as condições salariais não atendiam às demandas do corpo docente, nas escolas das áreas mais distantes da cidade a condição se mostrava ainda pior. O problema ia além dos salários e atingia as próprias condições de trabalho. Colégios eram abertos em construções residenciais, que não atendiam as necessidades de espaço e material necessário à prática docente. Nesses locais, turmas enormes, com mais de quarenta alunos, eram alocadas em pequenos cômodos onde o professor tentava ministrar aulas sem recursos básicos, como um simples quadro negro⁵⁸. Esses problemas já se faziam presentes há tempos, mas é apenas com a renovação da diretoria a partir de 1955, onde os professores dos colégios tradicionais se retiram que as atenções do Sindicato se voltam para essas áreas mais carentes da cidade. Nesse momento, a luta pela melhoria das condições de trabalho se amplia e se modifica a fim de transformar esse triste quadro das escolas particulares do entorno da cidade.

O quadro de mudanças se mostrava amplo e nesse sentido, o ex-presidente do Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e Artes do Rio de Janeiro, José de Almeida Barreto, junto a outros líderes do movimento docente conseguem, em 1959, o reconhecimento legal para fundarem a FITEE – Federação Interestadual de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino. A idéia de criar uma federação que articulasse os muitos movimentos trabalhistas ligados à educação já havia sido expressa por Barreto há tempos, mas é só com sua saída do Sindicato que ela se configura. Eram ligados a esta Federação os sindicatos de professores do Rio de Janeiro e, posteriormente, da Guanabara, Curitiba, Paraná, Alagoas, Espírito Santo, Ceará, Juiz de Fora, Pernambuco, Sergipe e Maranhão. Além disso, a FITEE encontrava-se ligada ao Comando dos Trabalhadores

58

Idem.

Intelectuais e na sua sede funcionava a Fração dos Professores, dois movimentos diretamente ligados ao PCB, que mesmo na ilegalidade mantinha uma atividade constante junto a diversos sindicatos do Rio de Janeiro. É justamente esse tipo de ligação que faz com que esses órgãos sejam constantemente averiguados pela polícia política. Devemos lembrar que, mesmo vivendo um regime democrático e tendo a frente um presidente e um vice, eleitos através da aliança PSD-PTB, muitas das leis de segurança do Estado Novo ainda vigoravam no país e diversos parlamentares não se acanhavam em defender a manutenção das mesmas. Basta lembrarmos da ameaça de intervenção ao Sindicato dos Marítimos, em meados de 1957, e as repressões sofridas pelo funcionalismo público no início de 1960; ambas durante o mandato de Juscelino Kubitschek⁵⁹.

De qualquer forma, a década de 50 abriu novas frentes e possibilitou uma maior participação dos sindicatos na vida do país. Mesmo atrelados ao Estado e ameaçados pelas Leis de Segurança Nacional, as instituições classistas encontraram um ambiente propício para a ampliação de seus recursos e de sua liberdade de ação. Prova disso foi a aprovação, em agosto de 1960, da Lei Orgânica da Previdência Social onde os sindicatos tiveram assegurados 1/3 dos lugares nos conselhos executivos que fiscalizavam os Institutos de Aposentadorias e Pensões⁶⁰. Organizados por categorias, os institutos se constituíam como verdadeiras máquinas, gerindo fundos e provendo benefícios a seus associados. Fiscalizá-los representava um tipo de poder dentro da sociedade brasileira.

Além, das eleições presidenciais, o ano de 1960 reservou uma radical mudança na condição política da cidade do Rio de Janeiro. Com a inauguração de Brasília a cidade deixava de ser Distrito Federal e se tornava capital de um estado que compreendia seu próprio espaço geográfico, o Estado da Guanabara. Por conta disso, o Sindicato teve que promover uma alteração em seu estatuto e já em setembro passa a chamar-se Sindicato dos Professores da Guanabara. Além da alteração nominal, essa pequena reforma estatutária incluiu, pela primeira vez, os professores universitários entre os associados, abriu a possibilidade de reeleição

⁵⁹ GOMES, Ângela Maria de Castro; FARO, Clovis de, FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. "O Brasil de JK." Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1991.

⁶⁰ BOITO JUNIOR, Armando. "O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical". Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: HUCITEC, 1991.

dentro do Sindicato e ampliou o número de diretores criando os cargos de 2º tesoureiro, bibliotecário e relações públicas. Este último ficou responsável pela divulgação dos inúmeros movimentos liderados pelo Sindicato que neste ano teve que lutar pelo cumprimento da suplementação salarial, aprovada no ano anterior, e que ainda não havia sido paga em sua integralidade. Outro problema girava em torno da revogação da Portaria 204 feita pelo Supremo Tribunal Federal.

Com o fim da Portaria 204, o ministério do Trabalho, junto ao Sindicato dos Professores e ao Ministério da Educação, buscaram nova forma de remuneração para os docentes. Discutiu-se muito pela definição das novas bases de reajuste salarial até definirem que percentagens previamente discutidas seriam acrescentadas ao valor da hora-aula vigente. Desse modo, fica estabelecido que para o ano de 1960, os professores teriam aumentos de 35% para ensino primário e de 40% para o ensino secundário. Cabe lembrarmos que, até esse momento, o ensino superior no Brasil era todo ele de caráter público, ficando sua remuneração a cargo do Estado.

No último ano do governo de JK, parte dos professores conquistou alguns benefícios pelos quais lutavam há anos. Um deles foi o direito a aposentadoria especial que, tramitando no poder legislativo desde 1957, finalmente é aprovado em 26 de agosto de 1960, porém apenas para os docentes do serviço público. Junto a ele temos outro projeto de lei que regulariza a gratuidade para os filhos de professores. Incluído na CLT, o direito de ensino gratuito aos dependentes trazia certo alívio ao Sindicato e sua categoria.

Essas medidas trabalhistas, que só trouxeram benefícios aos docentes, fizeram com que o Sindicato investisse maciçamente na questão cultural. Através da consignação de uma verba pública no valor de 30 mil cruzeiros, a diretoria consegue reformar a sede, dar continuidade a sua publicação “A Folha do Professor” iniciada em setembro de 1959 e lançar a “Revista do Mestre”. Ambas as publicações estavam voltadas para as conquistas e lutas do Sindicato, um diferencial era o fato da revista também tratar das políticas para a educação, formação docente e eventos que interessassem à categoria. Além disso, a sede reformada, além das discussões políticas, passou a ser palco de diversos cursos de capacitação para seus associados. Desse modo, o Sindicato consegue reunir novamente um grande número de sócios em sua sala e além das questões docentes

iniciava-se um debate sobre as eleições presidenciais que se aproximam. Junto a FITEE, o Sindicato dos Professores apoiou a organização de movimentos como o Comando dos Trabalhadores Intelectuais, o Comando dos Trabalhadores e a Liga Feminina da Guanabara. Além disso, esteve presente em movimentos internacionais como a III Conferência Mundial de Educadores na Guiné em 1960. O Clima democrático vivido desde 1946 aquecia o novo movimento sindical.

Após alguns anos de liderança, a aliança PSD - PTB perdia a presidência da república para os opositores da UDN. A eleição de Jânio Quadros, em outubro de 1960, configurava-se como a esperança da oposição para a subida ao poder de forças contrárias ao movimento trabalhista que mantinha como seu representante João Goulart, reeleito como vice-presidente. Mesmo sendo o candidato da UDN, Jânio Quadros exigiu que fosse mantida certa independência em relação às negociações partidárias e desse modo, os laços com seu partido foram se fragilizando⁶¹. Parte disso se caracteriza pela visita feita a Cuba em março de 1960, que foi mal vista pelas lideranças udenistas, pela defesa intransigente do fortalecimento da Petrobrás e do controle das remessas de lucros para o exterior.

Outro líder da UDN, este partidário da radicalização, que ganha força é Carlos Lacerda empossado governador da Guanabara em dezembro de 1960. Imediatamente, Lacerda inicia uma ampla reforma administrativa extinguindo alguns cargos e criando outros. Além disso, o governador da Guanabara torna-se um dos líderes de uma radical campanha anti-comunista e se inicia na imprensa carioca⁶². Diversas pessoas são atacadas em sua coluna, entre eles o presidente Jânio Quadros e seu vice João Goulart, e o presidente do Sindicato dos Professores da Guanabara, o professor Bayard Boiteux.

A querela entre o governador da Guanabara e o Sindicato dos Professores se inicia pouco tempo após a posse de Lacerda quando este nomeia para secretário de educação e cultura o jurista e professor Carlos Flexa Ribeiro, dono de um conceituado colégio na zona sul da cidade. Mesmo possuindo um impressionante currículo de ex-professor do Instituto de Belas Artes, da Faculdade Nacional de Arquitetura e ex-diretor do MAM, Flexa Ribeiro não era bem aceito entre a maior

⁶¹ CABRAL, Castilho. Tempos de Jânio: e outros tempos. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1962.

⁶² MOTTA, Marly Silva da. "Rio de Janeiro: de cidade capital a Estado da Guanabara". Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

parte dos docentes. Sua condição de proprietário de uma instituição de ensino e conseqüentemente membro do grupo que explorava e atrasava o desenvolvimento das relações de trabalho para os professores o afastava da popularidade entre a categoria. Por conta disso, o Sindicato lança imediatamente seu manifesto em jornais e revistas de grande circulação contra esta nomeação. Suas primeiras publicações apelam para o bom senso do governador e são, inclusive, bastante polidas no trato no questionamento⁶³.

Contudo, Carlos Lacerda utilizou sua forte influência sobre parte da imprensa para atacar o Sindicato e seus diretores. Em represália o presidente do Sindicato, Bayard Boiteux, publica sua carta de repúdio, não só a nomeação de Flexa Ribeiro, como a política adotada por Carlos Lacerda. Com texto bem mais agressivo que o documento assinado por toda diretoria, a carta do líder sindical acusa Lacerda de falta de patriotismo ao entregar a educação de seu estado a um homem que não valorizava a profissão docente⁶⁴. Em conseqüência, Carlos Lacerda move uma ação criminal contra Bayard Boiteux acusando-o de utilizar palavras injuriosas, em um órgão de imprensa, contra o então governador da Guanabara. A briga não se estendeu muito; Lacerda vendo-se solitário na ação retira o processo e Flexa Ribeiro é mantido na secretaria até 1965 quando se candidata a governador da Guanabara. Derrotado nas eleições o ex-secretário elege-se, no ano seguinte, a deputado federal pelo partido governista Arena, mesmo tendo sido um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro em 1947.

Essa briga vai além do incomodo causado pela eleição de Lacerda e a posterior nomeação de Flexa Ribeiro. O Sindicato dos Professores tinha como um de seus propósitos defender os interesses dos docentes das repartições públicas que não possuíam qualquer tipo de organização sindical. Ao ampliar seu quadro de associados, iniciando a sindicalização dos professores do ensino superior, e ao demonstrar seu repúdio pela nomeação do novo secretário, a direção do Sindicato alinhava-se a uma grande parcela da categoria que, mesmo recebendo os melhores salários do mercado, via-se as voltas com problemas bem conhecidos dos docentes da rede privada.

⁶³

Arquivo Sinpro-Rio.

⁶⁴

Idem.

Na contínua busca pela melhoria salarial de seus associados, o Sindicato fecha, pelo segundo ano consecutivo, um acordo salarial satisfatório onde todos os professores receberam aumentos de 35% sobre seus salários. Além disso, o Sindicato conseguiu aprovar o estabelecimento de um salário mínimo para os professores do ensino primário que há tempos sofriam com as enormes diferenças entre os estabelecimentos. A partir de agora nenhuma escola pagaria um piso menor que o mínimo estipulado. Essa nova cláusula pouco influenciou nos ganhos dos professores das escolas tradicionais, mas modificou em muito a realidade dos docentes das pequenas escolas nos subúrbios da cidade onde eram observadas as maiores atrocidades. Mesmo sendo questionado e até boicotado por alguns donos de escola, o piso na educação primária era o primeiro passo para uma regularização salarial. Estas conquistas trabalhistas não representaram um grande alívio a categoria nem ao Sindicato. No conturbado ano de 1961 muitas outras causas pelas quais lutar ainda emergiriam no cenário nacional.

Em julho, ao mesmo tempo em que o Congresso Nacional aprovava a viagem de João Goulart e uma comitiva trabalhista e econômica ao Oriente e Leste Europeu, iniciava-se a campanha eleitoral dentro do Sindicato dos Professores da Guanabara. A inscrição de uma chapa única encabeçada pelo professor Hélio Marques Silva trazia a falsa impressão de dias tranquilos para a instituição. Ainda nesse mês, o secretário do Sindicato, professor Levy Borborema Pôrto, se ausentaria de suas funções para integrar a comitiva que acompanhava o vice-presidente da república aos chamados países comunistas. Contudo, a segunda metade do mês de agosto, que traria a formalização da eleição no Sindicato, veio acompanhada da renúncia do presidente Jânio Quadros. Em meio aos problemas políticos nacionais, o periódico do Sindicato intitulado “Folha do Professor” publica o seguinte trecho do livro “Quarto de despejo” de Carolina Maria de Jesus: “O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo e nas crianças.”⁶⁵.

A renúncia abriu uma grave crise no país onde os ministros militares, junto a uma grande parcela das forças armadas e parte da sociedade civil contrária ao

⁶⁵ Idem.

trabalhismo getulista se opuseram a posse de João Goulart sob a alegação de que ela significaria uma ameaça à ordem instituída. Em contrapartida, a maior parte dos trabalhadores e dos sindicatos, junto às baixas patentes militares, se aliaram a Leonel Brizola e lançaram um movimento legalista pela posse de João Goulart⁶⁶. Dentro do Sindicato dos Professores da Guanabara foi organizada o “Comando Nacional dos Professores” que esteve responsável pelas atividades de greve e vigília pela posse de Jango⁶⁷. O clima na cidade do Rio de Janeiro não era dos mais amenos; a liderança exercida pelo Sindicato dos Professores junto a CPOS (Comissão Permanente das Organizações Sindicais do Estado da Guanabara) organizou um movimento de greve geral em favor da posse de João Goulart que se chocou diretamente com o movimento encabeçado pelo governador Carlos Lacerda contra a subida de Jango ao poder.

Em meio à crise, o Congresso Nacional rejeitou a proposta de impedimento enviada pela junta militar e iniciou a discussão de uma saída conciliatória. No Rio de Janeiro, as manifestações contra e a favor da posse cresciam levando o embate ideológico às ruas da cidade. Quanto a João Goulart, este se manteve fora de território nacional até a certeza de que não seria preso pelas forças armadas contrárias aos preceitos constitucionais. A instabilidade era latente, tanto que parte do grupo legalista, apoiado pelo III Comando do Exército, cogitou a rebelião armada como forma de levar Jango ao poder⁶⁸.

Tendo como aliado o governador do Rio de Grande do Sul, João Goulart desembarca em Porto Alegre em 1º de setembro e é recebido por uma enorme manifestação popular. No dia seguinte, o Congresso Nacional aprova a Emenda Constitucional que instala o parlamentarismo, limitando os poderes do futuro presidente da república que temendo uma possível guerra civil se vê obrigado a aceitar os novos termos para sua posse⁶⁹. Enfim, em sete de setembro João Goulart é levado à presidência da república e imediatamente indica Tancredo Neves, político de centro que acalmaria os militares, para o cargo de Primeiro Ministro.

⁶⁶ GOMES, Angela Maria de Castro; FERREIRA, Jorge. “Jango: as múltiplas faces”. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2007.

⁶⁷ Arquivo Sinpro-Rio.

⁶⁸ GOMES, Angela Maria de Castro; FERREIRA, Jorge. “Jango: as múltiplas faces”. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2007.

⁶⁹ Idem.

Paralela a posse de Jango, a diretoria encabeçada por Hélio Marques Silva também toma posse no Sindicato dos Professores e já inicia seus trabalhos dentro da luta pela antecipação do plebiscito parlamentarista, previsto para o início de 1965. As diversas organizações sindicais reconheciam a enorme importância dessa consulta popular que manteria ou não o novo regime instituído no país. Para o movimento trabalhista, a volta do presidencialismo e a ampliação dos poderes de João Goulart eram tidas como uma grande vitória do movimento e o caminho para novas conquistas. Adepto do trabalhismo varguista ainda latente na política nacional, Jango representava maior força para os sindicatos.

A instabilidade política e a crise financeira afastaram um pouco as atenções para as outras causas que tramitavam no Congresso. Desse modo, depois de 13 anos de acirradas discussões vemos promulgada a Lei 4.024, em 20 de dezembro de 1961, baseada na proposta de Carlos Lacerda. A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil nascia sem a pujança do anteprojeto original, prevalecendo às reivindicações da Igreja Católica e dos donos de estabelecimentos particulares de ensino no confronto com os que defendiam a educação pública, laica e gratuita para a oferta da educação aos brasileiros. Através dela temos a proliferação do ensino privado à medida que a nova lei reconhece que o governo deva compartilhar com este a obrigação por todos os níveis de ensino. É a partir dela que temos a autorização para o funcionamento de ensino superior privado no país, mesmo que este só consiga o consentimento definitivo em 1971. Além disso, esta LDB fixa que os diretores de escola são os responsáveis pela organização curricular de seus estabelecimentos de ensino, desde que respeitem os 180 dias letivos. Tal medida acarreta na eliminação de diversas matérias consideradas eletivas e na demissão de vários professores. Outra medida girou em torno da definição de que os municípios passariam a ser responder pelo ensino primário, tirando dos estados a responsabilidade por este segmento. Quanto a essa LDB podemos dizer que de positivo temos apenas a fixação das férias escolares do mês de julho⁷⁰.

⁷⁰ BOMENY, Helena. “Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira”. “Interseções-Revista de Estudos Interdisciplinares”. Rio de Janeiro, v. 5, nº 2, p.277-301, dez. 2003.

Pegos de surpresa, com a aprovação de tais medidas durante um recesso escolar, o Sindicato dos Professores se viu sem meios para articular sua categoria contra a esta LDB. Com isso, o ano de 1962 se inicia em meio a uma conturbada série de demissões e processos que agitaram a pequena sede na Rua 13 de Maio. Apostando na veia trabalhista do presidente da república, o Sindicato da Guanabara se une a outras instituições classistas do país e envia a Brasília um documento contendo propostas de mudanças na LDB. Um ano inteiro seria necessário para que se alterasse a medida que dava aos diretores e conseqüentemente aos donos de escola a garantia de estabelecerem a grade escolar. De fato, a política nacional se encontrava por demais conturbada e de imediato pouco se fez quanto essas questões.

João Goulart recebera um país mergulhado num enorme déficit financeiro, com uma taxa inflacionária cada vez mais alta e um salário mínimo cada vez mais achatado. A crise econômica era tão profunda que o presidente se vê obrigado a recorrer ao FMI, viajando para Washington em abril de 1962 para ver negado seu pedido de auxílio financeiro. Como se não bastasse, o ministério parlamentar também se mostrava disposto a atrasar as propostas presidenciais de reforma agrária e trabalhista, nacionalização de algumas subsidiárias estrangeiras e o reajuste periódico do salário mínimo compatível com a inflação. O desentendimento entre o presidente e o gabinete parlamentar era tão visível que, utilizando-se da exigência legal de desincompatibilização a fim de concorrer às eleições de outubro de 1962, todos os membros do gabinete pediram demissão no dia 26 de junho deste ano⁷¹.

O novo gabinete foi montado a fim de atender as pretensões do presidente para o pleno desenvolvimento do país e de imediato foi adotado um plano de emergência para o combate da inflação. Além disso, iniciou-se uma campanha pela antecipação do plebiscito, apoiada pelos sindicatos e pelas baixas patentes militares que apoiavam Jango. Nessas circunstâncias o Congresso Nacional determinou o prazo limite de até 30 de abril de 1963 para a realização da consulta popular que se realizou em seis de janeiro de 1963⁷².

⁷¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. “João Goulart – entre a Memória e a História”. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

⁷² Idem.

Muito disso se deveu ao clima político bastante tenso. As classes trabalhadoras ainda encontravam-se insatisfeitas com os rumos da economia nacional e a constante alta inflacionária desvalorizava em muito os salários. Desse modo, em cinco de setembro de 1962, os sindicatos reuniram-se numa greve geral que paralisou o Brasil. Nela, além das questões salariais, lutou-se pela melhoria nas condições de vida, pelo desenvolvimento de uma política social plena, pela antecipação do plebiscito presidencialista e pela implementação das reformas de base.

O Sindicato dos Professores da Guanabara não esteve afastado desse movimento e apoiou a paralisação das atividades no dia proposto. Dentro da organização de professores, além das reivindicações trabalhistas, lutava-se pela melhoria do ensino e da atividade docente. A aprovação da LDB, no ano anterior, ainda causava certo incômodo à categoria inclusive no que dizia respeito ao aumento da participação e do poder do setor privado. Alheios às necessidades primordiais da educação e contrários aos direitos adquiridos pelos docentes, os donos das instituições de ensino saíram vitoriosos aos adquirir direitos sobre o ensino superior no país⁷³. Para o Sindicato, o afastamento do Estado das decisões ligadas ao ensino só pioraria a qualidade do mesmo. Além disso, é importante lembrar que, este Sindicato também defendia os professores do Estado da Guanabara que não possuíam qualquer tipo de órgão representativo.

Dentro das reivindicações voltadas para a educação, no ano de 1962 temos a criação do Conselho Federal de Educação, que viria a substituir o Conselho Nacional de Educação. Além disso, o governo lança o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, ambos inspirados no método Paulo Freire, e que viriam a integrar uma parte marginalizada da sociedade e garantiam a responsabilidade do governo para com o sistema educacional do país⁷⁴. Já em relação às lutas trabalhistas, após anos de reivindicação, o 13º salário é instituído já para o fim do ano de 1962 e inserido na legislação previdenciária

⁷³ CUNHA, Luiz Antonio & GOES, Moacyr. “O golpe na Educação”. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora, 1999.

⁷⁴ VALE, Ana Maria do. “Diálogo e Conflito: A presença do pensamento de Paulo freira na formação do sindicalismo docente”. São Paulo: Cortez, 2002.

em 1963. Tanto a utilização do método de Paulo Freire quanto à instituição do 13º salário geraram a reação dos grupos conservadores da sociedade⁷⁵.

No início do ano de 1963, os trabalhadores viviam a euforia da restituição do regime presidencialista. Tendo novamente reunidos os poderes de chefe de Estado e chefe de Governo, acreditava-se que João Goulart poderia enfim implementar as reformas de base. Porém, o fato do governo não contar com apoio do Congresso para realizar a reforma constitucional impediu a realização das mais diversas reivindicações das classes trabalhadoras. Rapidamente a euforia deu lugar à tensão e os movimentos grevistas de apoio ao presidente da república voltaram a se espalhar por todo país. Além das greves, outros movimentos irritaram as forças reacionárias da sociedade civil, entre eles, o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, realizado entre os dias 28 e 30 de março de 1963, em Niterói. Nele, diversos líderes sindicais estiveram presentes para demonstrar seu apoio a Revolução Cubana e ao novo regime implementado naquele país, entre eles, o professor Carlos da Silva Teixeira representando o Sindicato dos Professores da Guanabara⁷⁶. Durante o Congresso, o professor Carlos Teixeira deixou claro em seu discurso que era intenção do Sindicato apoiar integralmente as políticas populares anunciadas por João Goulart e que a classe docente poderia demonstrar seu apoio a essa diretoria nas eleições sindicais marcadas para agosto do mesmo ano.

Entendendo que a manutenção e o alongamento dos movimentos de greve poderiam gerar desgastes entre a sociedade e a categoria, o Sindicato dos Professores da Guanabara opta por diferentes formas de apoio ao governo Jango e de criação de espaços para a discussão sobre os rumos da educação. Dentro dessa perspectiva, o Sindicato patrocina o VIII Congresso de Educadores Americanos realizado no Hotel Glória entre os dias 27 de Junho e 1º de Julho de 1963. Neste evento estiveram presentes diversas entidades sindicais do Brasil, América Latina, da antiga URSS e Cuba. Nele, o presidente João Goulart participou como o presidente de honra discursando na cerimônia abertura do evento que, além da situação política dos países participantes, o modelo de educação adotado por cada

⁷⁵ TRAGTENBERG, Maurício. “Sobre Educação, política e sindicalismo”. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

⁷⁶ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fichas de denúncia contra Carlos da Silva Teixeira.

um dos membros foi tema recorrente. Para os diversos líderes da América Latina em muito interessavam os métodos praticados nos países comunistas participantes do evento. Para os brasileiros, ansiosos pela implementação das Reformas de Base, os exemplos de Cuba e da antiga União Soviética representavam um dos modelos na busca por igualdade de oportunidades através do ensino. Entusiasmados com o revolucionário método de Paulo Freire e ainda esperançosos pela execução dos ideais expressos no Manifesto da Escola Nova de 1932, o professorado carioca comparece maciçamente ao Congresso promovido por seu Sindicato⁷⁷.

Além de toda discussão político-pedagógica, o VIII Congresso de Educadores demonstrou ser um momento propício para o lançamento das plataformas de campanha para diretoria do Sindicato dos Professores da Guanabara. Com a proximidade das eleições e a inscrição de três chapas para a concorrência do pleito, o salão do Hotel Glória ganhou um ar de agitação política local que se espalhou pela categoria e manteve-se aceso até o dia da divulgação do resultado final, em 23 de agosto de 1963.

Reeleita a diretoria encabeçada pelo professor Hélio Marques Silva, o Sindicato dá continuidade a sua política de renovação da prática pedagógica, de valorização dos docentes e de total apoio as Reformas de Base propostas pelo governo João Goulart. Dentro dessa linha de defesa da política presidencial, o Sindicato dos Professores da Guanabara esteve presente, poucos dias antes de suas eleições, em sete de agosto, nas escadarias do Palácio Tiradentes, onde ocorreu o Dia Nacional do Protesto. Organizado pela CGT e apoiado por diversas entidades sindicais e pelo PCB, o movimento encerrou a Semana Nacional pelas Reformas de Base e contra a Carestia na tentativa de persuadir o Congresso a aprovar as Reformas⁷⁸.

Diversas questões figuravam entre as reivindicações mais recorrentes dentro do Sindicato. A manutenção da antiga diretoria fortalecia a continuidade de algumas negociações como a aprovação, em Congresso, do projeto feito em parceria entre o Sindicato e a FITEE para a criação de um salário mínimo para

⁷⁷ Arquivo Sinpro-Rio.

⁷⁸ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fichas de denúncia contra Carlos da Silva Teixeira.

toda categoria. Além disso, lutava-se pela ampliação do projeto de aposentadoria especial aos 25 anos de serviço que, ao ser reimplementado em agosto de 1960, só atendia aos docentes do serviço público. Outra luta travada pela diretoria do Sindicato era por uma nova reforma do ensino que criasse um sistema verdadeiramente democrático e progressista. Através de cartas e projetos enviados ao Ministério da Educação e Cultura, os membros do Sindicato tentavam fazer ouvir os anseios dos docentes por parte do poder público. Dentro de um desses projetos inclusive, exigia-se a representação do Sindicato dos Professores dentro do recém criado Conselho Estadual de Educação. Todos esses requerimentos feitos junto ao Estado representavam uma das necessidades mais recorrentes nas mais diversas instituições sindicais que era a de incluir-se ou manter-se como voz atuante dentro do governo, herança da cultura sindical do período Vargasista.

Além das reivindicações expostas acima, dentro do próprio Sindicato existiam metas para a melhoria dos serviços prestados à categoria. Em primeiro lugar, para a diretoria era urgente a aquisição de uma sede maior que pudesse atender de forma mais confortável o número de associados que se multiplicava a cada ano. A mais, a preocupação com o atendimento se estendia até os momentos de lazer da categoria e a discussão da aquisição de uma área a ser usada como Colônia de Férias dos professores passou a ser pauta nas reuniões de diretoria. Dentro das questões administrativas, sentia-se urgente a formação de um serviço especial de orientação dos professores para questões como a obtenção do registro profissional, legislação do ensino e os benefícios concedidos pelo IAPC e o SESC. Devemos lembrar que mesmo com a exigência de formação na Faculdade Nacional de Filosofia, o registro do Ministério do Trabalho era obrigatório para a prática docente e que durante algum tempo os professores da rede particular de ensino manter-se-iam inscritos como trabalhadores do comércio. Além disso, a comissão de enquadramento sindical do Ministério do Trabalho havia tomado uma decisão que ampliava o quadro da categoria. No início de 1963, ao considerar o professor como profissão diferenciada, o Ministério do Trabalho acabava por incluir, além dos professores primários, secundários e de ensino superior; os profissionais da aprendizagem industrial e comercial e os mestres e contramestres do ensino técnico-profissional. A partir dessa medida, o Sindicato dos Professores

da Guanabara sentiu a necessidade de se reestruturar para atender as especificidades dos novos associados⁷⁹.

O ano de 1963 traria ainda a aprovação do Decreto Federal que instituíra o feriado de 15 de outubro como sendo o Dia do Professor. Em sua redação observamos que a orientação era de que *"para comemorar condignamente o Dia do Professor, os estabelecimentos de ensino farão promover solenidades, em que se enalteça a função do mestre na sociedade moderna, fazendo participar os alunos e as famílias"*⁸⁰. Contudo, a declaração oficial de um feriado que já se comemorava há tempos, não trouxe reais modificações nas condições da profissão docente. Os altos índices inflacionários e o descumprimento de leis trabalhistas por parte dos colégios desvalorizavam o professor como trabalhador. As interferências dos donos de escola nos programas escolares desvalorizavam o professor como formador. Tanto que a assembléia de professores realizada em nove de novembro aprovou uma greve que durou de 29 de novembro a dois de dezembro. Nela os diversos problemas já expostos foram pauta de reivindicação. Mesmo tendo sua relevância reconhecida pelo presidente João Goulart, a greve foi considerada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho sob a alegação de que ainda havia um acordo trabalhista que vigoraria até fevereiro de 1964. Além do golpe sofrido com a ilegalidade do movimento, o Tribunal Regional do Trabalho ainda julgou improcedente o pedido de aumento de 100% para os professores cariocas alegando que a nova proposta salarial só poderia ser apresentada para a nova negociação a ser iniciada apenas em março de 1964.

O ano de 1964 se iniciaria com uma movimentação do presidente João Goulart no intuito de mobilizar os trabalhadores em torno do programa de reformas desenvolvido pelo governo que vinha sofrendo sistemáticas derrotas no Congresso Nacional. Dentro dessa manobra política, Jango se alinha aos sindicatos e aos demais movimentos de trabalhadores para a elaboração de uma mensagem de convocação para um grande comício a ser realizado no dia 13 de março, no Rio de Janeiro, em frente à estação ferroviária Dom Pedro II, mais

⁷⁹ Acervo de periódicos do Sinpro-Rio.
⁸⁰ Idem.

conhecida como Central do Brasil⁸¹. Este comício seria o primeiro de uma série de cinco movimentos populares que se encerariam em São Paulo no dia 1º de Maio.

Publicada em 19 de fevereiro de 1964, a convocação clamava ao povo sua maciça presença para que dessa forma todos pudessem manifestar "sua inabalável disposição a favor das Reformas de Base". Assinado por diversos representantes e lideranças entre os trabalhadores, o edital de convocação acendeu a ira da extrema direita brasileira que não tardou em contra-atacar. Porém, nada abalava a confiança das classes trabalhadoras no programa de reformas; sua execução representava um grande avanço nas relações sociais, políticas e trabalhistas no Brasil. Seu texto deixava clara que era intenção do governo Jango implementar as reformas agrária, bancária, administrativa, universitária e eleitoral, que deveriam estar vigorando já ao final de 1964. Outro objetivo era a defesa das liberdades democráticas e sindicais, exigindo-se a extensão do direito de voto aos analfabetos, soldados, marinheiros e cabos, assim como a elegibilidade para todos os eleitores e a necessidade de imediata anistia a todos os civis e militares indiciados e processados pelas leis de segurança nacional que ainda vigoravam no país⁸².

Mais que depressa, o governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda, movimentou seus correligionários na intenção de frustrar as intenções de João Goulart de organizar as massas em torno do governo federal. A oposição liderada por Lacerda era tão forte que o governador chegou a proibir a entrada dos ônibus vindos de outros estados e do subúrbio carioca nas proximidades da Central do Brasil. Sua atitude hostil acabou por ter um efeito contrário; nas vésperas do comício os funcionários do Departamento de Trânsito do Estado da Guanabara transferiram seus serviços para o governo federal. Além destes, os servidores do Corpo de Bombeiros e de outras categorias também optaram pela mesma saída acirrando a oposição entre governo estadual e federal. Sem o apoio de parte dos funcionários públicos, Carlos Lacerda busca parcerias nas parcelas insatisfeitas das classes médias urbanas e na oposição de extrema direita que apoiava atos de

⁸¹ GOMES, Angela Maria de Castro; FERREIRA, Jorge. "Jango: as múltiplas faces". Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2007.

⁸² MEANDRO, Heloísa. O Comício da Central do Brasil. In: <http://www.cpdoc.fgv.br>.

violência como a tentativa de incêndio, na madrugada do dia 13 de março, do palanque armado em frente à Central do Brasil⁸³.

Organizando e apoiando a movimentação das massas, além da CGT e dos sindicatos, tínhamos instituições como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a UNE, a Frente Parlamentar Nacionalista e o Comando dos Trabalhadores Intelectuais, onde o Sindicato dos Professores da Guanabara possuía muito espaço. Através do Comando diversos líderes de nosso Sindicato estiveram à frente da organização dos docentes para o comício. A maior parte das movimentações do professorado carioca se deu dentro do Comando devido às constantes ameaças sofridas pelo Sindicato por conta das Leis de Segurança Nacional que perigosamente ainda vigoravam no país e ameaçavam de intervenção as instituições classistas⁸⁴.

No dia 13 de março cerca de 150 mil pessoas entre trabalhadores, estudantes, servidores públicos e elementos das baixas patentes militares se reuniram na Central do Brasil para a realização de um dos maiores comícios da História do país. Até hoje, o Comício da Central do Brasil se constitui como umas das maiores manifestações populares de apoio a um governante brasileiro e seu projeto, e sua relevância para a História do movimento trabalhista é incontestável. Mesmo sofrendo uma ferrenha oposição o evento marca um novo comportamento da massa trabalhadora brasileira. Nem mesmo a macabra manifestação da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), que persuadiu alguns moradores do trajeto entre Laranjeiras, onde o presidente residia em visitas ao Rio de Janeiro, e o centro da cidade, a acenderem velas em suas janelas como sinal de luto afugentou as massas de seu compromisso com as Reformas de Base. Mesmo com o fracasso do movimento oposicionista em frustrar o comício, o tenso momento vivido no país estava estampado, a marcha da família com Deus pela liberdade realizada em São Paulo e organizada pelas classes médias e por membros do clero

⁸³ Idem

⁸⁴ COSTA, Sergio **Amad.**, “O C.G.T.: e as lutas sindicais brasileiras”. São Paulo: Gremio Politecnico, 1981.

mostrava isso. Logo, as altas patentes militares, derrotadas no plebiscito presidencialista, não tardariam a entrar em cena para alterar esse quadro⁸⁵.

As relações entre o governo João Goulart e os militares já se encontravam delicadas desde a renúncia de Jânio Quadros e se agravaram com o movimento de apoio por parte dos marinheiros. Reunidos no Sindicato dos Metalúrgicos no dia 25 de março para comemorar o aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, instituição considerada ilegal, e para demonstrarem seu apoio as Reformas de Base; os marinheiros tiveram sua prisão decretada pelo Ministro da Marinha, Sílvio Mota. O destacamento de fuzileiros designado para efetuar a ordem de prisão acabou aderindo ao movimento e se unindo aos marinheiros liderados pelo Cabo Anselmo e pelo então deputado Leonel Brizola. Logo a reunião ganhou ares de motim e uma série de reivindicações dos marinheiros foi transmitida ao ministério como o reconhecimento de sua associação, a melhoria da alimentação a bordo dos navios e dos quartéis, a reformulação do regulamento disciplinar da Marinha e a exigência de que nenhuma medida punitiva seria tomada contra os que ali estavam. A tensão dentro do Sindicato dos Metalúrgicos manteve-se até o dia seguinte quando marinheiros e fuzileiros aceitaram deixar o prédio e seguiram para o quartel de São Cristóvão, onde permaneceriam presos por poucas horas sendo anistiados pelo presidente João Goulart. A medida tomada pelo presidente foi duramente criticada pelos militares e acirrou ainda mais os ânimos⁸⁶.

A visível insatisfação de grande parte do empresariado, das classes médias urbanas, da Igreja Católica, dos proprietários rurais e de governadores como Carlos Lacerda, da Guanabara, Ademar de Barros, de São Paulo, e Magalhães Pinto, de Minas Gerais, acabaram por estimular a intervenção militar. Desse modo, na madrugada do dia 31 de março, a tropas mineiras lideradas pelo general Olímpio Mourão Filho iniciaram sua fatídica marcha rumo ao Rio de Janeiro, onde se encontrava João Goulart.

Vendo o fracasso da Greve Geral, organizada pela CGT, e a diluída reação dos grupos que o apoiavam, Jango segue para Brasília e de lá para Porto Alegre,

⁸⁵ MEANDRO, Heloisa. O Comício da Central do Brasil. In: http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5779_1.asp

⁸⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes. “João Goulart – entre a Memória e a História”. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

único foco de resistência, organizado por Leonel Brizola. Temendo a deflagração de uma guerra civil e ciente do apoio aos militares por parte dos EUA, transmitido por seu embaixador Lincoln Gordon, João Goulart não prossegue com a organização da resistência e parte para seu exílio no Uruguai de onde voltaria apenas para ser sepultado em sua terra⁸⁷.

Na manhã do dia 02 de abril, os jornais que faziam oposição a João Goulart estampavam tristes manchetes vitoriosas com textos agressivos e difamatórios contra o presidente deposto e seus aliados. Um dos mais exaltados era a Tribuna da Imprensa que publica a seguinte matéria:

"Escorraçado, amordaçado e acovardado deixou o poder como imperativo da legítima vontade popular o sr. João Belchior Marques Goulart, infame líder dos comuno-carreiristas-negocistas-sindicalistas. Um dos maiores gatunos que a história brasileira já registrou, o Sr. João Goulart passa outra vez à história, agora também como um dos grandes covardes que ela já conheceu.

Temos o direito de dizer tudo isso do Sr. João Goulart porque não lhe racionamos os adjetivos certos, por mais contundentes que fossem, na hora em que êle dominava o poder, e posava de líder todo-poderoso da Nação. Como não nos intimidamos na hora em que Jango e os comunistas estavam por cima e amargamos até cadeia, não precisamos nem fazer a demagogia da generosidade. Mesmo porque não pode haver generosidade nem contemplação com canalhas. E Jango, Jurema, Assis Brasil, Arraes, Dagoberto, Darcy Ribeiro, Waldir Pires e toda a quadrilha que assaltou o poder não passam de canalhas.

E além de canalhas, covardes. E além de covardes, cínicos. E além de cínicos, pusilâmines. E além de pusilâmines, desonestos. Bravatearam, fingiram-se machões, disseram que fariam isto e aquilo, mas aos primeiros tiros saíram correndo espavoridos e ainda estão correndo até agora. Alguns, como Aragão, como Assis Brasil, como Crisanto de Figueiredo, como Arraes, como Cunha Melo, como todo o rebotalho comunista, não serão encontrados tão cedo. (...)

Nunca se viu homens tão incapazes, tão desonestos e tão covardes. Agora que o País se livrou do fantasma da comunização podemos repetir o que vínhamos dizendo exaustivamente: todo comunista é covarde e mau caráter. Os episódios de agora vieram provar que estávamos cobertos de razão. (...)⁸⁸.

87

Idem.

88

Acervo de periódicos do jornal Tribuna da Imprensa.

Segundo a Constituição, que ainda vigorava, Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, deveria ocupar o cargo vago pela saída de João Goulart. Porém, na realidade os três ministros militares passaram a dar as diretrizes de um governo que se dizia revolucionário. O general Artur da Costa e Silva, da Guerra, o vice-almirante Augusto Rademaker Grunewald, da Marinha e o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, da Aeronáutica mais que depressa assinam, já em 09 de abril, o Ato Institucional número 1 que dava ao poder executivo, entre outras coisas, o direito de cassar mandatos, suspender direitos políticos e a declarar e prorrogar o estado de sítio sem a votação no Congresso Nacional. No dia seguinte, em 10 de abril, esse mesmo Congresso elege o general Humberto Castelo Branco presidente da república, consolidando as pretensões militares expostas desde a renúncia de Jânio Quadros. O novo quadro político brasileiro, mesmo apoiado por alguns setores da sociedade civil, viria a engessar todas as tentativas de inovação para o país. Para as lutas do Sindicato dos Professores da Guanabara, o golpe militar abortou todas as iniciativas de se revolucionar a educação e a condição de trabalho dos docentes, sob o pretexto de que todas as propostas eram de tendências comunistas ou subversivas⁸⁹.

Imediatamente a repressão inicia sua ação contra as instituições sindicais, a imprensa de tendência esquerdista, o movimento estudantil e contra os mais diversos setores da sociedade. Dentro de nosso Sindicato as medidas ditatoriais se fizeram sentir mais diretamente já em 13 de junho de 1964, quando seu presidente Hélio Marques Silva tem seus direitos políticos suspensos e sua prisão decretada. Sua prematura saída da liderança do Sindicato leva a uma verdadeira desarticulação do movimento docente e a um frenético movimento para evitar que outros diretores fossem presos. Atas de reunião, fichas de sindicalização, ordens escritas, exemplares da “Folha do Professor” e outros muitos documentos produzidos pelo Sindicato foram escondidos ou incinerados. Toda essa preocupação se deve ao fato de que, em poder do professor Hélio Marques, a polícia encontrou diversos telegramas trocados entre ele e José de Almeida Barreto que levaram às correspondências entre o Sindicato dos Professores e o

⁸⁹ GASPARI, Elio. “A Ditadura Envergonhada”. São Paulo. Companhia das Letras, 2002.

Sindicato da Ciência e Cultura de Moscou, o ministro Darcy Ribeiro, João Pinheiro Neto, Leonel Brizola, João Goulart, a UNE, entre outros. A violação da privacidade de Hélio Marques, que teve sua casa revistada, alertou a diretoria para a possível repetição do ato dentro da sede⁹⁰.

Como era de se esperar, a polícia não tardou a se fazer presente dentro do Sindicato. Dois dias após a prisão de Hélio Marques, o major Cleber Bonecker e o capitão da PM do Estado da Guanabara Ayrton José Guimarães Gouget chegaram à sede com a ordem de abertura dos cofres, como determinava o AI-1. Os diretores presentes nesse terrível dia eram Carlos da Silva Teixeira, que assume a presidência após a prisão de Hélio Marques, Affonso Saldanha, Levy Borborema Pôrto e Walter Ribeiro Lemos que assistem aos militares levarem consigo um recibo no valor de Cr\$ 2.500,00 referentes a despesas com piquetes de greve e que possuía três assinaturas, sendo que as duas primeiras se encontravam ilegíveis; já na terceira lia-se o nome da professora Nilza Nunes dos Reis que passou a ser alvo de investigação. Além disso, foram levados um cheque referente a imposto sindical no valor de Cr\$ 57.335,00, uma passagem aérea utilizada por Bayard Boiteux com destino de Belo Horizonte e um livro de atas de reuniões da diretoria.

Além disso, outros diretores também sofreram com processos e investigações. Carlos da Silva Teixeira, por exemplo, antes de assumir a presidência foi indiciado a prestar depoimento em inquérito policial aberto em junho de 1964, por determinação do Marechal Taurino de Resende Neto. Seu depoimento tinha o intuito de apurar os fatos e as possíveis responsabilidades de todos os dirigentes da FITEE e do Sindicato que tenham desenvolvido qualquer tipo de atividade enumerada nas leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a ordem política e social (lei 1802 de 05 de janeiro de 1953), além da acusação de atividade subversiva⁹¹.

Pouco a pouco, as lideranças do Sindicato dos Professores da Guanabara foram sendo fichadas e obrigadas a prestar depoimento ou a abandonar suas atividades. A perseguição implacável não cessaria até a desarticulação total do

⁹⁰ Arquivo Sinpro-Rio.

⁹¹ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fichas de denúncia contra Carlos da Silva Teixeira.

movimento e a derrota de seus líderes. Os primeiros a sofrer tais sanções foram os que nos últimos anos estiveram na linha de frente do Sindicato como Hélio Marques que após sua destituição do cargo de presidente da instituição e de sua prisão, foi demitido de seu cargo no Ministério da Educação em outubro de 1964. No mesmo processo, os professores Bayard Boiteux e José de Almeida Barreto, representantes do Sindicato na FITEE e ex-presidentes da instituição, foram demitidos de seus cargos no Colégio Pedro II. José Stamato, suplente de diretoria, foi demitido do cargo de professor assistente da UFRJ e o tesoureiro Walter Ribeiro Lemos foi dispensado de seu contrato como professor do Colégio Naval. Além deles, outro representante do Sindicato na FITEE, o professor Henrique Baptista Aranha Miranda teve todos os seus direitos políticos cassados devido a sua condição de ex-vereador da Guanabara pelo PTB.

A enorme preocupação do presidente empossado Castelo Branco em priorizar a agenda de compromissos financeiros internacionais fez com que fossem adotadas rígidas políticas antiinflacionárias que estacionaram qualquer tipo de ganho salarial. Além das medidas repressivas, o trabalhador precisou conviver com o arrocho e a desvalorização de sua mão de obra.

Dentro do Sindicato, o esperado ganho real para 1965, caso as Reformas de Base fossem aprovadas, deu lugar a frustração e ao medo. Tornava-se comum a visita de elementos da polícia nas dependências da instituição e a cada nova invasão um professor, diretor ou associado, era convidado a prestar seu depoimento. A rotina sindical, suas articulações e ações tornaram-se reféns da repressão. Qualquer tipo de reunião ou deliberação passou ser feita as escondidas, em salas emprestadas, longe do endereço oficial e distante de boa parte de seus associados. Tristemente a categoria foi sendo afastada de seu Sindicato. A denúncia de diretores feita pelos próprios colegas frequentadores da instituição abalou a confiança daqueles que se mantiveram na luta. A incerteza tornou-se a sensação mais comum entre as antigas lideranças.

Desmantelada, acuada e temerosa pelo futuro da instituição a diretoria eleita para o mandato 1963-1965 deixaria o comando do Sindicato em setembro sem ter conseguido implantar todas as suas propostas. Cindida pelo golpe, essa diretoria partiria para novas formas de luta, mas não mais as velhas batalhas travadas por multidões de docentes e sim pequenos combates feitos as escondidas

e sem os exércitos idealistas de outrora. Para a diretoria que tomava posse restava a incerteza no futuro, a prudência nos movimentos e a pequena esperança nas eleições estaduais que se aproximavam e que ainda seriam o último palco armado para a democracia na década de 60.

4

AS VIAS DA FORMAÇÃO.

4.1

A formação que se quer.

No final do século XIX e nos primeiros decênios do século XX, a cidade do Rio de Janeiro passou por transformações significativas que a modificaram tanto no seu estilo arquitetônico quanto na forma como seus habitantes se relacionavam entre si e com sua cidade. Novos hábitos e costumes foram introduzidos nas relações diárias e a necessidade de adequação da população era exigida pelas elites e por seus dirigentes. “Civilidade” era a palavra de ordem e a não inserção nos “tempos modernos” execrava e excluía todo aquele que se recusava a isso. Dentro desse quadro, a educação e a formação de professores serviram de mecanismo para essa nova adequação exigida. Dentro das escolas primárias e normais se ensinava muito mais que o traçado pelo currículo escolar; etiqueta e trabalhos manuais foram introduzidos na rotina dos alunos.

Era na rua, nos novos caminhos remodelados e reestruturados, que a sociedade interagia. Todas as camadas sociais se encontravam e se reconheciam nas ruas, numa estranha interação repressora que modificava os hábitos. Nesse momento, as elites urbanas não aceitavam mais os homens desalinhados e descalços, as crianças sujas e as mulheres maltrapilhas de outrora. E as camadas mais baixas da sociedade buscavam igualar-se aos novos padrões de beleza e *status* que se observavam nas ruas da cidade. A rua era o lugar onde se descortinava todos os sonhos, promessas e esperanças trazidas pelo mundo moderno.

Dentro de regimes repressivos e de, como nos diz Marshall Berman, modernidades do subdesenvolvimento, impostos pelo Estado, a rua toma o importante contorno de zona livre da liberdade. Mesmo com a imposição de novos modos ou com a exclusão pela cultura ou pelo vestiário mal acabado, é na rua que os homens interagem, observam e absorvem essas novas exigências sociais. Mesmo que o Estado controle, ele não pode gerar as ações e interações que aí

ocorreram⁹², dando a rua uma espontaneidade nunca antes sentida pelos habitantes da cidade.

Dentro desse movimento, a rua encontra-se dotada de novos códigos e comunicações compreensíveis apenas pelos indivíduos capazes de “lê-los” e interpretá-los. A mensagem entre o real e a fantasia, o desejo e a possibilidade tornam-se mais evidentes na moderna rua da cidade e podem causar sentimentos contraditórios nos mais desavisados. A rua torna-se, também, lugar de aprendizagem, onde o homem é ensinado a viver entre esses dois mundos do real e do imaginário, livre para agir, mas preso aos papéis exigidos pela sociedade. Esse homem, vivendo duas realidades distintas e superpostas, fragmenta-se para melhor percorrer e sobreviver na cidade. Ele aprende, ou tenta aprender, a lidar com essas duas redes; a física, “composta por um labirinto de ruas onde só a aventura pessoal pode penetrar, e a simbólica formada por um labirinto de signos que só a inteligência pode decifrar, encontrando assim a sua ordem”.⁹³

Do movimento exposto acima nascem a maioria dos desencontros ocorridos entre os elementos do operariado e das classes mais pobres com a elite dirigente e letrada. Como elementos motores da cidade, esses atores sociais se encontram unidos, mas como elementos produtores dos signos da cidade, eles se apartam. A partir da criação desses símbolos, as classes mais carentes e as elites letradas passam a ocupar funções ainda mais distintas e surge uma nova necessidade de formação para a sociedade como um todo.

Por um lado, os homens capazes de manejar a pena, os responsáveis pela criação simbólica e por sua difusão compunham a camada mais estreitamente ligada ao poder e ao Estado. São esses homens os responsáveis diretos pela criação de regras e leis e também os responsáveis por sua execução. Ligados a uma função de poder, estes homens compunham a burocracia letrada e regulavam os hábitos da cidade.

Por outro lado, temos, no início do século XX, uma grande massa de analfabetos ou pessoas com baixo índice de escolaridade. Homens e mulheres obrigados a seguir a tais regras ditadas por uma pequena camada letrada; regras das quais muitas vezes não entendem, mas que compõem a ordem exigida. Temos

⁹² BERMAN, Marshall. “Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade”. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

⁹³ RAMA, Angel. “A cidade das letras”. São Paulo. Brasiliense, 1995.

no oposto a enorme massa de trabalhadores domésticos, pequenos lojistas e a mão-de-obra responsável pelo surgimento dos palacetes modernos.

Chamamos a atenção para o importante fato de essas elites letradas se constituírem como as produtoras de um sistema e de um tipo de ordem na cidade. Pode-se pensar que sua função, muitas vezes burocrática, se limita a simples executora das ordens impostas pelo Estado. Contudo, sua hegemonia dentro de uma sociedade de analfabetos e iletrados confere-lhes o poder de criar e redesenhar os modelos culturais dessa sociedade. Se por um lado esses letrados se constituem como servidores do poder, por outro, sua condição privilegiada na sociedade lhes imbuíu outro tipo de poder, diferente do exercido pelo Estado, mas igualmente importante para a manutenção de seu *status* na sociedade.

Dentre as inúmeras pessoas que possuíam esse tipo de poder; dentre religiosos, administradores, profissionais, escritores e múltiplos servidores intelectuais; os professores e os que se dedicavam a educação são os que nos interessam aqui. Sua função, mesmo que mal remunerada desde sempre, era responsável pela ativação de um imaginário em seus alunos; a esperança de uma vida melhor, de uma ascensão pela cultura. São os professores os letrados responsáveis pela formação das novas gerações, os responsáveis pela modificação dos filhos das classes mais baixas, os responsáveis pelas crianças não repetirem os péssimos hábitos de seus pais iletrados, a ponte entre o mundo intelectual e o “bestializado”.

Um grande número de crianças carentes teve sua formação baseada na transmissão dos conhecimentos através de histórias contadas pelos parentes mais velhos. Esse tipo de comunidade da experiência, como fala Walter Benjamin, funda a dimensão da narrativa tradicional responsável pela transmissão do saber e do conhecimento, da moral e dos costumes familiares àqueles indivíduos⁹⁴. É justamente esse tipo de formação que figura entre os maiores inimigos da educação que se quer implementar a partir da modernização da cidade. A elite letrada acredita que a eliminação dessa tradição oral entre as baixas camadas da sociedade é o passo fundamental para a reeducação desses elementos e a porta de entrada na tão desejada civilidade. Na visão das elites, nenhuma cidade poderia

⁹⁴ BENJAMIN, Walter. “Magia e Técnica, Arte e Política”. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

estabelecer-se como moderna e vanguardista tendo grande parte de sua população educada a partir de credices e lendas populares.

Desse modo, funda-se uma pedagogia moralista e recheada de preconceitos. O desejo da total eliminação do elemento popular na vida das crianças produziu um tipo de educação distanciada das realidades vividas, uma educação fantasiosa. O papel modelar do adulto trabalhador ou intelectual foi introduzido de forma violenta na realidade infantil esquecendo-se completamente de que as crianças não constituem nenhuma comunidade separada, mas são partes de povo e da classe a que pertencem, e que sua educação deveria pautar-se num diálogo entre a criança e o povo, fazendo uso de seus signos para dar significância a sua formação. Esqueceu-se completamente de que o mundo perceptivo da criança está marcado pelos traços da geração anterior e se confronta com eles⁹⁵ durante toda sua formação.

Desde cedo observamos o tom político que a educação tomou, não apenas no Rio de Janeiro, mas no Brasil. A função pedagógica se confundia com a introdução de novos hábitos exigidos pela modernização e a doutrinação da população. A partir desse pensamento, iniciou-se a tentativa de subtração das crianças em relação a seus pais e parentes próximos e a cruel modificação de seus costumes.

Esse movimento se deve em grande parte pela tentativa de inserção da elite dominante na nova ordem mundial e a crença de que essa entrada só se dá plenamente a partir da formação de elementos que são novos ou pelo nascimento ou pela sua própria condição de recém chegados a essa sociedade, como os imigrantes, por exemplo⁹⁶. Dentro desse movimento utópico de reestruturação e reeducação social parece sempre natural iniciar essa nova ordem através da educação. A tentativa de total eliminação das antigas tradições populares acaba levando ao equívoco da exclusão social; ao invés de executar a junção dos iguais, assumindo algum esforço de persuasão e correndo o risco pelo possível fracasso na formação, há a intervenção ditatorial, baseada na absoluta superioridade da elite letrada e a tentativa de produzir o novo como se este já existisse e fosse plenamente aceitável. Dessa forma, a idéia de se começar este movimento pela

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ ARENDT, Hannah. "Entre o passado e o futuro" /. 2. ed. - São Paulo : Perspectiva, 1979.

educação infantil ganha força e forma na sociedade letrada. Apenas as novas gerações educadas seriam capazes de assumir o novo.

O movimento exposto acima traz a ilusão de que um novo mundo está sendo formado a partir da educação e formação infantil. Porém, os executores dessa política esquecem-se que o mundo no qual estão introduzindo as crianças, por mais moderno que se mostre, é um mundo velho, construído pela própria elite letrada e por seus ancestrais. Seu tom de novidade acaba durando mesmo tempo que o imaginado e logo as velhas feridas encontram-se novamente exposta. É fato que a criança é apresentada ao mundo através da escola, mas a instituição de ensino não deve colocar-se como a figuração do mundo e sim como interseção entre a vida familiar privada e o mundo propriamente dito. Ao educador cabe a função de representante desse mundo, é ele que o apresenta. Mesmo acreditando que este possa ser diferente, ao professor cabe a responsabilidade pelas questões postas no mundo e é através de olhar que os jovens enxergam a sociedade pela primeira vez.

Como nos diz Hannah Arendt, essa responsabilidade pelo mundo que recai sobre o professor assume a forma de autoridade. Sua qualificação está na forma como reconhece e lê o mundo, mas sua autoridade consiste na forma como ele assume esse mundo e o transmite aos alunos. Contudo, a autora nos chama a atenção para o fato de que toda autoridade exige uma dose de obediência e que a manutenção dessa obediência é comumente confundida com exercício do poder e uso da violência. É importante termos consciência de que a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si fracassou⁹⁷. Devemos entender que entre autoridade e obediência existe uma liberdade que deve ser preservada e mantida para que no futuro essas crianças possam assumir sua própria responsabilidade pelo mundo e modificá-lo na constante busca pelo novo.

O currículo escolar, dentro dessa perspectiva, constitui-se como um elemento de luta entre a credence popular e o saber científico. É através de sua elaboração que se pensa a melhor forma de exclusão do considerado folclórico, das tradições familiares, para a inserção de um pensamento mais moderno, baseado na aprendizagem de leis de convívio social, as quais é fundamental

⁹⁷ Idem.

adaptar-se, e leis civis e estatais que são produto de uma atividade humana, estabelecidas pelo homem na busca pelo domínio da natureza. Inculcar nas crianças a existência e obediência a essas leis está ligado a sua preparação para o mundo do trabalho e a necessidade extrema do homem de dominar, transformar e civilizar a natureza. Dentro dessa perspectiva, o trabalho exercido pelo professor está intimamente ligado a consciência que este possui em relação aos contratos existentes entre a sociedade letrada e abastada e a sociedade e a cultura na qual estão inseridos seus alunos.

Devemos pensar que a escola não é apenas uma instituição de ensino primário ou médio e sim um instrumento de formação de intelectuais nos mais diversos níveis. Desse modo, a rede de escolas especializadas em determinadas e específicas formações crescem à medida que aumenta a demanda do Estado e da elite letrada e, desse modo, tem-se a suposição de que o mundo cultural e a civilidade da sociedade também aumentariam na mesma proporção. O crescimento social se ligaria diretamente a demanda escolar. Segundo Gramsci, “assim, como se buscou aprofundar e ampliar a “intelectualidade” de cada indivíduo, buscou-se igualmente multiplicar as especializações e aperfeiçoá-las. É este o resultado das instituições escolares de graus diversos, inclusive dos organismos que visam a promover a chamada “alta cultura”, em todos os campos da ciência e da técnica”⁹⁸.

No Brasil, após da Revolução de 30 e até o Golpe de 64, com o crescimento e incremento da produção industrial, vemos o aumento da educação técnica numa clara busca de formação de mão-de-obra especializada. Ainda segundo Gramsci, “a divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais. O desenvolvimento da base industrial, tanto na cidade como no campo, provocava uma crescente necessidade do novo tipo de intelectual urbano: desenvolveu-se, ao lado da escola clássica, a escola técnica (profissional mas não manual), o que colocou em discussão o próprio princípio da orientação concreta de cultura geral,

⁹⁸ GRAMSCI, Antonio. “Os Intelectuais e a Organização da Cultura”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

da orientação humanista da cultura geral fundada sobre a tradição greco-romana”⁹⁹.

Dentro da sociedade formam-se grupos especializados de intelectuais que exercem apenas determinadas funções e a idéia de cultura geral vai, aos poucos, se esvaindo. Na sociedade moderna, as atividades práticas tornaram-se tão complexas e científicas que estas acabaram por necessitar de escolas extremamente específicas para a formação de seus especialistas que além de exercerem suas funções no mundo do trabalho para o qual foram formados, acabam retornando como formadores nessas mesmas escolas, criando círculos profissionais cada vez mais fechados. Cabe frisar que desde o início da modernização no Rio de Janeiro, as elites letradas se colocavam como a vanguarda intelectual da sociedade; a unidade avançada da nação, com uma clara missão de conduzir o povo e as classes subalternas ao mais alto patamar da sociedade.

Desse modo, formas de identificação foram criadas na intenção de cativar as parcelas mais pobres da sociedade e angariá-los para a missão civilizatória das elites. Nesse contexto, corroboramos com a afirmação de Zygmunt Bauman quando o autor nos diz que a identificação, a ligação identitária a algum elemento, possui um poderoso fator de estratificação. Esse processo se divide de duas formas, onde na primeira temos um pólo hierárquico que seleciona a identidade desejada dentro de um amplo leque de possibilidades. Por outro lado, se encontram uma grande maioria que teve negado o direito de escolha, que pouco ou nunca manifesta suas preferências e que se vêem oprimidos a incluir-se numa identidade que não lhes pertence, e que na maior parte do tempo é estereotipada, humilhante e estigmatizada. Dessa forma, a identidade torna-se uma luta entre os que querem dominar e aqueles que se recusam a ser dominados; uma entidade onde o indivíduo é obrigado a submeter seus interesses pessoais em detrimento de um bem maior ao grupo social que “pretende tirar de você tudo que lhe é caro e violar os seus interesses”¹⁰⁰. Contudo, Bauman nos chama a atenção para o fato de a identidade e o sentimento de pertencimento, no moderno, não possuírem a solidez desejada. A partir de então as identidades tornaram-se bastante revogáveis

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ BAUMAN, Zygmunt. “Identidade”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

e negociáveis e o indivíduo conquistou a direito de alinhar-se àquelas que se mostrassem mais atraentes.

Essa volatilidade das identidades abre espaço para o diálogo e a novas formas de pensamento. E dentro da prática docente, o exercício do diálogo sempre foi um caminho mais utilizado e até indispensável para o estabelecimento de relações amistosas com os diversos setores sociais; tanto no que concerne à defesa dos interesses do magistério, especificamente, quanto no que concerne aos acordos ou até mesmo à participação de seu sindicalismo na busca de interesses sociais mais amplos.

4.2

A formação que se tem.

Primeiramente, devemos lembrar que as camadas mais baixas da sociedade carioca experimentaram a modernização como algo que ocorria à distância, longe de suas realidades, em lugares que embora fossem comuns e familiares, se mostravam fantasiosos e intangíveis¹⁰¹. Toda modernização executada no eixo centro-sul da cidade acaba se transmutando de forma irregular e distorcida nos subúrbios cariocas. A forma como foram lidos e reproduzidos está intimamente ligado com essa sensação de estranhamento e distanciamento. E dessa forma encontravam um meio de aplacar a sensação de atraso e rebaixamento social.

Esse movimento acaba abrindo espaço para o crescimento do poder simbólico as elites. Mais especificamente entre a classe docente esse poder se personifica através dos proprietários de escola, que até a década de 60 eram, na sua imensa maioria, professores que lecionavam em suas próprias escolas. Exemplo disso se dá na realização do 3º Congresso Nacional dos Estabelecimentos Privados de Ensino, organizado, de 17 a 25 de janeiro de 1948, em São Paulo, pelo Sindicato Nacional dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Primário do Rio de Janeiro, em conjunto com as delegacias sindicais do Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Paraná. Nele foram expostas as idéias presentes nas elites sobre a educação no país. Entre elas

¹⁰¹ BERMAN, Marshall. “Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade”. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

figuram o incentivo do Estado na educação com liberação de verbas para o ensino público e privado; o fim do monopólio do Estado sobre a educação abrindo espaço para o crescimento da instituição privada; igualdade de condições às escolas oficiais e às particulares quanto à representação junto aos órgãos diretores do ensino, defendendo a distribuição proporcional das verbas e reconhecimento do ensino prestado; dever do Estado em fundar e manter estabelecimentos de ensino, quando a atividade particular não puder solucionar plenamente o problema escolar; no caso do ensino primário e obrigatoriedade do poder público de amparar as instituições particulares de ensino por meio de isenção de impostos, subvenções ou quaisquer auxílios de ordem material. Em suma, o que se queria era a subvenção do Estado para a educação privada, sem que este mesmo Estado exercesse seu poder fiscalizador através da limitação de seu poder.

Outra parcela social ainda mais poderosa e incisiva estava na Igreja Católica que exercia seu poder de percussão dentro das organizações do Estado através de parlamentares seguidores da religião. O primeiro discurso de grande impacto foi o do padre Fonseca e Silva, no dia 5 de novembro de 1956, cujo mérito foi “obrigar os interesses conflitantes a se manifestarem num jogo político aberto”. Em sua fala, o deputado adverte o ministro da Educação contra a presença de Anísio Teixeira e Almeida Júnior, respectivamente, na direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e na presidência no I Congresso Estadual de Educação, em São Paulo. O deputado alega para tanto, que tais professores não passam de agnósticos e comunistas, que ocupam altos postos para liderar uma campanha contra a formação religiosa do povo brasileiro. No dia 10 do mesmo mês, Fonseca e Silva envia um memorial ao ministro, reforçando as críticas e alertando ainda para as restrições sofridas pelo patrimônio moral e espiritual da Igreja, denunciando que estaria sendo desenvolvido, no Ministério da Educação, um movimento contra o ensino particular brasileiro. Em fins de novembro, o deputado Luís Vianna responde às acusações, dando a conhecer à Câmara dois documentos: um do ministro Clóvis Salgado e o outro do próprio Anísio Teixeira. Os dois refutavam as idéias contidas no discurso de Fonseca e Silva, principalmente no que se referia aos vínculos com a ideologia marxista. Posteriormente, a polêmica sai do Congresso, atravessa círculos intelectuais e

chega à opinião pública, envolvendo disputas por meio da imprensa e manifestações de diversos tipos¹⁰².

Dentro desse embate temos a aprovação do chamado substituto Lacerda que, dentre outras coisas, oficializava o caráter complementar da ação estatal e o ensejo da cooperação entre a iniciativa privada e o governo. Além disso, previa que a admissão gratuita de alunos nas escolas particulares ou a redução da contribuição seria compensada por bolsas e outras vantagens do governo. O substitutivo Lacerda, no seu Título IV, apenas deixava explícito o caráter supletivo do ensino público, pela vedação do favorecimento ao monopólio estatal, e pela igualdade de condições entre as escolas oficiais e particulares, no que tocava, inclusive, à distribuição de verbas (mediante bolsas de estudo, financiamentos para construção, reforma de prédios escolares e equipamentos).

Esse evidente avanço das forças privadas na educação abre espaço para o embate com os defensores da educação pública. A favor do ensino privado, a Igreja católica levantou a bandeira da liberdade de ensino como liberdade de escolha do tipo de escola pela família, objetivando, entre outras coisas, a subvenção pública e a não ingerência do Estado. Na mesma via temos as escolas particulares leigas, que sem uma doutrina própria, apoiavam-se na da Igreja para defender seus interesses “principalmente financeiros”. Por outro lado, os defensores da escola pública tentam mostrar como só a escola pública é verdadeiramente democrática, apontando todas as falhas do chamado substitutivo Lacerda e afirmando que “o Estado está sendo o coveiro de suas próprias escolas”. Criticam ainda o sectarismo da iniciativa privada, seu anacronismo e seus interesses lucrativos.

A radicalização do movimento dos proprietários de escola tem como base de argumentação as grandes perdas financeiras obtidas a partir da melhor organização do movimento docente. Os embates se recrudescem a partir de meados da década de 50 onde os elementos já elencados acima se tornam mais evidentes.

Contudo, as discussões não levaram a uma modificação evidente dos métodos adotados nas escolas, nem públicas, nem privadas. E para além de

¹⁰² OLIVEIRA, Marcos Marques. "Os empresários da educação e o sindicalismo patronal". Bragança Paulista: Unio. S. Francisco, 2002.

qualquer discussão político-pedagógica, a intensificação desse embate acarretou a demissão de diversos professores. A organização, conscientização e mobilização docente estremeceram as relações de favores e submissão na qual viva a categoria e trouxe certo temor ao patronato.

De fato, o substitutivo Lacerda recrudescu o embate que se massificou através de artigos em jornais e manifestações públicas. A de maior impacto, com certeza, foi a Campanha em Defesa da Escola Pública, liderada por antigos educadores do movimento conhecido como Escola-Nova, intelectuais, estudantes e líderes sindicais, em que se destacaram nomes como Florestan Fernandes, Delgado de Carvalho, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso e Anísio Teixeira, Maria Yedda Linhares, Darci Ribeiro, Carlos Lyra, Álvaro Kilkerry, Bayard Damaria Boiteaux, Afonso Saldanha, Cecília Meirelles, entre outros. A partir dessa campanha temos a publicação do “Manifesto dos Educadores: Mais uma Vez Convocados” publicado em 1º de julho de 1959, em diversos meios de comunicação. A extensão do manifesto no impede de reproduzi-lo por completo, mas alguns trechos são fundamentais para o entendimento da questão:

“Não negamos nenhum dos princípios por que nos batemos em 1932, e cuja atualidade é ainda tão viva, e mais do que viva, tão palpitante que êsse documento, já velho de mais de 25 anos, se diria pensado e escrito nestes dias. Vendo embora com outros olhos a realidade, múltipla e complexa, – porque ela mudou e profundamente sob vários aspectos, – e continuando a ser homens de nosso tempo, partimos do ponto em que ficamos, não para um grito de guerra que soaria mal na boca de educadores, mas para uma tomada de consciência da realidade atual e uma retomada, franca e decidida, de posição em face dela e em favor, como antes, da educação democrática, da escola democrática e progressista que tem como postulados a liberdade de pensamento e a igualdade de oportunidades para todos...

O professorado de ensino primário (e mesmo o do grau médio), além de, geralmente, mal preparado, quer sob o aspecto cultural quer do ponto de vista pedagógico, é constituído, na sua maioria, por leigos (2/3 ou 3/4 conforme os Estados); não tem salário condizente com a alta responsabilidade de seu papel social nem dispõe de quaisquer meios para a revisão periódica de seus conhecimentos. Com a proliferação desordenada, sem planejamento e sem critério algum (a não ser o eleitoral), de escolas superiores e, particularmente, de Faculdades de Filosofia, já se podem calcular as ameaças que pesam sobre êsse nível de ensino, outrora com as poucas escolas tradicionais que o constituíam, e apesar de suas deficiências, um dos raros motivos de desvenecimento da educação

nacional. Se se considerar ainda que ultrapassa de 50% da população geral o número de analfabetos no país e que, de uma população em idade escolar (isto é, de 7 a 14 anos) de 12 milhões de crianças, não frequentam escola senão menos da metade ou, mais precisamente, 5.775.246, nada será preciso acrescentar, pois já se terá, com isso, um quadro sombrio demais para lhe carregarmos as côres e desolador demais para nos determos na indagação melancólica de outros fatos e detalhes...

Mas fabricar com todos êsses ingredientes opinião contra a educação pública, como se ela, a vítima, fosse responsável pelo abandono a que a relegaram os governos, é realmente de pasmar. Pois as causas da lamentável situação a que se degradou, por um processo de desintegração de que somente agora se dão conta os seus detratores, saltam aos olhos de qualquer cidadão esclarecido e disposto a refletir um pouco sôbre os fatos. Na impossibilidade de alongar-nos na análise de cada uma delas, bastará apontá-las. O rápido crescimento demográfico, nestes últimos trinta anos; o processo de industrialização e urbanização que se desenvolve num ritmo e com intensidade variáveis de uma para outra região; as mudanças econômicas e sócio-culturais que se produziram, em conseqüência, são alguns dos fatores que determinaram êsse desequilíbrio e desajustamento entre o sistema de educação e as modificações surgidas na estrutura demográfica e industrial do país... A extraordinária expansão quantitativa, provocando um rebaixamento de nível ou qualidade do ensino de todos os graus; a extrema deficiência de recursos aplicados à educação (e, como já escreveu um de nós, "não há educação barata como não há guerra barata"); o excesso de centralização; o desinterêsse ou, conforme os casos, a intervenção tantas vêzes perturbadora da política; a falta de espírito público, o diletantismo e a improvisação conjugaram-se, nesse complexo de fatores, para criarem a situação a que resvalou a educação pública no país... Não ignoramos a que ponto a juventude atual, em cuja educação se deveria concentrar o máximo de nossos esforços, sem deixar fora das influências educativas nenhuma fração dela, se deixa seduzir pela idéia de liberdade, pela consciência do seu direito à educação e pelo sentimento de revolta contra a falta de escolas e o abandono a que se relegaram as existentes, – escolas não para todos mas para privilegiados na massa enorme da população em idade de freqüentá-las. Não é como um favor, mas como um direito que ela exige a educação com altivez e tantas vêzes com energia e veemência... Dos educadores que assinaram o Manifesto de 32 e êste também subscrevem, apoiados nos da nova geração, nenhum, de fato, teve nas mãos, com autoridade ministerial, o poder e os instrumentos para uma ação de larga envergadura e, quando dêles um ou outro dispôs por períodos curtos e para uma obra de âmbito nacional ou circunscrita a êsse ou aquêle Estado, foi sem desfalecimentos e sob a inspiração dos mesmos ideais que se empenharam em reformas profundas e em realizações que ficaram. No entanto, não desejamos de forma alguma, também, nós, esquivar-nos à confissão pública de culpa, onde porventura a tenhamos tido, por ato, negligência ou omissão... A luta que se abriu, em nosso país, entre os partidários da escola pública e os da escola particular, é, no fundo, a mesma que se travou e recrudesce ora nesse, ora naquele país, entre a escola religiosa (ou o ensino confessional), de um lado, e a

escola leiga (ou o ensino leigo), de outro lado... Mas, continuando a decomposição do problema em seus elementos principais, implica essa campanha contra a escola pública, se não é um dos fatores que a desencadearam um aspecto econômico: é praticamente uma larga ofensiva para obter maiores recursos do Estado, do qual se reclama, não aumentar cada vez mais os meios de que necessita o ensino público, mas dessangrá-lo para sustentar, com o esgotamento das escolas que mantem, as de iniciativa privada. O grave documento a que acima nos referimos, "apresenta, de fato, como suas linhas mestras (nas palavras, insuspeitas e autorizadas, d'"0 Estado de S. Paulo") êstes três princípios fundamentais: 1) o ensino será ministrado sobretudo pelas entidades privadas e, supletivamente, pelo poder público; 2) o ensino particular não será fiscalizado pelo Estado; 3) o Estado subvencionará as escolas privadas, a fim de que estas possam igualar os vencimentos dos seus professôres aos dos professôres oficiais. É, como se vê (conclui o grande diário), a instituição no Brasil, do reinado do ensino livre: livre da fiscalização do Estado, mas remunerado pelos cofres públicos"...

O aspecto político de que se procura enredá-la, é outro não menos importante dessa questão, complexa demais para não termos o cuidado de a desemaranhar, restabelecendo-a em seus dados históricos e suas possíveis implicações atuais. A direita apoia, em geral, a escola livre, e a esquerda, a escola pública, e, por ter sido freqüentemente assim, a tendência é de deslocar uma questão que se devia pôr em termos de interêsse geral e acima de partidos, para o terreno de uma luta religiosa, devido às suas implicações confessionais, – o que é preciso evitar por tôdas as formas, – ou de uma luta entre grupos políticos, igualmente prejudicial ao debate do problema que temos o dever de examinar em face da Constituição Federal e conforme os princípios que regem as instituições democráticas. Pois, em primeiro lugar já por várias vêzes direita e esquerda se aliaram na defesa da escola pública e, em segundo lugar, não falamos em nome de partidos, mas sob a inspiração e em defesa daqueles princípios. Em matéria religiosa, somos pela liberdade de culto e de crenças e erguemo-nos, com o Père J. Henri Didon, dominicano e notável orador sacro, contra todos aqueles que "querem fazer da religião um instrumento da política (instrumentum regni)" e contra todos aqueles que "querem fazer da política um instrumento da religião"... A escola pública, cujas portas por ser escola gratuita, se franqueiam a todos sem distinção de classes, de situações, de raças e de crenças, é, por definição, contrária e a única que está em condições de se subtrair a imposições de qualquer pensamento sectário, político ou religioso. A democratização progressiva de nossa sociedade (e com que dificuldades se processa ao longo da história republicana) exige, pois, não a abolição, – o que seria um desatino, – mas o aperfeiçoamento e a transformação constante de nosso sistema de ensino público... Mas a educação pública por que nos batemos, ontem como hoje, é a educação fundada em princípios e sob a inspiração de ideais democráticos. A idéia da educação pública, – conquista irreversível das sociedades modernas; a de uma educação liberal e democrática, e a de educação para o trabalho e o desenvolvimento econômico e, portanto, para o progresso das ciências e da técnica que

residem à base da civilização industrial, são três teses fundamentais defendidas por educadores progressistas do mundo inteiro... A escola pública concorre para desenvolver a consciência nacional: ela é um dos mais poderosos fatores de assimilação como também de desenvolvimento das instituições democráticas. Entendemos, por isso, que a educação deve ser universal, isto é, tem de ser organizada e ampliada de maneira que seja possível ministrá-la a todos sem distinções de qualquer ordem; obrigatória e gratuita em todos os graus; integral, no sentido de que, destinando-se a contribuir para a formação da personalidade da criança, do adolescente e do jovem, deve assegurar a todos o maior desenvolvimento de suas capacidades físicas, morais, intelectuais e artísticas... A educação de todos os níveis deve, pois, como já se indicou em congressos internacionais, "tornar a mocidade consciente de que o trabalho é a fonte de tôdas as conquistas materiais e culturais de tôda a sociedade humana; incutir-lhe o respeito e a estima para com o trabalho e o trabalhador e ensiná-la a utilizar de maneira ativa, para o bem estar do povo, as realizações da ciência e da técnica", que, entre nós, começaram apenas a ser socialmente consideradas como de importância capital."¹⁰³

A crise existente na educação brasileira não pode ser vista como um fenômeno local apenas e sim como parte de uma crise maior surgida no seio do Estado Moderno em meados do século XX . Como nos diz Hannah Arendt, a crise educacional acabou por tomar um contorno e um uso político onde promessas são sempre feitas, mas soluções são pouco mostradas e as autoridades educacionais mostram-se sempre incapazes de lidar com a crise a tempo. Para a autora, "há sempre a tentação de crer que estamos tratando de problemas específicos confinados a fronteiras históricas e nacionais, importantes somente para os imediatamente afetados. É justamente essa crença que se tem demonstrado invariavelmente falsa em nossa época: pode-se admitir como uma regra geral neste século que qualquer coisa que seja possível em um país pode, em futuro previsível, ser igualmente possível em praticamente qualquer outro país."¹⁰⁴

Os índices apontados no Manifesto nos mostram que a depauperação da escola pública atingiria mais diretamente as camadas mais pobres da população e desse modo, desarticulária sua própria capacidade de organização e fortalecimento usando sempre como base o fracasso escolar. Devemos entender que as tentativas de definição do fracasso escolar remetem às razões de escolarização de uma dada sociedade, sua forma de organização social e sua concepção de mundo; transportam aos limites e possibilidades da própria escolarização, já que a

¹⁰³ Cópia do "Manifesto de 1959" existente no Arquivo Sinpro-Rio.

¹⁰⁴ ARENDT, Hannah. "Entre o passado e o futuro" /. 2. ed. - São Paulo : Perspectiva, 1979.

educação faz parte da totalidade social. É na realidade dessa sociedade que se baseiam os dados apresentados para o fracasso.

Porém, mais importante que os dados apresentados é a conclusão assustadora de que o fracasso escolar está intimamente ligado ao fracasso das políticas educacionais do Estado e da própria organização escolar; e não ao aluno e sua família iletrada, como se apontava. Enquanto a questão estiver sendo encoberta por soluções do tipo “diminuir os índices do fracasso e evasão, numa escola sem condições”, estaremos, segundo Miguel Arroyo, resguardando um Estado ausente e uma ordem social injusta¹⁰⁵.

Importante lembrarmos que a negação ao conhecimento sempre interessou a uma parte da elite que submetia as classes mais baixas à exploração e ao embrutecimento. Além disso, o Estado excludente também se beneficiaria com a péssima formação do povo através de cidadãos ignorantes e submissos. Porém, em determinados momentos, vemos no povo a percepção dessa política excludente. Desse modo, a história de cada escola que se abre é feita da luta e da reivindicação dos moradores de cada bairro ou povoado. Foram necessárias também as intervenções dos profissionais da educação para que se garantissem condições mínimas de trabalho na escola.

Vale lembrar que, em dado momento, não apenas os intelectuais progressistas e os educadores liberais e humanistas defenderam a criação de novas escolas, mas até a elite letrada, através de seu Estado modernizado, parecia disposta a investir recursos em escolarizar as camadas populares para torná-las trabalhadores eficientes para o desenvolvimento econômico. Para as camadas populares, que pensavam integrar um sistema escolar, criava-se logo um projeto paralelo e complementar, onde os conteúdos, os métodos e a organização escolar eram concebidos mais para formar os cidadãos como trabalhadores semi-analfabetos, submissos e desqualificados, do que ativos e participantes na vida social e na organização do trabalho¹⁰⁶. Educar e formar as camadas mais baixas da sociedade apenas para os papéis exercidos dentro das fábricas e do mundo do trabalho capitalista era regra geral entre as elites.

¹⁰⁵ ARROYO, Miguel Gonzalez. “Da escola carente a escola possível”. São Paulo : Edições Loyola, 1986.

¹⁰⁶ Idem.

Outro fato importante levantado por Miguel Arroyo se dá na má formação do profissional docente, política que também passou a ser comum dentro do Estado excludente. Segundo o autor, há um despreparo por parte do educador em entender as representações de mundo feitas pelas classes populares. Os cursos de formação de professores pouco contribuem com a explicitação dessas realidades e a escola acaba competindo com a rua. Viver na rua se choca com o viver na escola; manter-se sentado, compenetrado e ser educado torna-se um desafio ao aluno que vivencia a violência, a malandragem e as necessidades impostas pelo viver na rua. Assim, a escola segundo Gramsci, torna-se uma atividade educativa direta, mas de pouco tempo de duração, pois as influências do ambiente são sempre maiores¹⁰⁷.

Dentro da questão da formação para o mundo do trabalho proposto pelas elites, vemos a inclusão de trabalhos manuais nos currículos escolares. E sua clara relação com a suposta indolência e incapacidade intelectual da população mais pobre. Hannah Arendt já discutia a questão e afirmava que a intenção não era a de ensinar conhecimentos, mas sim de inculcar algum tipo de habilidade que viesse a servir para a formação da mão-de-obra dessa sociedade.

Outro grande crítico desse tipo de formação é Friedrich Nietzsche através de seus “Escritos sobre Educação”. Nele Nietzsche critica duramente a transformação das escolas em profissionais e especializadas, nas quais não haveria qualquer compromisso com a formação cultural. A grande questão dessa forma de educação, para Nietzsche, está na preocupação de formar-se grande contingente de profissionais técnicos voltados para única e exclusivamente ocuparem cargos no Estado, nas fábricas, nas universidades, etc.; homens voltados apenas para as necessidades do Estado ou de mercado. O grande problema encontra-se na forma como os estabelecimentos de ensino formam tendo em vista apenas os “empregos” existentes na sociedade. Esse tipo de educação impossibilitaria a formação dos verdadeiros intelectuais, dos homens livres e contribuiria para uma fatal decadência da cultura.

Nietzsche faz um alerta contra essa formação específica e chama atenção para a necessidade de desenvolvermos na sociedade uma “cultura profunda e

¹⁰⁷ GRAMSCI, Antonio. “Os Intelectuais e a Organização da Cultura”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

rara”. Para o autor se trata de expandir o que ele chama de “verdadeira cultura”, a cultura clássica, e a “verdadeira sabedoria”, a sabedoria clássica, que segundo ele, eram exigências que a própria modernidade fazia a si e a sociedade. Voltados apenas para as necessidades do mercado, a juventude se encontraria carente dos verdadeiros e grandes guias intelectuais. Dentro desse processo educacional profissionalizante, os jovens estariam impossibilitados de romper com sua ingenuidade, com sua forma de ver e considerar a natureza, com os folclores e saberes considerados menores. Estariam impossibilitados de construir um novo e moderno pensamento para a sociedade¹⁰⁸.

Em muitas análises, esse tipo de formação técnica e específica não leva apenas a diminuição da formação intelectual, mas também na formação de indivíduos dóceis e passivos, de fácil submissão e de pouca capacidade de reivindicação. O poder exercido pelas elites letradas e pelo Estado acaba por produzir um tipo de saber específico exercido e propagado nas escolas. Esse tipo de poder age diretamente na manutenção da passividade da população. Dentro dessa perspectiva, o intelectual se configuraria como uma figura clara e individual de uma universalidade da qual o proletariado seria a forma obscura e coletiva¹⁰⁹.

O exercício do poder e do saber citados acima transformou o espaço escolar num local, não só de aprendizagem, mas de vigilância, hierarquização e recompensa. Nele os alunos são distribuídos quanto ao nível de aprendizagem, quanto a sua capacidade intelectual, quanto a sua condição sócio-econômica, de modo a serem facilmente identificados e reprimidos, caso necessário. Esse tipo específico de formação escolar está intimamente ligada ao desejo do Estado repressor em adestrar e dominar as multidões consideradas confusas, imóveis e dóceis. Prepará-los para uma multiplicidade de necessidades correspondentes apenas ao Estado e não ao cidadão. Esse poder disciplinador exercido sobre o povo seria capaz de fabricar indivíduos tomados como simples objetos capazes de exercer funções específicas, consideradas intelectualmente menores. Esse atestado sucesso do poder disciplinador está ligado ao “uso de instrumentos muito simples como o olhar hierárquico, a sanção moralizadora e sua combinação num

¹⁰⁸ NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm; MELO SOBRINHO, Noeli Correia de. “Escritos sobre educação.” Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

¹⁰⁹ FOUCAULT, Michel. “Microfísica do poder”. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

procedimento que lhe é específico, o exame”¹¹⁰. Qualificar e enquadrar a grande massa da população torna-se possível e necessário dentro desse Estado repressor. Contudo, esse tipo de conduta exacerbou os conflitos existentes dentro e fora da escola.

Dessa forma, muitos educadores começaram a se questionar sobre as práticas impostas para a educação. A década de 50 foi o palco desse questionamento, foi o momento chave onde os educadores começaram a perceber que os problemas de sua sala de aula não se resolveriam, apenas, dentro dela. Era preciso observar e analisar o que se passava no campo social como um todo e voltar à sala de aula com uma visão da realidade do processo que estava sendo vivido e transmiti-los aos alunos¹¹¹.

Porém, a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1961, alterada pelo substitutivo Lacerda, acabou por institucionalizar a desigualdade social e fez com que o sistema educacional ajuda-se a reproduzir essa estrutura de classes e as relações de trabalho impostas pelas elites, consagrando a descentralização e reservando ao governo federal a fixação de metas e a ação supletiva, financeira e técnica.

O Golpe Militar veio a recrudescer essa relação. A mera acusação de que uma pessoa, um programa educativo ou um livro tivesse inspiração “comunista” era suficiente para demissão, suspensão e apreensão. Assim, diversos programas de educação foram extintos e muito educadores demitidos e perseguidos deixando milhares de alunos desprovidos de uma análise realista do momento. Foram estabelecidos níveis múltiplos de censura, enchendo as escolas e universidades de informantes, paralisando todo o sistema educacional e, finalmente, levando todo o pensamento e cultura considerados não oficiais à clandestinidade, à prisão ou ao exílio. A educação brasileira começou a ser destruída a partir desse momento e muitas décadas serão necessárias para reestruturá-la.

¹¹⁰ FOUCAULT, Michel. “**Vigiar e punir**: nascimento da prisão”. Petrópolis, RJ. Ed.Vozes, 2004.

¹¹¹ CUNHA, Luiz Antonio & GOES, Moacyr. “O golpe na Educação”. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora, 1999.

5

CONCLUSÃO.

Ao longo da produção desta dissertação muitas questões relacionadas à prática docente, ao processo de construção do saber, a formação sócio-cultural de alunos e professores e as lutas trabalhistas relacionadas à educação surgiram. O processo de seleção do que seria mais relevante para este trabalho tornou-se a diretriz para a escrita final.

Podemos perceber que desde o primeiro manifesto escrito, assinado e publicado em nome dos professores do Rio de Janeiro, em 1871, até o manifesto de 1959, surgido a partir das políticas públicas sugeridas pelo substitutivo Lacerda, a luta pela educação pública de qualidade e laica era a tônica das reivindicações docentes. Porém é importante frisar que mesmo que as reivindicações pareçam sempre iguais, devemos ter consciência de que a época nas quais elas surgem é distinta e conseqüentemente sua recepção se dá de forma diferente entre a sociedade.

Além disso, verificamos a crescente descoberta dos docentes como classe trabalhadora, percebendo que o trabalho intelectual também gera a venda de uma força de produção e uma exploração. O crescimento dos empresários do ensino gerava proporcionalmente a organização da classe docente. Contra estes empresários e por vezes contra o próprio Estado que se mostrava excludente e desarticulador é que os professores se organizaram e lutaram ao longo dos anos. Verificamos que os profissionais ligados a educação aprenderam e passaram a lutar como categoria deixando claro o caráter de classe adquirido pelos anos de luta e levando esse entendimento de classe à organização do trabalho escolar e aos projetos educacionais de suas escolas.

Outro ponto importante que foi mostrado foi a necessidade de se equacionar a questão da escola fracassada e do Estado falido para a garantia da educação pública de qualidade. Culpar o aluno por seu próprio fracasso é eximir de culpa o Estado e a ordem social, e negar a constituição do saber as camadas populares. Por mais que as elites critiquem a má formação das classes proletárias elas jamais de responsabilizam pela ignorância de seus próprios empregados e no mais das vezes até se convence de que o fato de seus funcionários terem apenas o ensino fundamental completo, e às vezes nem isso, é um bom motivo para a manutenção dos péssimos salários e condições de trabalho.

Desse modo, a produção dessa dissertação trouxe a tona o problema histórico da formação docente e discente, da conscientização de classe e de suas lutas. Esperamos que o relato aqui apresentado venha a gerar uma nova produção sobre essa relação entre conscientização docente, formação de professores e alunos e sua relação com as lutas nos campo sócio-cultural em nossa cidade.

Referências bibliográficas

Arquivo de periódicos do Sindicato dos Professores do município do Rio de Janeiro e Região.

ANTUNES, Ricardo L.C. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 2. ed. - São Paulo: Perspectiva, 1979.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Da escola carente a escola possível**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

BARRANECHEA, Mauro. **Formação Sindical**. Rio de Janeiro: Lidador, 1965.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

_____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora: 2001.

BOITO JUNIOR, Armando. **O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: HUCITEC, 1991.

BOMENY, Helena. **Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo**. In: "REPENSANDO o Estado Novo" / Dulce Pandolfi (Organizadora). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p.135-166.

_____. **Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira**. "Interseções-Revista de Estudos Interdisciplinares". Rio de Janeiro, v. 5, nº 2, p.277-301, dez. 2003.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

CABRAL, Castilho. **Tempos de Jânio: e outros tempos**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1962.

COELHO, Ricardo B. M. **O Sindicato dos Professores e os Estabelecimentos Particulares de Ensino no Rio de Janeiro**. Niterói - dissertação de mestrado - UFF, 1988.

COSTA, Sergio Amad. **O C.G.T. e as lutas sindicais brasileiras**. São Paulo: Gremio Politecnico, 1981.

COSTA, Sílvio. **Tendências e centrais sindicais**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1995.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Educação e política no Estado Novo: a reforma do ensino secundário de 1942**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1982. 65f.

CUNHA, Luiz Antonio & GOES, Moacyr. **O golpe na Educação**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora, 1999.

D'ARAUJO, Maria Celina. **A Era Vargas**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

_____. **Nos braços do povo: a segunda presidência de Getúlio Vargas**. In: "AS INSTITUIÇÕES brasileiras da Era Vargas"/ Organização Maria Celina D'Araujo. Rio de Janeiro, Ed. UERJ; Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 97-118.

DOSSE, François. **A História em migalhas – dos Annales à Nova História**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

FERREIRA, Ana Alice. **A instrução do povo como missão: o ensino público primário na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1870 e 1922**. Tese de doutorado - PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart – entre a Memória e a História**. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____. **Os anos rebeldes do tenentismo**. Revista de História [da] Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, v.1,nº1, p.46-51, jul.2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ. Ed.Vozes, 2004.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FREUD, Sigmund. **Sobre a psicopatologia da vida cotidiana**. Rio de Janeiro. Imago Editora, 1996.

GERNIGON, Bernard. **A Greve**. Brasília: OIT, 2002.

GIANOTTI, Vito. **O que é estrutura sindical**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**. São Paulo. Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Angela Maria de Castro; FARO, Clovis de, FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

_____; FERREIRA, Jorge. **Jango: as múltiplas faces**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2007.

_____, Villas-Bôas Corrêa... [et al]. **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **O Estado Novo e os intelectuais da educação brasileira**. In: "Memória Intelectual da Educação Brasileira" / Marcos Cezar de Freitas (Organizador). Bragança Paulista, (SP): Ed. Universidade de São Francisco, 1999. p.9-14.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Em 1926 – vivendo no limite do tempo**. Rio de Janeiro/São Paulo. Record, 1999.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-Fantasma. A ferrovia madeira-mamoré e a modernidade na selva**. 2ª Ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho: Novos Estudos Sobre a História Operária**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. São Paulo. Perspectiva, 2005.

LAIMER, Adriano Guedes. **O Novo papel dos sindicatos**. São Paulo: LTR, 2003.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **A política domesticada – Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Inst. Polis, 1979.

LOPES, Sonia Maria Castro Nogueira & MENDONÇA, Ana Waleska. **A oficina de mestres do Distrito Federal**. Rio de Janeiro: Tese de doutorado - PUC-Rio, Departamento de Educação, 2003.

MARQUES, Guilherme. **O novo sindicalismo: a estrutura sindical e a voz dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: ADIA, 2005.

MATTAR, Denise; MUSEU DE ARTE BRASILEIRA. **O Olhar modernista de JK**. São Paulo: Fundação Armando Alvares Penteado: Museu de Arte Brasileira, 2004.

MAYER, Arno J. **A força da tradição – persistência do Antigo Regime**. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

MENDONÇA, Ana Waleska; NUNES, Clarice. **Escola e cidadania: aprendizado e reflexão**. Salvador: UFBA: EGBA, 1989.

MOTTA, Marly Silva da. **Rio de Janeiro: de cidade capital a Estado da Guanabara**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm; MELO SOBRINHO, Noeli Correia de. **Escritos sobre educação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

OLIVEIRA, Jose Aparecido de. **JK o estadista do desenvolvimento**. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 1991.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATELY, Celina. **Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1980.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica; GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEIRA, Marcos Marques. **Os empresários da educação e o sindicalismo patronal**. Bragança Paulista: Unio. S. Francisco, 2002.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **A Aliança Nacional Libertadora e a revolta Comunista de 1935**. In: "GETÚLIO Vargas e seu tempo"/Organizadores

Raul Mendes Silva, Paulo Brandi Cachapuz, Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: BNDES, 2004.p.175-182

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In. “Revista Estudos Históricos”, Rio de Janeiro. FGV, 1989.

_____. **Memória e Identidade Social**. “Revista Estudos Históricos”, Rio de Janeiro. FGV, 1992.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo. Brasiliense, 1995.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e Sindicatos**. São Paulo: Ática, 1990.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. **Dogmática da liberdade sindical**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

SCHORSKE, Carl E. **Viena fin-de-siecle: política e cultura**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP; São Paulo: Companhia das Letras 1988.

SUDBACK, Edite Maria. **Demitidos da escola: um outro olhar sobre a exclusão**. Porto Alegre: URI, 1997.

THOMPSON, E. P. (Edward Palmer). “**A formação da classe operária inglesa**”. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre Educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

VALE, Ana Maria do. **Diálogo e Conflito: A presença do pensamento de Paulo freira na formação do sindicalismo docente**. São Paulo: Cortez, 2002.

VIANNA, Segadas. **O sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1953.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)